

«OS MEUS AMORES»

Por Trindade Coelho

A livraria portuguesa tem tido uma enchente, como raramente lhe succede, na ultima quinzena. Depois do exito do romance de Abel Botelho e do livro de memorias de Luiz Palmeirim, veiu o volume de contos de Trindade Coelho, com a amavel denominação de «*Os meus amores*.»

Aqui o temos, já todo aberto, já todo lido... E' originalissimo, agradabilissimo o modo de escrever, de descrever, de dizer, de contar, que usa o auctor d'este bello livro,—agradabilissimo contista, escriptor originalissimo, cujo nome a bibliographia regista hoje, tão notavelmente, como o jornalismo de ha muito o registrara.

A quem o ler, garantimos, sob a palavra de honra do nosso gosto, algumas horas muito bem passadas, passeadas por aquellas paizagens e recantos provincianos que elle pinta, tão real e verdadeiramente como se lá se estivesse; em companhia d'aquelles typos que elle retrata, tão photographicos, tão nitidos, que é estar a gente a vel-os, a ouvil-os, a falar-lhes...
—*Os meus amores*, meus amores, que encanto!

TELLUS – Revista de cultura trasmontana e duriense

Proprietário e Editor

Município de Vila Real
Av. Carvalho Araújo, 5000-657 Vila Real
NIPC: 506359670

Director

A. M. Pires Cabral

Sede da Redacção

Grémio Literário Vila-Realense,
R. Madame Brouillard, 5000-573 Vila Real
gremio@cm-vilareal.pt

Periodicidade bi-anual

Tellus, n.º 69

Vila Real, 15 de Novembro de 2018

Tiragem: 300 exemplares

ISSN: 0872 - 4830

Paginação e impressão: Divinalpages, Unipessoal
Lda. - Vila Real

Anotada na ERC

Colaboradores neste número

A. M. Pires Cabral, António Adérito Alves Conde,
António Pimenta de Castro, Ernesto Rodrigues,
Manuel Cardoso, Sebastião Bravo, Teresa Martins
Marques

Estatuto Editorial

Tellus é uma revista bi-anual dedicada ao estudo, promoção e divulgação da cultura trasmontana e alto-duriense, em todas as suas vertentes.

Tellus rege-se por uma total independência perante interesses económicos, políticos ou religiosos.

Tellus respeita os princípios deontológicos e a ética profissional dos jornalistas, assim como a boa-fé dos leitores, em observância do disposto no Art.º 17.º da Lei de Imprensa.

Tellus não se obriga a publicar quaisquer originais não solicitados.

Tellus autoriza a transcrição, no todo ou em parte, do material contido neste número, desde que citada a origem.

Revista de cultura trasmontana e duriense

Tellus 1978 - 2018
40.º aniversário
69

Director: A. M. Pires Cabral
Periodicidade: bi-anual
Distribuição gratuita

António da Costa Gomes, fundador do Teatro Salão. Um pioneiro do cinema em Vila Real

António Adérito Alves Conde

“Paredes meias com a igreja [de S. Domingos ou Sé] está o único Cine-Teatro da cidade, construído (...), no local do antigo convento e em parte dentro dos mesmos muros descarnados pelo incêndio de 1837. A sala de espectáculos tem lotação para 800 espectadores. Recinto relativamente vulgar e antiquado”.

Guia de Portugal, Vol. V, 1987, p. 175/176

Introdução

Em 1969, à data da 1.^a edição do V volume do Guia de Portugal, Sant’Anna Dionísio referia-se, da forma acima descrita, ao Cine-Teatro Avenida, então a única sala de cinema de Vila Real. Tal deve-se ao facto de o Teatro-Circo, seu concorrente e associado e velha glória vila-realense, célebre pelos seus “bailes da Carolina”, ter fechado as portas em 1957, em estado de ruína, após 65 anos de actividade.

O Cine-Teatro Avenida mudou a sua designação para Cine-Teatro Real, após algumas obras de recuperação, no início dos anos 80, e fechou portas já em plena década de 90. Nas suas instalações totalmente renovadas, na Avenida Carvalho de Araújo, nasceu o actual Conservatório Regional de Música de Vila Real, gerido pela Associação Cultural Comendador Manuel Correia Botelho e inaugurado nos finais de 2004.

O “Avenida”, como abreviadamente era chamado ainda nos anos 70, onde assistimos às primeiras fitas de cinema, havia sido fundado nos inícios da década de 30, tendo, pouco depois da abertura, inaugurado a exibição dos primeiros filmes sonoros. Sucedia, assim, ao velho Teatro Salão, fundado em 1909, o qual foi a primeira sala de espectáculos vila-realense construída, por adaptação em edifício acanhado, para a exibição de cinema, quando esta nova arte, inventada em 1895 pelos irmãos Lumière¹, dava os primeiros passos em Portugal.

Dessa forma, Vila Real acompanhou, desde muito cedo, o movimento de difusão do cinema, a par dos grandes centros urbanos, designadamente o Porto, de onde recebia os filmes. Refira-se que mesmo na capital do Norte, onde as primeiras fitas foram apresentadas logo no ano de 1896, a difusão das casas de exibição de cinema em edifícios construídos de raiz só ganhou relevo no período final da monarquia. Até aí, o cinema era, não raras vezes, apresentado em barracões (ou salões) sem qualquer comodidade, nem grandes condições de segurança, os quais tiveram vida efêmera, porque depressa ficou provado que valia a pena investir em edifícios de raiz, tal a adesão avassaladora do público à nova moda que tinha chegado de França.

Pela província fora (e Vila Real não foi excepção, como adiante se verá) o cinema deu os primeiros passos, mostrado nas grandes feiras ou festas da terra e veiculado por pequenos barracões ambulantes, idos de Lisboa ou do Porto.

A análise retrospectiva aqui apresentada pretende demonstrar que a história do cinema em Vila Real está intimamente ligada à ala sul do edifício do antigo convento de S. Domingos, onde tudo começou há 110 anos, e onde, durante cerca de 90 anos, em carácter de continuidade, os vila-realenses se habituaram a ver as suas fitas. Pretende-se, de igual forma, mostrar o pioneirismo de Vila Real na difusão do cinema.

Nessa conformidade pretende-se apresentar a linha de investigação que visa dar a conhecer a história dos primórdios do cinema no concelho de Vila Real realçando a fundação, no ano de 1909, do já referido “Teatro Salão” ou “Novo Teatro Salão”², o qual, como foi referido, se manteve de portas abertas até perto dos finais dos anos vinte, embora com duas gestões diferentes.

1 O cinematógrafo dos irmãos Lumière foi apresentado em Paris, a 28 de Dezembro de 1895, com a exibição pública de “L’Arrivée du train”.

2 Com a designação “novo” pretendeu o fundador distingui-lo do antigo Teatro Salão, inaugurado em 9 de Janeiro de 1889, na Rua D. Margarida Chaves, no edifício que já estava destinado à Escola Azevedo, pelo que este teatro teve existência efêmera (Cf. NEVES, Elísio Amaral – Colecção de cartazes de espectáculos de 1892 a 1910 de José Augusto Pinto de Barros, in Vila Real. História ao Café, (NEVES, Elísio Amaral; CABRAL, A.M. Pires), Vila Real, Grémio Literário Vila-Realense, 2008, p. 26)

Contudo, o enfoque do nosso estudo, não obstante a óbvia perspectiva da contextualização que nos levará a referir a actividade de outras casas de espectáculos concorrentes, será circunscrito ao período de 1909 a 1922, arco temporal correspondente à sua fundação e gestão por parte de António Costa Gomes (1857-1942). Trata-se de uma personalidade pouco conhecida³, a qual, como se pretende provar, merece o devido reconhecimento como um dos pioneiros da difusão do cinema e das artes do espectáculo em Vila Real.

Por razões de edição, o trabalho será apresentado em dois artigos, cada um deles com a sua estrutura e autonomia para uma melhor compreensão dos conteúdos. Assim, o primeiro artigo⁴ (o presente) abordará, no essencial, duas questões. A primeira diz respeito aos primórdios do cinema em Vila Real até à fundação do Teatro Salão, fazendo referência contudo às casas que coexistiram no mesmo período (1909-1921). A segunda questão pretende traçar uma pequena biografia da figura do seu fundador que permita compreender a história de vida da personalidade em presença, as suas relações familiares e as suas ocupações profissionais. Será também analisada a sua estratégia empresarial, designadamente a fundação da casa de espectáculos; a capacidade de gestão que lhe permitiu ser superior à concorrência; o modo como soube lidar com a comunicação social que, regra geral, soube promover a sua actividade; a abertura do teatro às associações recreativas e a instituições de assistência, com espectáculos dedicados às crianças pobres.

3 A primeira e única referência escrita a António da Costa Gomes (excluindo, obviamente vários títulos de jornais vila-realenses da época, onde abundam informações) conhecêmo-la em 1979, aquando da exposição “O Postal Ilustrado veículo de propaganda do Concelho de Vila Real no princípio do século”, que teve lugar no edifício da Assembleia Distrital de Vila Real, de 23 de Março a 3 de Abril, com curadoria do Sr. Elísio Amaral Neves e integrado nas actividades do Núcleo Cultural Municipal, da qual foi publicado um catálogo. Nessa publicação, a páginas 45, associado à actividade do fotógrafo António Augusto Alves Teixeira, aparece o nome de António da Costa Gomes, como proprietário do Teatro Salão. Esse informe foi decisivo para a investigação que foi encetada, mais tarde, acerca da pessoa do fundador do Teatro Salão, sendo certo que no meio familiar do autor do estudo, algo se falava sobre a figura do fundador desta casa de espectáculos, já que o mesmo era nosso bisavô materno. Desta forma, cerca se 40 anos depois vêm a lume estes registos biográficos do Teatro Salão e do seu fundador, com fotografia do mesmo na posse do autor.

4 O segundo artigo, a publicar num próximo número da Revista, abordará o funcionamento do Teatro de Salão e das suas diversas actividades, em que o cinema terá sempre um maior desenvolvimento; no entanto será dado o devido destaque às actividades teatrais (designadamente a deslocação das grandes companhias da capital), as actividades de entretenimento, musicais, palestras, etc.



Imagem n.º 1 - Recorte de cartaz do Teatro Salão
Coleção de Cartazes da Biblioteca Municipal de Vila Real

1. Os primórdios do cinema em Vila Real, antes da fundação do Teatro Salão

A população vila-realense, amante da nova moda que viria a ser conhecida como “sétima arte”, praticamente só nas festas da Vila é que tinha oportunidade de ver algumas fitas animadas. Após a abertura da ligação ferroviária de Vila Real à Régua, em 12 de Maio de 1906, a qual permitia um acesso directo ao Porto, ficou mais fácil aceder aos primeiros cinematógrafos da Cidade Invicta.

1.1. As influências que vinham do Porto

De acordo com Alves Costa, o Porto foi das primeiras cidades europeias a exhibir cinema. Com efeito, um ano passado após a apresentação pública feita pelos irmãos Lumière, aqui no Porto “*Aurélio Paz dos Reis rodava as primeiras fitas portuguesas, filmando a saída dos operários da Fábrica Confiança e a chegada de um carro eléctrico a Cadouços*”⁵. Pouco depois, Paz dos Reis (1862-1931) apresentava publicamente as suas fitas no Teatro do Príncipe Real, a 12 de Novembro de 1896 e em Braga, a 21 e 22 de Novembro. A 8 de Dezembro, partia para o Brasil para apresentar o “Kinetógrafo português”, mas o êxito foi muito relativo. Paz dos Reis apresentou sessões cinematográficas no Teatro Lucinda, no Rio de Janeiro, de 14 e 20 de Janeiro de 1897, tendo apresentado fitas com “vistas” de Portugal e episódios da vida portuguesa.

Alves Costa, que vem sendo citado, refere que “*As projecções feitas em Portugal por Paz dos Reis – talvez por deficiências técnicas – não despertaram mais do que um momentâneo movimento de curiosidade. O dinheiro investido*

5 COSTA, Alves (1975) – Os antepassados de alguns cinemas do Porto, Instituto Português de Cinema/Cinemateca Nacional, p. 16.

na *'Kinetógrafo português'* e nos filmes realizados não foi recuperado”⁶. Depois desta desilusão, Paz dos Reis abandonou o cinema e virou-se para a sua loja “Flora Portuense”, a cultura de flores e demais actividade comercial, assim como a de vereador na Câmara Municipal do Porto.

Apesar do pioneirismo da cidade do Porto para o cinema, só cerca de dez anos depois é que se assistiu a uma evolução significativa. Tudo se passou em torno da figura de Edmond Pascaud, um cidadão francês que chegou à cidade trazendo consigo um projector e diversas fitas com “vistas” colhidas pela Casa Lumière e as primeiras fitas da Pathé⁷. Associou-se a Manuel Neves, sob a denominação social de “Neves & Pascaud” e construíram um pequeno barracão de madeira, coberto de zinco, na feira da Boavista, onde em 1906, apresentaram essas vistas. Nascia assim o primeiro cinematógrafo do Porto, com a designação de “Salão High Life”.



Imagem n.º 2 – Cartaz alusivo à Pathé Frères

No final da feira de S. Miguel, o cinematógrafo foi transferido para a Praça da Cordoaria onde, com o maior sucesso, permaneceu até ao final de Fevereiro de 1908. Nessa mesma data mudou-se para a Praça da Batalha, com novas instalações e sob a nova designação de “Novo Salão High Life”, tendo, mais tarde, mudado o nome para “Cinema Batalha”. Entretanto, no Porto e Vila Nova de Gaia, outros animatógrafos foram surgindo, em instalações muito precárias.

O cinema no Porto, em termos de espaço de exibição comercial, tem, como se viu, a sua origem no cinema de feira.

6 COSTA, Alves (1978) – Breve história do cinema português – 1896-1962, Lisboa, Instituto da Alta Cultura – Biblioteca Breve, p. 15.

7 A Casa Pathé Frères, que utilizava o galo como emblema de marca, foi fundada pelos irmãos Pathé (Charles, Émile, Théophile e Jacques), em 1896, na capital francesa. Tendo comprado a patente aos irmãos Lumière, depressa se tornou uma grande distribuidora de equipamentos e produção cinematográfica e na maior produtora fonográfica mundial. A Pathé tinha como forte concorrente a Gaumont, uma companhia também francesa de produção e distribuição cinematográfica, criada em 1898 pelo inventor Léon Gaumont.

Esta retrospectiva permitirá concluir que a génese do cinema em Vila Real seguiu os mesmos trâmites, com muito pouco tempo de diferença em relação à cidade do Porto, o grande centro de irradiação cultural do Norte.

E, como adiante se verá, o contributo de Edmond Pascaud foi decisivo para a difusão do cinematógrafo em Vila Real, já que, como adiante se verá, foi com um aparelho da sua casa que foi inaugurado, em Janeiro de 1909, o Teatro Salão, de António da Costa Gomes.

1.2. Exibições esporádicas em Vila Real e região - O cinema de feira

A informação mais antiga relativa à exibição de um cinematógrafo ambulante em Vila Real refere que o mesmo era propriedade de comerciantes de Chaves e foi exibido nas festas de Santo António de 1904⁸. Em 1907, o cinematógrafo ambulante que estava para ser montado no Teatro Circo foi destinado ao recinto do Calvário. O cinematógrafo “Pathé” era propriedade da empresa Varona & C.^a, de Lisboa, e era dirigido pelo operador Oliveira. Segundo o jornal *O Distrito de Vila Real*, a máquina era perfeita e os quadros trazidos eram praticamente todos novos e com muita nitidez. Havia sessões todas as noites e o proprietário convidou o director do Asilo da Infância Desvalida e sua escola para trazer as crianças ao cinema, entre as 18 e as 19 horas.

O mesmo jornal refere que *“Apesar de não ser novidade, entre nós, este género de espectáculos é em todo o caso de supor que as sessões do cinematógrafo (...) sejam muito concorridas, atendendo a que o nosso público tem acolhido sempre bem este tipo de divertimentos”*⁹.

Ainda em 1907, há notícia da construção de um cinematógrafo, café e hotel na estância termal das Pedras Salgadas, por parte do capitalista Silva Sobrinho. É referido que o cinematógrafo iria começar brevemente a funcionar num cómodo salão, com material da Casa Pathé Frères e seria abrilhantado com um terceto contratado em Madrid¹⁰.

8 O postal ilustrado veículo de propaganda do concelho de Vila Real no início do século, Vila Real, Câmara Municipal/Núcleo Cultural Municipal, 1979, p. 52.. Esta informação merece-nos algumas reservas já que, como já foi referido, a própria cidade do Porto só tem espectáculos cinematográficos de feira em 1906. Atendendo ao facto de Chaves ser uma terra de fronteira, é provável que tenha recebido o projector e fitas, do lado espanhol.

9 O Distrito de Vila Real, de 30 de Junho de 1907, p. 3.

10 Voz Pública, de 21 de Julho de 1907 – “Melhoramentos nas Pedras Salgadas”. Refira-se que o comboio havia chegado às Pedras Salgadas em 15 de Julho do mesmo ano.



Imagem n.º 3 – Notícia sobre cinema de feira
(Fonte: O Vila-Realense, de 18.06.1908)

No final de Março de 1908, chegou a Vila Real, Patrício Pinto Correia, proprietário de um cinematógrafo, que iria exhibir-se no Teatro Circo, anunciando apresentar várias fitas, entre as quais as do funeral do Rei D. Carlos e do Príncipe Real. As sessões continuaram, os preços baixaram e a 9 de Abril era exibido “A Vida e Paixão de Cristo”, com muito público a assistir¹¹. Entretanto, as festas de Santo António aproximavam-se e foram montadas as primeiras barracas, entre as quais dois cinematógrafos: o “High Life Salon” e o “Salão Lusitânia”. Dois salões, de dois distribuidores diferentes, em “guerra aberta”.

O primeiro foi construído no cimo da Rua do Carmo, junto ao paredão de Santo António e operava com uma máquina da “Pathé” que tinha estado no “Teatro Circo”. O segundo instalou-se no meio da feira de Santo António e operava com uma máquina e fitas da “Gaumont”. À oferta do cinema, o Lusitânia juntava sessões de um imitador de pássaros e outros animais. A recepção do público foi brilhante¹².

1.3. O Teatro Circo e a sua falta de protagonismo para a exibição de cinema de forma continuada, nos primeiros tempos

Apesar de o Teatro-Circo ter aberto as portas, por algum tempo, à máquina da Pathé que nele fez algumas sessões, não parece ter havido especial interesse, por parte da sua administração, em investir no cinema. A este desinteresse não seria alheio o facto de se anunciar, para breve, a demolição do Teatro Circo então na posse do Visconde de Agarez, que o havia comprado à viúva do africanista João Duarte Tojeira. Constava que “*O Sr. Visconde quer fazer uma casa de residência naquele lugar. No entanto espera que alguém construa um novo teatro*”

11 O Vila-Realense, de 25 de Março, 2 e 9 de Abril de 1908.

12 O Vila-Realense, de 10 e 14 de Junho de 1908.

*a quem oferecerá gratuitamente todo o cenário, cadeiras, bancos e mais material ali existente, para depois fazer a demolição*¹³.

Esta situação precária obrigou a uma gestão de curto prazo e a acção de benemerência do Visconde de Agarez afectou o rendimento do Teatro Circo a instituições. Deste modo, o *“proprietário do Teatro destinou todo o produto líquido desta casa de espectáculos pelo Asilo da Infância Desvalida e a Corporação de Bombeiros de Salvação Pública*¹⁴.

Entretanto, no final do ano de 1908, o Teatro Circo promoveu uma série de espectáculos de cinematógrafo cantante, com a sala “à cunha”. O êxito dever-se-ia ao facto de a máquina ser das mais sofisticadas, segundo o jornalista, e os *“números cantados têm sido maravilhosos tal a perfeição da combinação do gesto e do canto*¹⁵.

A morte prematura da condessa, em Fevereiro de 1911, e a morte do Conde de Agarez, em Novembro do mesmo ano, salvaram o Teatro Circo da demolição, dando-lhe uma “segunda vida”. Entretanto, a posse passou para a mãe do falecido, D. Maria da Glória Machado.

Tudo aconteceu quando o Teatro Salão tinha a sua posição consolidada, tendo conquistado a adesão do público. Entretanto, um novo salão foi fundado, no designado Jardim das Camélias, um espaço municipal junto à antiga Casa da Câmara, o qual foi inaugurado em 1911, como adiante se verá.

1.4. A fundação do Teatro Salão

Entretanto, fazendo uma breve retrospectiva, verifica-se que, por ocasião das festas de Santo António de 1908, já António da Costa Gomes se movimentava para tomar a dianteira na construção de um novo Teatro que investisse sobretudo na exibição cinematográfica, embora disposto a explorar todas as valências que a casa podia oferecer. Haveria várias razões promissoras, a saber: a forte adesão do público vila-realense ao cinema (embora em sessões esporádicas, por altura das festas), a falta de concorrência pela indecisão do Teatro Circo e, provavelmente, notícia segura de que em outros locais este negócio tinha fidelizado o público.

13 O Vila-Realense, de 12 de Dezembro de 1907.

14 O Progresso do Norte, de 08.12.1907, p. 2.

15 O Distrito de Vila Real, de 31.12.1908.

Com efeito, em pleno mês das Festas de Santo António, chegou a notícia de que o fotógrafo vila-realense António Augusto Alves Teixeira havia mandado vir, de uma das principais casas parisienses do ramo, uma máquina de projecção de filmes destinada ao Salão-Teatro, então em construção. De facto, a mesma fonte refere que “*Anda em construção dentro das ruínas do Convento de S. Domingos, um barracão teatro, por conta do mestre-de-obras Sr. António da Costa Gomes. Ora ainda bem que, se desaparecer o Teatro Circo, já temos onde desopilar o fígado. Valha-nos isso*”¹⁶.

Em Novembro, era anunciado, pelo mesmo periódico, o bom andamento dos trabalhos, o que prometia inauguração a curto prazo, o que veio a acontecer.



Imagem n.º 4 – A Praça de Camões à data da fundação do Teatro Salão
(Fonte: Ilustração Transmontana, 1909).

O local escolhido para o novo teatro foi o das ruínas do convento de S. Domingos o qual, após a nacionalização das obras monásticas, serviu de quartel ao Batalhão de Caçadores n.º 3. Posteriormente, em 21 de Novembro de 1837, o antigo convento e parte da igreja foram consumidos pelas chamas, só ficando as paredes. Mais tarde, uma das partes do edificio foi reconstruída para alojar

16 O Vila-Realense, de 10 e 11 de Junho de 1908

dois hotéis¹⁷ e uma estação de diligências¹⁸. Curiosamente, já em 1863, quando se pensava em construir um novo teatro em Vila Real, que substituísse o Teatro do “Cabanas”, por iniciativa do padre José Justino de Carvalho, o local indicado era o das ruínas do convento de São Domingos¹⁹. Parecia ser, de facto, um lugar predestinado para as artes do espectáculo.

1.4.1. A inauguração do Teatro Salão e as primeiras temporadas

No dia 9 de Janeiro de 1909 (um sábado), abriu as suas portas ao público cinéfilo o Teatro Salão com a exibição do cinematógrafo Pathé, o mesmo que tinha trabalhado no Teatro Circo, faltando-lhe apenas a parte cantante que tinha sido levada para o Porto. A exibição esteve a cargo da empresa cinematográfica de Mr. Pascaud²⁰, através de um seu representante, de nome João Daufé.

As várias notícias publicadas acerca da inauguração fazem referência a uma boa adesão do público que aplaudiu vivamente as fitas exibidas. Regista-se uma delas, a saber:

*“Com uma notável enchente de espectadores foi inaugurado no sábado o teatro-salão do largo Luís de Camões, desta Vila, com uma das sessões do cinematógrafo Theo Pathé, exibido por Mr. Pascaud. Apesar de faltarem as fitas cantantes o público satisfez-se”*²¹.

17 Um dos hotéis seria o *Ferro Velho*, referenciado por Pinho Leal, no “Portugal Antigo e Moderno”, 11º volume, p. 1038. Camilo Castelo Branco, na novela “O Degredado” refere que João Evangelista Vila Real, na sua deslocação a Vila Real, depois do seu regresso ao Reino, esteve hospedado no *Ferro Velho*.

18 No edifício reconstruído por António da Costa Gomes para fundar a sua casa de espectáculos é que funcionavam essas cocheiras da Companhia de Viação (Cf. O Distrito de Vila Real, de 14.01.1909). O grande estudioso da história local vila-realense Elísio Amaral Neves, aquando das obras de restauro do Teatro Avenida, em 1979, descobriu gravadas no portal as inscrições publicitárias daquela transportadora (Cf. NEVES: 1979, p. 15)

19 TELES, Manuel Tavares (2016) - Camilo e o Teatro de Vila Real, Vila Real, Grémio Literário Vila-Realense, p. 123. O autor cita uma notícia de 4 de Março de 1863, publicada no Anuário português, científico, literário e artístico, p. 38, de João José de Sousa Teles.

20 Como atrás foi referido trata-se de Edmond Pascaud que, associado a Manuel Neves, fundou aquilo que seria o primeiro cinematógrafo do Porto, na Feira de S. Miguel, à Boavista, em Setembro de 1906.

21 O Vila-Realense, de 14 de Janeiro de 1909, p. 3.

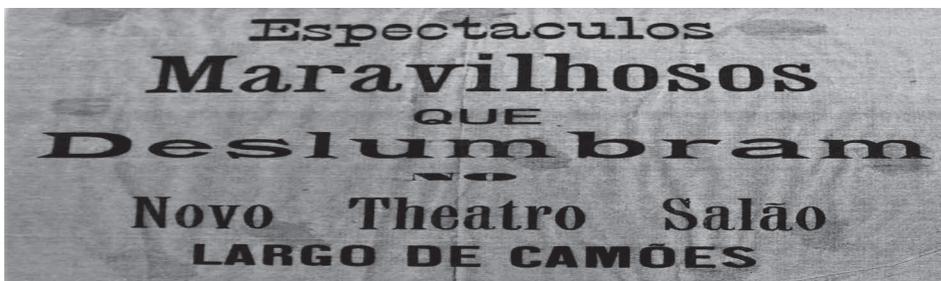


Imagem nº 5 – Excerto de cartaz do Teatro Salão
(Fonte: Coleção de Cartazes da Biblioteca Municipal de Vila Real)

Um outro periódico, *O Progresso do Norte*, apontava uma frequência regular para o cinematógrafo e atribuía culpas a Mr. Pascaud, já que “*possuía duas das melhores máquinas do género, [e] na mudança do teatro nada apresentou de novidade nem de extraordinário a não ser algumas e poucas fitas novas e outra máquina que a nosso ver é muito inferior àquela com que trabalhou no teatro, sentindo o público a falta das belas e magníficas fitas cantantes*”²²

Uma das novidades muito apreciadas pelo público foi a da actuação de uma orquestra que executava composições musicais durante os espectáculos. Esta era formada pela antiga orquestra dos Botelhos e por alguns músicos do Regimento de Infantaria 13, sendo regente António Romano.

As sessões do cinematógrafo decorreram até final de Março, com verdadeiras enchentes, já que as fitas eram do agrado geral. Por essa altura, o representante da empresa de Mr. Pascaud, João Daufé, fez publicar um agradecimento ao público de Vila Real, por ter concorrido às sessões, à imprensa e aos representantes dos jornais do Porto²³.

Entretanto, surgem os primeiros embaraços para o proprietário do Teatro Salão, através de uma comissão de cavalheiros que procurou o governador civil pedindo “*providências a fim de mandar proceder a uma vistoria àquele pequeno teatro para saber se está em condições de absoluta segurança e poder funcionar sem prejuízo do publico, especialmente em caso de incêndio*”²⁴.

A questão já havia sido levantada pelo jornal *O Progresso do Norte* que, embora noticie que o teatro funcionou com geral agrado, não deixa de considerar que as instalações eram acanhadas; por outro lado, lamentava “*que o seu proprietário talvez mal aconselhado gastasse o seu dinheiro em construir um*

22 *O Progresso do Norte*, de 10 de Janeiro de 1909, p. 3.

23 *O Vila-Realense*, de 25 de Março de 1909, p. 3.

24 *O Vila-Realense*, de 1 de Abril de 1909.

*teatro que está bonito, mas pelos defeitos de construção que apresenta, não só não satisfaz às exigências da terra, mas continua um enorme perigo para o público, mormente quando se enche*²⁵.

O governador civil prometeu resolver de imediato a situação marcando uma vistoria ao local, com a assistência do administrador do concelho, do director de Obras Públicas do Distrito, engenheiros Olívio Malheiro e Aquiles José Cardoso e os comandantes dos dois corpos de bombeiros, Adelino Samardã e Artur Costa Moreira.

A inspecção foi efectuada na semana seguinte, sendo os peritos de opinião que a construção tinha condições de segurança e estabilidade. Em relação à segurança contra incêndios foi ordenado(a): a substituição de degraus por planos inclinados, no pavimento inferior; que o corrimão da escada fosse guarnecido de balaústres e reforçado com peças de ferro; a colocação de uma porta de emergência no camarim superior; que as portas exteriores da fachada principal fossem guarnecidas de molas para evitar o seu fecho, quando abertas. Foi ainda ordenada a abertura de mais uma porta para saída da plateia, a transformação dos camarotes laterais em balcões e que a janela existente no pavimento dos camarotes fosse transformada em porta de saída com comunicação com o exterior²⁶. Determinava o governador-civil a realização imediata das obras e a realização de nova vistoria após a sua conclusão.

As obras depressa foram realizadas pelo que, na primeira semana de Maio, já a Companhia Lisbonense, sob a direcção do actor Domingos Silva, se encontrava no Teatro Salão, levando à cena a peça “As Pupilas do Senhor Reitor”. A lotação do teatro foi quase esgotada, até pelo facto de ter diminuído o número de camarotes, por determinação dos peritos. Seguir-se-iam outras actuações, com outras peças, sempre com forte adesão do público. A Companhia deu o último espectáculo em Outubro, levando ao palco a peça “A volta ao mundo em 80 dias”, com a qual se despediu do público vila-realense.

Paralelamente, decorriam as sessões do cinematógrafo com variedade na escolha das fitas e agrado do público. Na primeira semana de Julho foi a despedida, tendo o público acorrido “*em grande número e o teatrinho (...)*”

25 O Progresso do Norte, de 24 de Janeiro de 1909, p. 2. Na edição de 31 de Janeiro o mesmo jornal apontava o dedo, de novo, às condições de segurança, ao referir “*A respeito deste Salão espalhou-se por aí o boato, não sabemos com que fundamento, de que em virtude de uma queixa directa ao Ministério do Reino baixaram de lá uma ordem para que fosse rigorosamente vistoriado. Bom seria que o boato se tornasse verdadeiro, para segurança dos frequentadores*”.

26 O Vila-Realense, de 8 de Abril de 1909, p. 3.

encheu-se à cunha, principalmente na primeira sessão”²⁷.

Finalizada a época, anunciou-se, em Dezembro, nova temporada com sessões de cinematógrafo, a cargo da Empresa Pascaud, tendo nos intervalos a actuação de vários artistas e da orquestra de António Romano, já anteriormente referida. Os êxitos de bilheteira continuaram. Em Abril, voltou a Companhia Lisbonense, do actor Domingos para uma série de espectáculos teatrais.

Nos anos de 1909, 1910 e 1911 continuou a Casa Pascaud a apresentar a produção cinematográfica do Teatro Salão. Em Maio de 1911, um periódico local, ao mesmo tempo que referia a inauguração de um novo aparelho da casa Pathé Frères, assinalava que “*o seu proprietário António da Costa Gomes, fez em contrato especial com a importante casa Pascaud, do Porto, proprietário do Salão High Life, da Praça da Batalha, no Porto e vão ser exibidas aqui as películas de mais alto valor e de maior sensação*”²⁸. Desta vez, o novo operador era um espanhol, de nome Raimundo Martinez, apresentado como electricista e operador profissional cinematográfico.

A constante actualização e procura do melhor material de exibição terão a ver com o grau de exigência do empresário António Gomes, preocupado com o agrado geral do público e com a concorrência que se avizinhava.

1.5. A fundação do Salão High Life

Com efeito, no início do mês de Junho de 1911, os jornais davam notícia da breve inauguração, por alturas da Festa de Santo António, de um novo cinematógrafo, em Vila Real, situado não muito longe do Teatro Salão. Tratava-se do Salão High Life e localizava-se no então designado Jardim das Camélias²⁹,

27 O Progresso do Norte, de 6 de Julho de 1909, p. 3. O mesmo jornal refere que “*O digno gerente da empresa penhorado pelo bom acolhimento que recebeu dos vila-realenses pediu-nos para em seu nome lhes agradecer e protestar o seu reconhecimento, prometendo-lhe voltar no próximo Outubro com uma variadíssima coleção de fitas cinematográficas de alta escolha*”.

28 O Vila-Realense, de 4 de Maio de 1911.

29 O edifício onde foi fundado o Teatro High Life situava-se na parte sul da actual Avenida Carvalho Araújo, junto dos actuais repuxos de água. Esse espaço de praça tinha então um quarteirão de edifícios, sendo aí que se localizava o antigo Teatro do Cabanas, o primeiro teatro de Vila Real que funcionou de 1848 a 1885, ano em que foi levado à praça, para pagamento de dívidas fiscais. Em 1915, a Câmara passou a dispor de edifício próprio, com a aquisição do Hospital da Misericórdia, que passou a ser o novo edifício dos Paços do Concelho que hoje conhecemos. Resolvida essa questão a antiga Câmara, o Tribunal e todo o quarteirão foram demolidos, alargando o espaço da nova Avenida que passou a chamar-se de Carvalho Araújo, em homenagem a este herói vila-realense cujo centenário da morte gloriosa decorre este ano (14 de Outubro).

bem perto da antiga Câmara Municipal e Tribunal. Os novos empresários arrendaram à Câmara o referido espaço, por ser propriedade municipal, contígua aos velhos Paços do Concelho.

Da abertura desta *“elegante e confortável casa de espectáculos cinematográficos de que são proprietários os nossos amigos Sr. João da Costa Gomes e César Augusto da Costa Gomes”* deu conta o jornal *Notícias de Vila Real*, referindo ainda que neste Salão *“funcionará um aparelho dos mais recentes e onde se exibirão fitas das mais artísticas e da mais palpitante actualidade por certo será muito concorrida contribuindo para isso a excelente situação do local em que se encontra instalado”*³⁰. De acordo com o mesmo jornal, seria operador o sócio João da Costa Gomes, sendo desconhecida a sua formação prévia nesta área.

As sessões que se seguiram à inauguração foram do agrado geral o que veio provar que havia público para todas as casas de espectáculos. O primeiro obstáculo a vencer, pelos empresários do Salão High Life, deveu-se às irregularidades de abastecimento de energia eléctrica, devido à escassez de água no Rio Corgo. Esse era aliás um problema recorrente em Vila Real, durante a época estival³¹.

Disso dão conta relatos dos jornais locais, do seguinte teor: *“O açude do Agueirinho da Empresa de Luz Eléctrica encontra-se já solidamente reconstruído. Assim a iluminação que tem sido feita a petróleo há meses vai ser substituída por luz eléctrica logo que a corrente do rio permita”*³².

Por esse mesmo motivo, o proprietário do Teatro Salão, por exemplo, fechava a temporada do cinematógrafo em Julho e só abria nova temporada em Outubro ou Novembro. Esse era também o tempo em que as famílias das elites e da classe média iam para termas, para as praias de Leça da Palmeira, Póvoa de Varzim ou Foz do Douro, ou para as suas casas de campo, incluindo para seguir os seus trabalhos das vindimas ou outras colheitas.

30 *Notícias de Vila Real*, de 11 de Junho de 1911, p. 2.

31 Daí que a Câmara Municipal, em Setembro de 1911, aprove a remodelação do contrato de fornecimento de luz eléctrica, que propôs ao concessionário, Emilio Biel. A Câmara exigia ao concessionário para além de outras cláusulas, o estabelecimento de um motor que produzisse luz permanente; a redução a 2/3 do preço da luz fornecida a particulares a 500 réis mensais por cada lâmpada de 16 velas fornecida ao município e a 2\$000 réis mensais pelos arcos voltaicos. Em contrapartida a Câmara propunha-se prorrogar o prazo de concessão por mais 30 anos. (Cf. *O Vila-Realense*, de 7 de Setembro de 1911).

32 *O Distrito de Vila Real*, de 3 de Outubro de 1907. Uma outra do mesmo jornal, datada de 13 de Agosto de 1908 refere que devido às chuvas tinha aumentado o caudal do Rio Corgo e, com isso, regressava a luz eléctrica, saindo *“Vila Real das trevas em que permanecia há quatro meses”*.

1.6. A apetência da família Costa (ramos Costa Lobo e Costa Gomes) para às actividades do espectáculo em Vila Real

Do que fica dito sobressai que António da Costa Gomes, cujos apontamentos biográficos serão adiante apresentados, foi um dos precursores do cinema em Vila Real.

Contudo, pretende-se aqui dar conta que outros seus familiares estão ligados ao cinema ou ao aparecimento de outras casas de espectáculo em Vila Real.

1.6.1. Os Costa Lobo e o Teatro Circo

Com efeito, entre os fundadores da Empresa do Teatro Circo, em 9 de Agosto de 1889, encontram-se Albano Eduardo da Costa Lobo (mais tarde gerente do Banco de Vila Real), o bacharel Francisco de Sales da Costa Lobo e Manuel da Costa Lobo (à data tesoureiro da Câmara Municipal de Vila Real). Entre estes elementos da família Costa Lobo estava o Dr. Francisco de Sales da Costa Lobo, médico, político e arqueólogo, nascido em S. Pedro (Vila Real), em 21 de Novembro de 1852, o qual era filho de Agostinho José da Costa, nascido em Adoufe, no ano de 1825, e que foi o fundador do Banco Comercial, Agrícola e Industrial de Vila Real. Este banco, aprovou um empréstimo, em 11 de Maio de 1891, para conclusão das obras do Teatro Circo.

Costa Gomes	Costa Lobo	Parentesco
Manuel da Costa Gomes C.c. Ana Alves Teixeira	Agostinho José Costa C.c. Henriqueta Conceição Freitas Lobo	Irmãos, filhos de Francisco da Costa e Ana Gomes
António da Costa Gomes C.c. Luísa Teresa Pimenta	Francisco Sales Costa Lobo C.c. Maria do Loreto Oliveira Baía	Primos-direitos
José Augusto Alves C.c. Ermelinda de Jesus Alves	Agostinho Baía Costa Lobo C.c. Ana Azevedo Castelo Branco	Primos em 2º grau
Maria Luísa Alves C.c. António Joaquim Conde	Maria Luísa Azevedo Castelo Branco C.c. António Maria Vasconcelos Morais Sarmiento	Primos em 3º grau

Imagem nº 6 – Relação familiar entre os Costa Lobo e Costa Gomes, a partir de Francisco Costa e Ana Gomes (5 gerações)

1.6.2. Os irmãos Costa Gomes e o Salão High Life

Também João da Costa Gomes e César Augusto da Costa Gomes eram irmãos entre si e sobrinhos de António da Costa Gomes, já que eram filhos de Joaquim da Costa Gomes³³, seu irmão.

João Baptista da Costa Gomes nasceu na Rua das Flores, da freguesia de S. Pedro, em 29 de Setembro de 1881. Em 1907 morava na freguesia de S. Dinis e era proprietário de uma chapelaria, na actual Rua de Serpa Pinto, a qual foi vítima de um incêndio em 9 de Julho de 1907³⁴. Mais tarde abriu chapelaria na Rua Central, onde, a partir de 1909, eram vendidos os bilhetes para o cinema no Teatro Salão, propriedade de seu tio.

César Augusto da Costa Gomes nasceu na Rua das Flores, freguesia de S. Pedro, em 27 de Maio de 1884, tendo sido baptizado a 24 de Agosto.

Foi 1.º sargento do Regimento de Infantaria n.º 13, em Vila Real, e foi um republicano desde a primeira hora. Participou na reunião do Comité Secreto Republicano que teve lugar em 11 de Julho de 1907, no lugar do Paiol, junto ao Arcabuzado³⁵.

Foi casado com Delfina Ribeiro e faleceu a 29 de Junho de 1957.

2. A história de vida de António da Costa Gomes

2.1. Nascimento e criação

António da Costa Gomes nasceu no lugar de Borbelinha, freguesia de Adoufe, em 5 de Dezembro de 1857, filho de Manuel Gomes Costa, lavrador, e Ana Alves Teixeira. Era neto paterno de Francisco da Costa, natural do lugar das Cales, freguesia de Lordelo e de Ana Gomes, do lugar de Borbelinha e neto

33 Joaquim da Costa Gomes, nasceu em Adoufe a 28 de Fevereiro de 1848, filho de Manuel Gomes da Costa e Ana Alves Teixeira. Casou em Adoufe, com Maria do Carmo Rocha, da Freguesia de São Pedro, em 17 de Novembro de 1880. Moradores na Rua D. Margarida Chaves, foram pais de João, Joaquim, César, Ermelinda e Aurora. Sendo negociante, faleceu de acidente, em 22 de Janeiro de 1910, na Quinta da Mourisca, freguesia de Santa Comba da Ermida.

34 O Vila-Realense, de 11 de Julho de 1907, p. 3. Segundo o jornal “O Progresso do Norte”, de 13.07.1907, a destruição foi total e estiveram no rescaldo as duas corporações de bombeiros e 25 operários do Comendador Ló Ferreira.

35 NEVES, Elísio Amaral (2010) – O 5 de Outubro de 1910. Antologia, Vila Real, Grémio Literário Vila-Realense, p. 10

materno de José Alves, do lugar de Dornelas, freguesia de Lamas de Olo e de Joaquina Teixeira, do lugar e freguesia de Lamas de Olo.

Foi baptizado na igreja paroquial de Adoufe, em 13 de Dezembro do mesmo ano, pelo padre José Maria Fernandes Coutinho, tendo sido padrinhos os seus tios António da Costa Gomes (clérigo), de Borbelinha e Maria Alves, do lugar de Dornelas (Lamas de Olo).

Era irmão de Joaquim (1847), Teresa (1855), João (1860), Domingos (1861), todos nascidos no lugar de Borbelinha, freguesia de Adoufe.

2.2. O casamento e as primeiras ocupações profissionais

Em 11 de Agosto de 1881, tendo 25 anos de idade e sendo lavrador, casou, na igreja paroquial de Borbela, com Ana Teixeira Roçadas, de 24 anos de idade, filha de Plácido Alves Roçadas e Ana Augusta Teixeira. Viveram no lugar das Roçadas, da freguesia de Borbela, não muito longe da igreja matriz e aí nasceram os primeiros filhos: Emília (Roçadas, 13.09.1881) e Maria Salomé (Roçadas, 1882).



Imagem nº 7 – Fotografia de António da Costa
(Arquivo do autor)

Menos de três anos depois mudaram-se para Borbelinha, em casa ainda existente na rua da estrada que dá para Outeiro, do lado direito. Aí nasceram os restantes filhos, designadamente Teresa de Jesus (Borbelinha, 1884), António (1885), Armindo (1887), Ermelinda (1888), Ana da Trindade (1890), Manuel Joaquim (1892), Laura de Jesus (Borbelinha, 1893 - falecida), Laura de Jesus (Borbelinha, 1895), Hora da Ascensão (Borbelinha, 1896), Maria das Dores (Borbelinha, 1898), Albertina de Jesus (Borbelinha, 1900) e Joaquim (Borbelinha, 1901).

Em 1884, à data do baptismo de Teresa de Jesus, era carpinteiro e morador em Borbelinha onde nasceu a filha.



Imagem nº 8 – Casa de António da Costa Gomes, em Borbelinha (Adoufe)
Foto do autor.

2.2.1. Uma relação extra-conjugal consistente

Da relação extra-conjugal, que teve com Luísa Teresa Pimenta, nasceram os seguintes filhos: José Augusto (Borbelinha, 1888), Silvina (S. Pedro, 1893), Maria dos Remédios (S. Pedro, 1895 - falecida), Maria dos Remédios (S. Pedro, 1896), Cristina (S. Pedro, 1899), Sílvia (S. Pedro, 1903), César (S. Pedro, 1905).

Quem era Luísa Teresa Pimenta?

Luísa Teresa, filha de José Bernardino Alves Pimenta, alfaiate, e Apolónia da Cunha, residia em Borbelinha a escassos 50 metros da casa daquele que foi o pai dos seus filhos. Em 1887, aos 23 anos, tornou-se comadre de António da Costa Gomes, sendo madrinha de Armindo, baptizado na igreja de Adoufe, em 8 de Maio de 1887.

No meio familiar do autor deste artigo corria a versão, veiculada por sua mãe, de que Luísa Teresa, aquando do nascimento de Armindo, seu afilhado, foi ajudar a esposa legítima de António da Costa Gomes, quando esta estava debilitada após o parto.



Imagem nº 9 – Luísa Teresa Pimenta
(Arquivo do autor)

A paixão, que se tornou para toda a vida, ter-se-ia iniciado pouco depois, sendo que o primeiro fruto desta relação, de nome José Augusto, nasceu 18 meses depois. Curiosamente, um mês depois do nascimento de José Augusto, em Novembro de 1888, nascia Ermelinda da Conceição, filha legítima do casal António e Ana das Dores.

Contra a relação extra-conjugal revelaram-se os pais de Luísa Teresa (vizinhos do supositício “genro”), que a obrigaram a ir viver em S. Martinho de Anta em casa de amigos que eram pais do padre Avelino, mais tarde, grande amigo de Miguel Torga. Isso não obstou a que António da Costa Gomes a tivesse

voltado a seduzir, passados pouco mais de três anos, nascendo a segunda filha, de nome Silvina, (mais tarde grande modista de Vila Real) nascida, em Março de 1893, na Rua de Santo António.

António foi assim pai de 21 filhos conhecidos, sendo 14 da mulher legítima e 7 de Luísa Teresa. Curiosamente, sempre terá vivido com a esposa legítima, em Borbelinha, a qual teve ainda 9 filhos, após o início do episódio da “traição”.

Os filhos tidos fora do casamento foram criados e educados pela mãe, Luísa Teresa, na freguesia de S. Pedro, à excepção de José Augusto que foi criado pelos avós maternos, em Borbelinha, bem perto da casa do “incógnito” pai. A relação de António da Costa Gomes com os filhos criados em ambiente urbano terá sido razoável, sendo voz corrente em família que, após a venda do teatro, quis que lhe fossem reservados lugares grátis no mesmo, para assistir a espectáculos de cinema e outros.

2.3. O testamento e a perfilhação dos filhos ilegítimos

Em 1929 Luísa Teresa conseguiu convencê-lo a fazer testamento cerrado, que ficará em sua posse. Nesse documento, com data de 9 de Novembro, perfilhou os 6 filhos vivos dessa relação, nascidos entre 1888 e 1905, com todos os direitos

daí recorrentes, incluindo o de herdar e usar o apelido Costa Gomes, a exemplo dos 14 meios-irmãos.

António da Costa Gomes faleceu, em Borbelinha, na casa onde morava, em 3 de Outubro de 1940, e foi sepultado, em jazigo de família, no cemitério de Adoufe.

Em 26 de Outubro seguinte, passados já 23 dias após a morte, Luísa Teresa apresentou o testamento cerrado, escrito, em 1929, pelo então notário Bacharel Júlio da Fonte Magalhães, o qual foi aberto e registado pela notária da comarca de Vila Real, a licenciada Cidália Osório Roseira. Perante a demora justificou a apresentante que o documento *“de tam bem guardado, o tinha perdido entre outros documentos e só ontem depois de muitas buscas lhe foi possível encontrá-lo”*.

A cláusula mais importante refere: *“Reconheço como meus filhos para todos os efeitos legais, e como taes os quero perfilhar e perfilho os seguintes seis indivíduos, todos filhos de Luíza Alves Pimenta, solteira, maior, proprietária, residente em Vila Real, e nascidos já depois do meu casamento”*.

Por despacho de 23 de Abril de 1941 passaram a poder usar o apelido de família Alves da Costa Gomes. Todos exerceram o direito à herança dos bens a que tinham direito, que constavam, na sua maioria, de propriedades no lugar de Borbelinha, e do uso dos apelidos do pai, à excepção do filho mais velho José Augusto, morador no lugar do Lameiro de Fora, que recusou fazê-lo por nunca ter perdoado ao pai a relação extra-conjugal, apesar de gostar muito de sua mãe.

3. António da Costa Gomes: o empresário e amante do cinema

António da Costa Gomes, para além de proprietário rural que sempre foi, ao longo da vida, aprendeu a profissão de carpinteiro e tornou-se depois mestre-de-obras. Como pode ser comprovado pelos jornais, foi ele que executou as obras de adaptação a teatro das ruínas do velho convento de S. Domingos, ardido algumas décadas atrás. Provavelmente, terá feito outras obras que não foi possível documentar.

Entre a família do autor corria a informação de que tinha sido chamado a fazer a armação do telhado do Edifício Municipal, em virtude de o mestre contratado não ter conseguido dar-lhe seguimento. Este edifício, sito na Avenida Almeida Lucena, serviu, entre outros usos, para Secretaria do Regimento de Infantaria n.º 13 (também chamado de Quartel Velho) e de instalações de serviços do Instituto Politécnico de Vila Real e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Contudo, merece aqui ser recordada a sua faceta de amante do cinema, sendo um dos pioneiros em Vila Real da criação, em 1909, da primeira casa de espectáculos, adaptada de raiz para a exploração da arte cinematográfica, quer em nome individual, quer como gerente da firma Costa & Almeida.

Cedo teve a percepção de que o cinema teria de passar das feiras para os salões e que isso poderia ser um bom negócio.

O sucesso do Teatro Salão muito deve ao seu proprietário que foi hábil ao lidar com os seus concorrentes (Teatro-Circo e Salão High Life), ao procurar a cumplicidade da imprensa local, que lhe fazia publicidade, através da notícia e ao saber rodear-se de bons profissionais.

Contudo o ambiente político e social que o País viveu, com a implantação da República, foi fundamental, já que esta atribuiu ao cinema um importante papel na formação e informação do cidadão.

Nesse aspecto não é possível estar mais de acordo com Luísa Teixeira Barbosa que afirma que *“Com a afirmação do republicanismo português, ganhou raízes a ideia de que o cinema, tal como o teatro, deveria servir a educação do cidadão, pois com ele tinha oportunidade de obter conhecimento e de reflectir sobre os assuntos tratados pelos filmes”*³⁶.

Considerações finais

Pretendeu-se com o presente estudo dar a conhecer os primórdios do cinema em Vila Real, primeiro veiculado nas festas/feiras de Santo António e, mais tarde, através da fundação do Teatro Salão (1909) e do Salão High Life (1911).

Paralelamente procurou-se saber das influências regionais que estiveram na génese do cinema vila-realense, obviamente localizadas na Capital do Norte, de onde vinham as fitas, sendo certo que António da Costa Gomes, deve ter tido contactos prévios, na cidade do Porto, que o convencerem a investir numa área totalmente nova.

Ao longo dos 14 anos que esteve à frente dos destinos do Teatro, desde a fundação, em 1909, ao trespasse, nos finais de 1922³⁷, António da Costa Gomes

36 BARBOSA, Luísa Teixeira - “A Formação do Gosto pelo Cinema em Santarém, 1895-1959. O Cinema no Teatro Taborda, (1895-1954). Visualida em 08.08.2018, em: www.circuloculturalscalabitano.pt/ccs/estudos/cinema_lb.pdf

37 De acordo com o jornal A Democracia, de 1 de Janeiro de 1923, o trespasse deu-se na transição de 1922 para 1923, a julgar pela notícia que refere que *“Neste teatro que desde 1 do corrente é propriedade de uma nova empresa, efectuaem-se hoje 2 sessõess com a fita Crime de Sacrificio”*.

deu mostras de ser um grande empresário, pela forma hábil como conseguiu alcançar sucesso, num espaço que todos reconheciam acanhado.

Inicialmente até poderia ser visto como um visionário, mas a sua gestão revelou tudo menos isso. Soube tirar partido do papel da comunicação social, então muito aguerrida, em Vila Real, onde eram anunciadas as peças, ou onde divulgava alguns comunicados ou esclarecimentos da empresa, ou, ainda, recados à concorrência. Criticado pela falta de algumas condições de segurança, foi adaptando as instalações às exigências das autoridades administrativas ou ao conforto que achava devido proporcionar ao público.

A escolha das fitas a apresentar, a introdução de novos aparelhos de projecção sempre que se justificava, a actuação da orquestra, sempre foram preocupações que estiveram na mente do empresário.

Na parte do teatro, propriamente dito, aqui se “estabeleceram”, as grandes companhias lisboetas que jornadeavam pela província e actuaram os melhores artistas, músicos e habilidosos. Uma das vertentes a assinalar na sua gestão é a abertura do Teatro Salão às instituições, com espectáculos a favor de associações mutualistas e suas “caixas de socorros”, bombeiros, obras de assistência a crianças, caixas escolares, autoridades públicas e causas sociais, designadamente a favor de pessoas carenciadas ou no desemprego.

O estudo pretendeu também investigar a relação de vários elementos da família Costa (versão Costa Gomes e Costa Lobo), com as artes do espectáculo em Vila Real.

Melhor que a defesa teórica do contributo de António da Costa Gomes para a introdução e divulgação do cinema em Vila Real e a tentativa de demonstração do seu papel de pioneiro da “sétima arte” na nossa região, a qual depressa ganhou um público fiel, é transcrever aqui a “verdade”, nua e crua, do sucesso e da contingência, veiculada através de notícia de um periódico local, divulgada bem perto do final da gestão de António Gomes, à frente dos destinos do Teatro Salão.

“Cinema.

Entrou nos hábitos de Vila Real esta diversão. É indispensável como o aprumo ao casquilho, o pó de arroz às senhoras ou a esmola ao pedinte. Não censuramos os frequentadores tanto mais que a empresa Gomes não nos apresenta fitas de assuntos pelintras. Pena é que o Salão não ofereça aquela comodidade que era justo e que é vulgar encontrar em terras de somenos importância. Uma modificação era oiro sobre azul para inutilizar aquelas portas transmissoras de constipações. Não seria possível também o Sr. Gomes modificar as coisas de modo que as sessões não terminassem às 2 da manhã?”³⁸

38 O Corgo, de 10 de Abril de 1921.

À laia de conclusão interrogo-me do que teria ficado a pensar, António da Costa Gomes, do alto dos seus 65 anos, ao ler esta notícia, quando já era mais que evidente, para si, a necessidade de dar lugar aos novos, nesta área. E, tal como Herculano procurou a “sua” Vale de Lobos, António da Costa Gomes recolheu-se à pacatez da labuta nos campos, na aldeia de Borbelinha, aquela carinhosa aldeia que faz parte do cenário geográfico da novela camiliana “O Degredado” e das lembranças da meninice do autor destas linhas, onde estas “estórias”, ora resgatadas, ganharam as primeiras raízes.

Do presente estudo, espera-se que seja uma mais-valia para a história local vila-realense e que contribua para o melhor conhecimento dos primórdios do cinema à escala local e nacional uma vez que, infelizmente, o tema tem sido, até aqui, pouco tratado.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES:

Arquivo Distrital de Vila Real:

- Fundo do Governo Civil/Livro de registo de licenças
- (ADVRL/ACL-GCVR/H/C/006/Lv 0958)

Registos de licença de espectáculos públicos referente aos anos de:

- 1918 – fls. 27v e 28 (António Gomes & Almeida)
- 1919 – fls. 29v e 30 - licença de exploração de teatro (António da Costa Gomes)
- 1920 – fls. 33v e 34 (exploração de teatro – António da Costa Gomes)
- 1921 – fls. 38v e 39 (exploração de teatro – António da Costa Gomes)
- 1922 – fls. 42v e 43 (exploração de teatro – António da Costa Gomes)

Registos Paroquiais:

- Baptismo, casamento e óbito/ Freguesias de Adoufe, Borbela e São Pedro – (Vários anos)

Cartório Notarial de Vila Real:

- Testamento cerrado de António da Costa Gomes, de 09.11.1929.
- Registo de testamento de António da Costa Gomes, de 26.10.1940.

BIBLIOGRAFIA:

- **AIRES**, Joaquim Ribeiro (2010) – *Vila Real. Roteiros Republicanos*, Matosinhos, Quidnovi.

- **COSTA**, Alves (1978) – *Breve história do cinema português – 1896-1962*, Lisboa, Instituto da Alta Cultura – Biblioteca Breve.
- **COSTA**, Alves (1975) – *Os antepassados de alguns cinemas do Porto*, Instituto Português de Cinema/Cinemateca Nacional.
- **NEVES**, Elísio Amaral (2008) – *Colecção de cartazes de espectáculos de 1892 a 1910 de José Augusto Pinto de Barros*, in NEVES, Elísio Amaral; CABRAL, A. M. Pires - Vila Real, *História ao Café*, Vila Real, Grémio Literário Vila-Realense/Câmara Municipal de Vila Real.
- **NEVES**, Elísio Amaral (2008) – *Do Campo do Tabulado à Avenida Carvalho Araújo*, in NEVES, Elísio Amaral; CABRAL, A. M. Pires - Vila Real, *História ao Café*, Vila Real, Grémio Literário Vila-Realense/Câmara Municipal de Vila Real.
- **NEVES**, Elísio Amaral (2010) – *O 5 de Outubro de 1910. Antologia*, Vila Real, Grémio Literário Vila-Realense.
- **NOGUEIRA**, Vítor (2008) – *A Central do Biel*, Peso da Régua, Fundação Museu do Douro.
- **NOGUEIRA**, Vítor (2008) – *O Teatro Circo*, in NEVES, Elísio Amaral; CABRAL, A.M. Pires - Vila Real, *História ao Café*, Vila Real, Grémio Literário Vila-Realense/Câmara Municipal de Vila Real, p. 483-488.
- *O postal ilustrado veículo de propaganda do concelho de Vila Real no início do século*, Vila Real, Câmara Municipal/Núcleo Cultural Municipal, 1979.
- **TELES**, Manuel Tavares (2016) - *Camilo e o Teatro de Vila Real*, Vila Real, Grémio Literário Vila-Realense.

Fontes Hemerográficas:

- Jornais: “A Democracia”, “O Corgo”, “Alvorada”, “Voz do Marão”, “O Distrito de Vila Real”, “O Vila-Realense”, “Ordem Nova”, “O Povo do Norte”, “Voz Pública” (de 1907 a 1935).

Internet:

- **BARBOSA**, Luísa Teixeira - “A Formação do Gosto pelo Cinema em Santarém, 1895-1959. O Cinema no Teatro Taborda, (1895-1954). Visualida em 08.08.2018, em: www.circuloculturalscalabitano.pt/ccs/estudos/cinema_lb.pdf
- **CUNHA**, Paulo; **SALES**, Michelle (org.) (2013) - Cinema Português: um Guia Essencial. Visualizado em 2018.10.01 em:
- https://www.academia.edu/5720305/Cinema_Portugu%C3%AAs_um_Guia_Essencial_2013_ed._com_Michelle_Sales



Imagem n.º 10 – Teatro Avenida, sucessor do Teatro Salão.

Anexo I

Testamento

“Auto de abertura e publicação de testamento cerrado.

Em vinte e seis de Outubro de mil novecentos e quarenta, nesta Vila Real, Rua Alves Correia, numero dois, e Secretaria Notarial, perante mim Licenciada Cidália Osório Roseira, notaria da comarca e testemunhas conhecidas, adeante nomeadas e assinadas, cujo idoneidade verifiquei em face das suas próprias declarações compareceu a senhora Luisa Alves Pimenta, solteira, maior, proprietária, residente nesta cidade, pessoa cuja identidade me foi abonada pelas mesmas testemunhas identidade por isso que certifico, e me apresentou, para este auto de publicação e registo, aberto o testamento cerrado de Antonio da Costa Gomes, casado, proprietário, morador que foi no lugar de Borbelinha, freguesia de Adoufe, desta comarca, onde faleceu no dia tres do corrente mes e ano, o que certifico pelas informações da comparecente, de quem tem os seis filhos referidos no mesmo testamento e só agora o apresenta porque de tam bem guardado, o tinha perdido entre outros documentos e só ontem depois de muitas buscas lhe foi possível encontra-lo. Declaro eu, notaria que o mesmo testamento não apresenta qualquer vicio ou outro motivo que duvida faça e está nos termos indicados no

auto de aprovação, isto é, escrito e assinado e rubricado por ele testador e ocupa trinta e uma linhas da primeira/ pagina incluindo as da assinatura do testador e escrevente e por eles sub, digo e que tem a data de nove de Novembro de mil novecentos e vinte e nove, feito nesta cidade, com o auto de aprovação lavrado em dez de Novembro do referido ano de mil novecentos e vinte e nove, escrito pelo notário desta comarca, e agora também desta Secretaria Bacharel Julio da Fonte Magalhães. A pedido da apresentante e nos termos legais procedi na presença da apresentante e das testemunhas à abertura ou publicação do mesmo testamento imediatamente à entrega que dele me foi feito, lavrei o presente auto ainda na presença de todos que rubricaram o referido testamento, e que eu vou em seguida registar, selar e arquivar, registrando-o por extenso neste mesmo livro e em seguida ao presente auto. Foram testemunhas Arlindo Silveira Cabral Borges, guardafiscal reformado e João Carvalhais, agenciário, ambos viúvos residentes nesta cidade, que com a apresentante e comigo notaria vão este auto assinar apondo ainda a apresentante a sua impressão digital do indicador direito, e que eu li e expliquei, em voz alta, e em acto continuo na presença simultânea de todos. Ressalvo as rasuras/ que dizem “tres digo”.

[Assinaturas de]

Luiza Alves Pimenta, Artur da Silveira Cabral Borges, João Carvalhaes, a notária Cidalia Osório Roseira.

Registo do testamento cerrado de Antonio da Costa Gomes. Testamento cerrado. Declaro eu Antonio da Costa Gomes, casado, proprietário, residente em Borbelinha, freguesia de Adoufe, desta comarca, no uso pleno das minhas faculdades mentais e livre de toda e qualquer coacção, que faço o meu testamento cerrado, nos termos seguintes. Reconheço como meus filhos para todos os efeitos legais, e como taes os quero perfilhar e perfilho os seguintes seis indivíduos, todos filhos de Luiza Alves Pimenta, solteira, maior, proprietária, residente em Vila Real, e nascidos já depois do meu casamento: José Augusto, nascido em Borbelinha, freguesia de Adoufe, aos vinte e nove de Outubro de mil oitocentos e oitenta e oito, e registado no respectivo livro sob o numero cinquenta e nove, hoje casado, residente em Borbelinha – Silvina, nascido na freguesia de São Pedro, aos dez/ sete de Março de mil oitocentos e noventa e tres, e registada sob o numero vinte, hoje solteira, residente em Vila Real. Maria dos Remédios, nascida em Vila Real aos vinte de Setembro de mil oitocentos e noventa e seis e registada em São Pedro, sob o numero cento e trinta e cinco, hoje casada e residente em Vila Real – Cristina, nascida em São Pedro de Vila Real, aos dois de Janeiro de mil oitocentos e noventa e oito, registada sob o numero catorze, solteira e hoje residente em Vila Real – Silvia, nascida em São Pedro, em vinte e sete de Novembro de mil novecentos e dois, registada sob o numero trinta e

nove, solteira e hoje residente em Vila Real – Cesar; nascido em São Pedro, de Vila Real, em dois de Novembro de mil novecentos e cinco, registado sob o numero dezasseis, hoje solteiro e residente em Vila Real. E por ser verdade, pedi a Manuel Lima, casado, ajudante de notário, residente em Vila Real que escrevesse este testamento, que li e está de harmonia com a minha vontade e com o mesmo Manuel Lima vou assinar e rubricar. Vila Real nove de Novembro de mil novecentos e vinte e nove. (aa) Antonio da Costa, Manuel Lima. Auto de aprovação: em dez de Novembro de mil e novecentos e vinte e nove, nesta Vila Real e meu cartório à Avenida Carvalho Araújo numero cincoenta, perante mim Julio da Fonte Magalhães, notário da sede desta comarca e as tres testemunhas idóneas, minhas conhecidas – Antonio Luis Cardoso Pinto, casado, comerciante, José Pinto Lopes da Silva, solteiro, maior, proprietário e Jose Augusto Figueiredo Junior, casado, secretario de finanças de segunda classe, todos residentes em Vila Real, compareceu o Senhor Antonio da Costa Gomes, casado, proprietário, residente em Borbelinha, freguesia de Adoufe desta comarca, pessoa cuja identidade foi neste acto verificada, que todos nós tanto eu como as testemunhas certificamos ser o próprio, bem como todos nós certificamos que o mesmo se encontra em seu perfeito juízo e livre de toda e qualquer cocção. E pelo mesmo António da Costa Gomes, na presença das referidas testemunhas me foi apresentado este testamento, declarando que ele é a disposição da sua ultima / vontade escrito por Manuel Lima, casado, ajudante de notário, residente em Vila Real e assinado e rubricado, tanto por ele testador como pelo mesmo Manuel Lima. E eu notário, vendo o testamento sem o ler achei que de facto é escrito, assinado e rubricado pelo dito Manuel Lima e também assinado e rubricado por ele testador (encontrando) digo testador, contendo pois mais de metade da pagina anterior a esta declarou ainda o testador que ao mesmo Manuel Lima havia rogado lhe escrevesse este testamento em vista de ele o poder fazer só com dificuldade. Na presença das referidas testemunhas que foram continuamente presentes desde o principio até ao fim, lavrei ininterruptamente este auto de aprovação que o testador e testemunhas comigo notário vão assinar e que eu li em voz alta ainda na presença simultânea de todos, testemunhas e testador, o qual me declarou não o querer ler, tendo também declarado expressamente que prescindia das formalidades de cozer, / lavar e lançar na face exterior da folha que servir de envolucro a nota que declare a pessoa a quem este testamento pertence dou fé de que foram cumpridas e praticadas em acto continuo todas as formalidades legais, excepto quanto às que ficam especialmente referidas, e que, como se disse, foram omitidas por expressa e declarada vontade do testador. O selo, devido na importância de vinte escudos, será pago em estampilhas coladas em seguida ao conteúdo e imediatamente. (aa) Antonio da Costa Gomes – Antonio

Luis Cardoso Pinto, assinados sobre dois selos de imposto no valor total, de vinte escudos. (aa) José Pinto Lopes da Silva – José Augusto de Figueiredo Junior. O notário (a) Julio da Fonte Magalhães. Emolumentos deste e registo - Numero oito da tabela – trinta escudos. Numero vinte e nove, segundo – trinta escudos. Total sessenta escudos. Sessenta escudos tem colados e devidamente inutilizados com a assinatura de Julio da Fonte Magalhães cinco estampilhas do imposto de selo no valor total de dez escudos e trinta centavos. Tem um / carimbo a tinta a óleo com o escudo nacional ao centro e em volta os dizeres: Notariado Portugues: Julio Magalhães. Vila Real. Tem no alto da primeira pagina as seguintes rubricas: Gomes, M. Lima, Pimenta, Borges, Carvalhaes e colada e devidamente inutilizada com a rubrica de Cidalia Roseira uma estampilha fiscal da taxa de cincoenta escudos. Nada mais contem no transcrito documento que fielmente fiz registar. Vila Real vinte e seis de Outubro de mil novecentos e quarenta. Ressalvo a rasura que diz “face”.

A notaria Cidália Osório Roseira

Imposto do selo incluindo o de recibo dois escudos e setenta centavos. Roseira”.

Foi concluído este estudo, dedicado à memória de minha mãe, Maria Luísa, na Quinta da Levandeira (Abambres), em Outubro de 2018.

***O texto, por opção do autor, não respeita o Acordo Ortográfico em vigor.**

Agradecimentos:

- Ao Dr. A. M. Pires Cabral, pela aprovação para publicação deste trabalho.
- Ao Sr. Elísio Amaral Neves, grande conhecedor e estudioso da história local vila-realense, por toda a colaboração prestada.
- À Biblioteca Municipal de Vila Real, pela disponibilização dos periódicos e demais material para consulta.
- À Inês, minha filha, pelo cuidado na revisão do texto.

Notas sobre os Judeus no Nordeste Transmontano. Os Marranos em Trás-os-Montes

*António Pimenta de Castro*¹

Breve Introdução

Não se pode falar da História de Trás-os-Montes, sem se falar dos marranos, ou seja, de uma parte importante da nossa população, de origem judaica. Na verdade, não se sabe ao certo a vinda dos primeiros judeus para o território que hoje é Portugal. São inúmeras as lendas a que vários autores aludem, mas que precisam de uma confirmação histórica incontestável. Por isso apenas vamos falar da sua vinda, com provas concretas e comprovadas com documentos. Vamos pôr de parte lendas que, não passam disso mesmo. Como escreveu a Sr.^a Professora Maria José Pimenta Ferro:

“Desde cedo, na Península Ibérica, existiram judeus. Viessem eles como comerciantes no tempo de Salomão, ou como fugitivos no tempo de Nabucodonosor (ou seja, em 587 antes da nossa atual era), ou, mais tarde, durante o império romano, a verdade é que as suas comunidades apareceram aqui e a sua origem mergulha na escuridão do tempo e na confusão das lendas e tradições. Pertence ao século III da nossa era, o mais antigo documento escrito relativo aos judeus na Península

1 - Docente de História no Agrupamento de Escolas Dr. Ramiro Salgado, Torre de Moncorvo, Sócio da Associação de Amizade Portugal-Israel, investigador.

Ibérica, e é do século VI, o mais antigo vestígio que fala deles, no nosso território. Trata-se de uma lápide funerária, encontrada em Espiche, perto de Lagos²”.

Contudo, esta questão não é totalmente pacífica, escreveu, Carsten L. Wilke:

“Fora da capital provincial, estelas antigas de judeus lusitanos foram encontradas em Villamesías (perto de Tujillo) e, há uma vintena de anos, em Mértola, a antiga Myrtilis, no Alentejo. Essa pedra é o mais antigo testemunho da presença judaica no actual território português. Mas ela é - lá está - muito incompleta; da inscrição, ornamentada por uma *menorah* gravada, não resta senão a parte inferior, comportando uma datação em língua e calendário latinos: *die quar (ta n) onas octo (bri) era DXX*, o que corresponde a 4 de Outubro de 482. O costume de redigir as inscrições funerárias em língua hebraica só se difundiu quatro séculos mais tarde. Assim, os dois epitáfios hebraicos encontrados em Espiche, perto de Lagos, tidos durante muito tempo como o mais antigo vestígio judaico em Portugal, não podem manifestamente datar do século VI como pretendem os manuais, pois o seu vocabulário é nitidamente característico da Alta Idade Média³”.

Após a queda do Império Romano do Ocidente, durante o período de dominação visigótica, os judeus vão ter dois períodos diferentes: um primeiro, de tolerância, e um segundo, de muita intolerância, sobretudo após a conversão do rei Recaredo ao cristianismo.

“Durante a primeira década do século IV, os bispos ibéricos, reunidos em concílio em Elvira, perto de Granada, tentaram impedir práticas que parecem testemunhar uma boa vizinhança entre judeus e cristãos: estes últimos, clérigos e laicos, deixavam-se convidar para os festins dos judeus; um costume consistia mesmo em fazer benzer os campos por um adepto da Lei de Moisés. O concílio insurgiu-se em particular contra o facto de judeus viverem maritalmente, ou em concubinação, com cristãs (...) Esta interdição sugere que a diáspora

2 - Ferro, Maria José Pimenta, *Os Judeus em Portugal no Século XIV*, Guimarães & C.a Editores, página 9, Lisboa, 1979.

3 - Wilke, Carsten L., *História dos Judeus Portugueses*, páginas 12 e 14, Edições 70, Lisboa, 2009.

judaica não ficou à margem da mistura étnica da época romana, provocada designadamente pelo tráfico e a libertação de escravos⁴”.

A tolerância inicial vai mudar, como já foi referido, sobretudo com a conversão ao cristianismo do rei Recaredo, em 587. Em 613, o rei Sisebuto é o primeiro monarca visigodo a ordenar perseguições aos judeus, cujas circunstâncias ainda não estão bem conhecidas, outros reis visigodos lhe seguiram o exemplo. Segundo a historiadora Maria José P. Ferro, segundo alguns autores, “(Sisebuto) ter-lhes-ia imposto a alternativa de se baptizarem ou de saírem para sempre do reino⁵”. Com estas perseguições, vemos os judeus a aliciarem os árabes a invadir a Península Ibérica. De facto, até ao desmembramento do Califado de Córdoba, os judeus vivem num clima de paz, excepto alguns raros episódios, o mesmo não acontecendo durante a dominação dos fanáticos almorávidas e dos almóadas:

“Durante as guerras da Reconquista, vemos judeus tomarem o partido dos cristãos e lutam contra os seus irmãos de crença, partidários dos mouros. É por isso que os encontramos nos reinos cristãos da Península, formando, por vezes, grandes e importantes comunidades. Alguns deles sobressaem pela sua riqueza e protecção real e, também, pela sua cultura, como elementos de ligação entre o mundo oriental e o ocidental⁶”.

Por isso vemos, em reinos cristãos, grandes e ricas comunidades judaicas, como é o caso, no nosso reino, nomeadamente em Santarém e Lisboa, onde, no alvorecer da nossa nacionalidade, encontramos grandes comunidades. Não há dúvida que os nossos primeiros reis protegem os judeus. Como é conhecido, poderemos concluir que nos primeiros cinco reinados, os judeus viveram num clima de paz e protecção real. Prova disso é que os judeus são denominados pelos reis portugueses de «os meus judeus» o que indica uma certa protecção e dependência perante o rei. Como escreveu a Professora Maria José P. Ferro:

“Cedo são utilizados pelos nossos monarcas, como superintendentes na arrecadação das rendas públicas. É assim que Yahía Aben-Yaisch,

4 - Carsten L. Wilke, Idem, página 14.

5 - Ferro, Maria José, página 10, Idem.

6 - Ferro, Maria José, Idem, Ibidem, página 10.

primeiro rabi-mor, recebe, como recompensa do auxílio prestado a D. Afonso Henriques, na luta contra os mouros, importantes propriedades e a autorização para usar brasão⁷.”

É o rei que lhes concede, através de uma carta de privilégios, permissão para a criação de uma comuna, onde estão inscritos todos os privilégios. A título de exemplo, a chancelaria de D. Dinis, informa-nos da existência de algumas, como a de Bragança e Mogadouro, como se pode ver no Mapa (comunas judaicas 1279-1383)⁸, da historiadora Maria José Pimenta Ferro, no seu citado livro, também aparecem em Rio Livre e Chaves. Já no século XV no mapa de comunas judaicas (salientando apenas aqui as da região de Trás-os-Montes), aparecem-nos as seguintes: Moncorvo; Freixo de Espada à Cinta, Bemposta, Azinhoso, Miranda do Douro, Bragança, Vinhais, Vila Flor, Alfândega da Fé, Vila Real e Chaves⁹. «Só em 1215, o concílio de Ladrão ordena que os judeus se diferenciem dos cristãos pelo traje ou por qualquer sinal exterior, e, também, que vivam em bairros próprios¹⁰», as judiarias. Até aí usam-nos como aos cristãos para povoar o território.

“A primeira ruptura foi o decreto de expulsão de 1496, transformada, pela força, em conversão geral no ano seguinte (...) A supressão brutal da presença judaica, até então reconhecida no país, foi, na verdade, o resultado dessa marcada presença¹¹”.

Deixou de haver judeus e, os que cá ficaram, passaram a ser cristãos-novos, ou marranos, praticando, muitos deles o criptojudaísmo, ou seja, publicamente praticavam o cristianismo, mas em casa, às escondidas, o judaísmo. Depois foi o massacre de Lisboa de 1506 e o Estabelecimento da Inquisição em 1536. Começa aqui o terror, o medo, mas também um culto encoberto, secreto que vai marcar as nossas terras e as nossas gentes e que ainda hoje, menos que antigamente, persiste, também no inconsciente colectivo das gentes transmontanas. Como vimos, a presença de Judeus no Nordeste Transmontano é muito antiga.

7 - Ferro, Maria José, *Idem, Ibidem*, página 11.

8 - Ferro, Maria José, *Idem, Ibidem*, página 21.

9 - Tavares, Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, Vol. I, página 75, Universidade Nova de Lisboa –Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1982.

10 - *Ibidem*, página 65.

11 - Carsten, Wilke, *O que é a História dos Judeus Portugueses?*, página 8, Edições 70, Lisboa, 2009.

“Toda a mancha fronteiraça do nosso território foi zona eleita pelos judeus para a sua fixação, intensificando-se ainda mais quando os ventos persecutórios da Inquisição Castelhana os empurraram para Portugal, nos finais do século XV. É certamente, a partir desta época que a diáspora judaica, no nordeste transmontano, se reforça, já que a notícia da sua presença nestas paragens se perde no tempo. Assim, e neste contexto, nos surge a vila de Mogadouro como um dos locais onde a influência dos Judeus foi notória, deixando marcas que persistem até aos nossos dias. Os usos, costumes, expressões linguísticas, topónimos, onomástica, actividades económicas, tudo nos atesta a força e persistência da cultura judaica em todo o nordeste e, concretamente em Mogadouro (...). O número de cristãos-novos da diáspora mogadourense vítimas da perseguição inquisitorial é impressionante¹²”.

Sobre este tema, o terror da Inquisição no Nordeste Transmontano, mais concretamente em Sendim e Terras de Miranda, saiu recentemente um livro extraordinário do meu saudoso amigo Amadeu Ferreira, intitulado “Tempo de Fogo”, que é urgente ler.

Porque é que os judeus se fixaram nesta região? Responde-nos Berta Afonso, na citada obra:

“Ora, a zona do Nordeste Transmontano oferecia, neste contexto de instabilidade política, uma área propícia à sua fixação. Toda a ponta nordestina que vai de Vinhais, Bragança, Vimioso, Terras de Miranda, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta era, na época, zona de algum interesse comercial. Confinava com áreas economicamente activas e de ambiente político relativamente estável, Leão e Castela¹³”.

Escreveu o Abade de Baçal;

“O Rabino da Sinagoga de Moncorvo no tempo de D. João I, abrangia na sua jurisdição os judeus de Trás-os-Montes. A comuna dos judeus de Moncorvo é uma das que concorreram, com várias outras,

12 - Afonso, Berta, *Subsídios para o estudo da comunidade judaica de Mogadouro*, Revista Brigantia, Vol. V, N.os 2,3,4, Bragança, 1985.

13 - Idem, página 608.

para o empréstimo lançado por D. Afonso V (1478) para as despesas da guerra¹⁴”.

Outras terras serão dignas de referência, como terras de judeus, como Azinhoso, Lagoaça, Freixo de Espada à Cinta, Argozelo e Carção. Os judeus da Península Ibérica chamam-se sefarditas, de Sefarad, nome bíblico da Península Ibérica.

EM VILARINHO DOS GALEGOS

“A degradação das comunidades judaicas portuguesas acontece progressivamente, sobretudo a partir de 1536, quando é estabelecida a Inquisição. Agora, a sobrevivência das comunidades judaicas, enquanto tal, impunha a preservação da sua religião e identidade, enfrentando e adaptando-se às novas circunstâncias de perseguição e terror. Assim, os judeus (marranos) portugueses vivem o judaísmo possível, observado religiosamente na medida que lhes é possível, com um inequívoco sentido de identidade. Este processo passou por uma atitude de comunidade. Foram inventadas formas subtis e engenhosas de preservar e praticar a religião e tradições judaicas, ocultando essas práticas ao mundo alheio, transmitindo-se entre famílias de geração em geração até aos nossos dias¹⁵”.

Lembro-me perfeitamente da primeira vez que fui a Vilarinho dos Galegos. Percorri a aldeia, como se fosse a Terra Prometida, mostraram-me onde se reuniam as rezadeiras (em Vilarinho dos Galegos, bem como na maior parte do nordeste, eram as mulheres que transmitiam a tradição por via oral), como colocavam as toalhas sobre a cabeça enquanto diziam as orações, que oração era dita ao benzer as torcidas para a Candeia do Senhor, como era feito o pão ázimo (cozido entre duas telhas novas) e com muito pouco, ou nenhum, fermento, como se benziam, os jejuns e as festas, a zona onde se concentravam mais os judeus, enfim, abriram-me a sua alma. Alguns ainda comiam, sempre que podiam, comida Kocher¹⁶. Mas não se pense que foi fácil elas falarem... Lembro-me, a título de exemplo, de dois episódios que registei:

14 - Abade de Baçal, Volume V, página XLV das, Memórias Arqueológicas do Distrito de Bragança, Edição do Museu Abade de Baçal, Bragança, 1983.

15 - João Guerra, na Introdução, página 16, ao livro Os Judeus na Obra de Trindade Coelho, de António Pimenta de Castro, Editado pela Câmara Municipal de Mogadouro, Mogadouro, 1998.

16 - Kocher, é a comida recomendada pela lei judaica.

Estando a Tia Olívia Tabaco¹⁷ a ensinar-me algumas orações, eis que aparece, ao cimo da canelha, um homem que vinha do amanho das terras, então a Tia Olívia colocou o dedo na boca, em sinal de silêncio, e começou a falar das suas doenças, do ano agrícola, etc. Quando o homem desapareceu ela disse-me – “Este não é da nossa raça, é “chuço¹⁸”.



A Tia Olívia Tabaco

O outro episódio foi o seguinte: tendo eu ido visitar uma senhora acamada (ainda em Vilarinho dos Galegos) que me disseram saber muitas orações, a sua empregada, que estava acompanhada de outra senhora, desatou a fazer-me sinais, dizendo-me: “Agora já ninguém sabe nada, morreu tudo e está tudo misturado. As que sabiam morreram, a Patata e outras antigas é que sabiam, mas já morreram todas, agora ninguém sabe nada”. No final da conversa com a senhora acamada, que nada me disse (apesar de eu estar acompanhado pelo meu saudoso Tio Mário Augusto de Oliveira, seu grande amigo), a empregada, sozinha, acompanhou-me até à porta e disse-me: “Apareça daqui a meia hora na casa da Tia Olívia que eu digo-lhe algumas orações”. Assim foi: a dita senhora disse-me uma boa dúzia de orações e muito me contou dos rituais e tradições do seu povo. Sobre a Obra do Resgate, que foi implementada (também em Lagoaça e Vilarinho dos Galegos) pelo tão injustiçado capitão Barros Basto (Ben-Rosh), aqui mais concretamente

17 - O nome da Tia Olívia era, Olívia Rodrigues, Tabaco, por alcunha. Nas aldeias de Mogadouro, sobretudo em Vilarinho dos Galegos, as pessoas eram conhecidas (e ainda são, em grande parte), pelas suas alcunhas familiares.

18 - “Chuço”, ou pronunciando Tchuço, é, em Vilarinho dos Galegos (pelo menos para os marranos), um cristão-velho, que não é descendente de judeus.

pelo Moreh Rev.º Moisés Brito Abrantes¹⁹. Quero partilhar convosco a notícia do jornal da comunidade judaica do Porto (Ha-Lapid), integrado no movimento da “Obra do Resgate”, publicado em 1934.

“Obra do Resgate em Trás-os-Montes” – No dia 18 de Outubro passado partiu para Trás-os-Montes, como missionário da “Obra do Resgate” o Moreh Rev. Moisés Brito Abrantes. Em Lagoaça aguardavam a sua chegada muitos marranos (cristãos-novos), apesar de ser dia de trabalho, e entre eles as famílias dos Talmidim, por estes prevenidas. Fez em várias casas de marranos orações e homilias, esforçando-se e conseguindo reavivar a fé dos nossos antepassados já um tanto amortecida. Ali formou uma junta judaica e seguiu para Vilarinho dos Galegos onde criou duas escolas: uma para meninas, frequentada por cerca de 20 alunas e outra para rapazes, frequentada também pelo mesmo número de alunos.

Às suas orações, parte em hebraico, parte em português, assistiam normalmente cerca de 80 pessoas, em média. As orações eram finalizadas por homilias nas quais fornecia o conforto espiritual.

Fadou em acto solene as seguintes meninas: Lucinda A. d’Almeida, Raquel Davim, Cândida d’Almeida, Raquel Guilhermina Lopes, Ester Branca Rodrigues e Ernestina Branca.

Na sua qualidade de preceptor israelita visitou as povoações de Vilar do Rei, Vila d’Ala, Mogadouro e Fornos, nas quais falou com vários marranos.

A 23 de Janeiro regressou ao Porto, tendo sido saudosamente sentida a sua partida sobretudo em Vilarinho, lugar em que mais se demorou.

As juntas judaicas organizadas ficaram assim constituídas:

LAGOAÇA

Presidente – Acácio d’Oliveira

Secretário- Manoel Augusto Carpinteiro

Tesoureiro- Acúrcio Moreira

VILARINHO DOS GALEGOS

Presidente- Manoel Lopes Rodrigues

Secretário – Francisco José Lopes

Tesoureiro- Artur Augusto Rodrigues²⁰

19 - Que eu conheci pessoalmente, e me tornei amigo quase íntimo, quando já com idade avançada, vivia no Fundão, sua terra.

20 - HA-LAPID (O FACHO), jornal da comunidade judaica do Porto, Porto, 1934. No atual Museu Judaico, situado no segundo andar da Sinagoga do Porto, na rua Guerra Junqueiro (rua entre o Campo Alegre e a avenida da Boavista), num expositor, encontra-se este jornal aberto, precisamente nesta primeira página que citei.

*Tudo se ilumina
para aquele que
busca a luz.*

BEN-ROSH

הַלָּפִיד

*... alumia-vos, e
aponta-vos o ca-
minho.*

BEN-ROSH

(HA-LAPID)
O FACHO

DIRECTOR E EDITOR — A. C. DE BARROS BASTO (BEN-ROSH)
REDACÇÃO Rua Guerra Junqueiro, 340-orto
—Toda a correspondência deve ser dirigida ao director—

COMPOSTO E IMPRESSO NA Empresa DIÁRIO DO PORTO, L.da
Rua de S. Bento da Victoria, 10
PORTO

Obra do Resgate em Traz-os-Montes

No dia 18 de Outubro passado partiu para Traz-os-Montes, como missionário da Obra do Resgate, o Moreh Rev.º Moisés Brito Abrantes.

Em Lagoaça aguardavam a sua chegada muitos maranos, a-pesar-de ser dia de trabalho, e entre êles as famílias dos Talmidim, por estes prevenidas.

Fez em várias casas de maranos orações e homilias, esforçando-se e conseguindo reavivar a fé dos nossos antepassados já um tanto amortecida. Ali formou uma Junta Judaica e seguiu para Vilarinho onde creou duas escolas: uma para meninas, frequentada por cerca de 20 alunas e outra para rapazes frequentada também pelo mesmo numero de alunos.

A's suas orações, parte em hebraico, parte em português, assistiam normalmente cerca de 80 pessoas, em média.

As orações eram finalizadas por homilias nas quais fornecia o conforto espiritual.

Fadou em acto solene ás seguintes meninas: Lucinda A. d'Almeida, Raquel Davim, Candida d'Almeida, Raquel Guilhermina Lopes, Ester Branca Rodrigues e Ernestina Branca,

Na sua qualidade de preceptor Israelita visitou as povoações de Vilar do Rei, Villa d'Ala, Mogadouro e Fornos, nas quais falou com vários maranos.

A 23 de Janeiro regressou ao Porto, tendo sido saudosamente sentida a sua partida sobretudo em Vilarinho, lugar em que mais se demorou.

As Juntas Judaicas organizadas ficaram assim constituídas:

LAGOAÇA

Presidente — Acacio d'Oliveira
Secretário — Manoel Aug to Carpinteiro
Tesoureiro — Acurcio Moreira.

VILARINHO

Presidente — Manoel Lopes Rodrigues
Secretário — Francisco José Lopes
Tesoureiro — Artur Augusto Rodrigues.

Visado pela Comissão de
Censura

Em Lagoaça, a parte mais importante das habitações da gente judaica (sendo, possivelmente das mais ricas) era no Bairro de Cima (na zona da Rebola) e, no Bairro de Baixo, a da gente mais modesta (mas muitos também eram descendentes de judeus, conhecidos, segundo dizem, por “penicheiros”). Um amigo meu ia, quando estava em Trás-os-Montes, mais concretamente em Freixo de Espada-à-Cinta, festejar o Shabbat a Lagoaça com um seu amigo, que praticava o judaísmo, mas que, infelizmente já faleceu.

Quero, no entanto acabar este texto sobre Vilarinho, com a oração rezada ao acender da Candeia do Senhor, às sextas-feiras-feiras á noite, no Shabbat, pela Tia Olívia Tabaco: “Bendito meu Deus, meu Senhor, meu Adonai, que nos mandou e nos encomendou com as suas santas encomendações, benditas e santas, que acendêssemos esta torcida, para alumiar e festejar a noite santa do Senhor, para que o Senhor nos alumie a nossa alma e nos livre de culpas e pecados. Ámen, Senhor, Ao Céu eu vá²¹”.

EM TORRE DE MONCORVO

Também em Moncorvo assim aconteceu. Ainda hoje, os habitantes da freguesia de Felgueiras (concelho de Moncorvo) são conhecidos pela sua ascendência judaica, bem como os nossos vizinhos, de além Douro, de Vila Nova de Foz Côa. Também aqui, a comunidade judaica foi muito importante. Como já referi:

“O Rabino da Sinagoga de Moncorvo no tempo de D. João I abrangia na sua jurisdição os judeus de Trás-os-Montes. A comuna de judeus de Moncorvo é uma das que concorreram, com várias outras, para o empréstimo lançado por D. Afonso V (1478) para as despesas da guerra²²”.

As tradições eram transmitidas, a partir daí, oralmente e transmitidas secretamente, de geração em geração, sobretudo pelas mulheres. Ao preparar este trabalho, li o interessante livrinho de Carsten L. Wilke, de apresentação da sua obra mais profunda “História dos Judeus Portugueses”, das Edições 70, deparei com o seguinte:

21 - Esta oração também foi recolhida pelo Dr. Casimiro Henriques de Moraes Machado e publicado no seu livro, *Mogadouro – um olhar sobre o passado*, página 126, Editado pelos seus herdeiros, Mogadouro, Maio de 1998 (que eu também tive o prazer de apresentar, juntamente com o Dr. Adriano Vasco Rodrigues e pelo Dr. Armando Calejo Pires).

22 - Abade de Baçal, Vol. V, *Os Judeus*, das suas, “*Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*”, página XLIX, Edição da Junta Distrital de Bragança, Bragança, 1977.

“Citarei um exemplo só: de uma oração clandestina, a mais popular dos criptojudéus portugueses, uma trova em vinte versos que chegava a ser uma espécie de hino do criptojudaísmo português. Foi dita já no século XVI e ainda no século XX (...) Os primeiros exemplos surgem nos anos 1580, segundo os estudos eruditos da professora Elvira de Azevedo Mea: são de confissões de nove prisioneiras da Inquisição, todas mulheres de Trás-os-Montes ou, mais precisamente, originárias do distrito de Torre de Moncorvo. (...) Ainda no século XX, recitam-na de memória testemunhas de Bragança, de Felgueiras e de Belmonte. Leio-vos aqui as duas famosas oitavas:

«Alto Dio de Abraão,
Rei forte de Israel!
Tu, que ouviste a Daniel,
Ouve a minha oração!

Tu, que nas grandes alturas
Te aposentas, Senhor,
Ouve a este pecador
Que te chama das baixuras,
Pois, Tu, a todas as criaturas
Abres caminhos e fontes
*Alço meus olhos aos montes,
de onde virá minha ajuda?*

*Minha ajuda de com Adonay,
quem fez o céu e a terra.*
Livra-nos de tanta guerra,
pois que somos a tua grei,
de adorar deuses alheios,
coisa que em tanto o homem erra,
confesso que em mim se encerra,
grão pecado que em mim hei.²³»

23 - Carsten L. Wilke, “O que é a História dos Judeus Portugueses?”, páginas 12 e 13, Edições 70, Lisboa, Outubro de 2009.

E o citado autor e trabalho, acrescenta:

“A oração está no mais puro estilo da trova portuguesa, mas acumula as palavras fortes *Israel* e *Adonay*, marcadores da identidade judaica, como no credo judaico do «Ouve Israel». Há referências a duas pessoas da história bíblica, Abraão e Daniel, enquanto as reminiscências da liturgia judaica tradicional se reduzem ao miúdo fragmento de um salmo muito popular, o salmo 121: «Elevo os meus olhos para os montes, de onde me vem o socorro? O meu socorro vem do Senhor, que fez os céus e a terra» (...) Fica do mundo bíblico a mirada angustiada, o sentimento de desamparo, o desencanto do mundo e, finalmente, a consolação. Assim, a diáspora judaica trocou as colinas da Judeia pela Serra do Reboredo, no alto de Torre de Moncorvo; e levou os montes do silencioso diálogo, lá pela serra da Espanha e para os vulcões do México²⁴”.

E conclui da seguinte maneira:

“Os historiadores têm discutido se o renascimento do judaísmo português entre os cristãos-novos portugueses no exílio foi fruto de uma continuidade clandestina da tradição medieval, ou antes uma relativa novidade, em reacção à exclusão e à perseguição. É uma alternativa falsa: não devemos imaginar a tradição como sendo um capital cultural de símbolos, ideias e práticas herdadas e repetidas em combate contra a mudança. A tradição nem é puramente conservadora, nem puramente reactiva: é um processo activo, um labor contínuo de apropriação e de adaptação. Este trabalho de reconstituição pertence, *mutatis mutandis*, a todas as comunidades judaicas e, talvez, a todas as religiões. Mas a história dos judeus portugueses, judeus, depois cristãos-novos, depois outra vez judeus, dá uma expressão extrema a esse perpétuo esforço de adaptação que constitui a história judaica²⁵”.

24 - Idem, página 13 e 14.

25 - Idem, Ibidem, página 15.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, Francisco Manuel, (Abade de Baçal), Vol. V, das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Redição do Museu do Abade de Baçal, Bragança, 1983.
- Castro, António Pimenta de, *Os Judeus na Obra de Trindade Coelho, Mogadouro*, Edição da Câmara Municipal de Mogadouro, 1998.
- Castro, António Pimenta de, “A Obra do Resgate dos Marranos em Lagoaça”, em *Trás-os-Montes e Alto Douro – Mosaico de Ciência e Cultura*, páginas 267 a 269, Comissão de Festas de Nossa Senhora das Graças, Lagoaça, 2011.
- Ferro, Maria José Pimenta, *Os Judeus em Portugal no Século XIV*, Guimarães & C.a Editores, Lisboa, 1979.
- Machado, Dr. Casimiro de Moraes, *Mogadouro – Um olhar sobre o Passado*, Editado pelos seus herdeiros, Mogadouro, 1998.
- Malka, Edmond S., *Fiéis Portugueses – Judeus na Península Ibérica*, Edições Acrópole, Alfragide-Damaia, 1977.
- Martins, Jorge, *Breve História dos Judeus em Portugal*, Editorial Veja, 5ª Edição, Lisboa, 2015.
- Mea, Elvira de Azevedo e Inácio Steinhardt, Bem-Rosh – *Biografia do Capitão Barros Basto – O Apóstolo dos Marranos*, Colecção Textos/31, Edições Afrontamento, Porto, 1997.
- Paulo, Amilcar, *Os Criptojudéus*, Edições Athena, Porto.
- Paulo, Amilcar, *Os Judeus Secretos em Portugal*, Editorial Labirinto, Porto, 1985.
- Sanches, João Domingos Gomes, *Os Judeus no Noroeste da Península Ibérica*, Âncora Editora, Lisboa, 1ª Edição, 2010.
- Tavares, Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, Vol. I, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1ª Edição, Abril de 1982.
- Tavares, Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Vol. II, Lisboa 1984.
- Wilke, Carsten L., *História dos Judeus Portugueses*, Edições 70 – Lugar da História, Lisboa, Outubro de 2009.

Trindade Coelho: do berço à atualidade

Ernesto Rodrigues

José Francisco Trindade Coelho foi «homem de alma lavada» (Rocha, 1985) e «apostolo da democracia» (*Diário de Notícias*, 10-VIII-1911), mas é o artista do conto que se inscreve mais fundo nos anais do imaginário lusiada.

Nascido em signo de Gémeos, foi vencido, aos 47 anos, pelas fortes contradições que lhe minavam a alma. No largo com o seu nome, em Lisboa, diz-se «jurisconsulto e escritor». Ora, tirar leis não é – nem era, ao tempo – um traço distintivo; um dia, as autarquias hão-de inscrever o que valem certos munícipes: simplesmente, «cidadão». Se conjugar arte singular, inscrever-se-á, por exemplo, «cidadão e escritor».

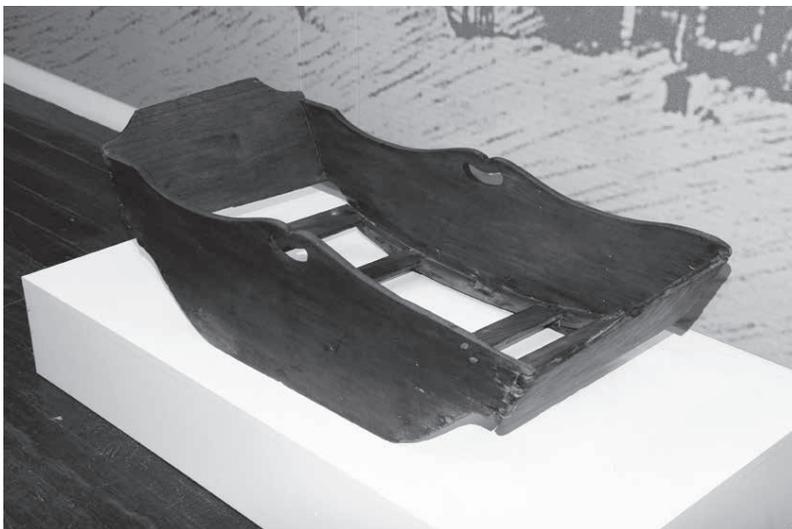
Nas relações entre vida pública e formas artísticas, o quadro português tem muitos hiatos. Há nomes cimeiros: D. Dinis; D. João I e filhos D. Duarte e D. Pedro; D. João IV, musicólogo; D. Pedro V, diarista; D. Luís, tradutor de Shakespeare, e, com o filho D. Carlos, aguarelistas. A pena e a espada separaram-se nos séculos XVII e XVIII, para afirmarem a liberdade após a revolução liberal de 1820, cujo primeiro ciclo se fechou em 24 de Julho de 1833, entrados os liberais na capital. Ao lado de D. Pedro IV estavam Garrett e Herculano, perseguidos, exilados e combatentes, cidadãos de mérito e anunciadores do romantismo.

Ora, a partir da década de 40, os ataques à Imprensa, as lutas inter-liberais, e, lá fora, guerras pela independência dos povos em 1848-1849, criam um novo tipo de intelectual: se um A. A. Teixeira de Vasconcelos (sem nome de rua em Lisboa) é graduado no exército da Patuleia e governador civil de Vila Real,

na verdade, é como polígrafo que se torna redactor da Convenção do Gramido e documenta melhor do que ninguém a nossa última guerra civil em *O Prato de Arroz Doce* (1862). Colegas seus, entretanto – L. A. Palmeirim, F. Gomes de Amorim, A. X. Rodrigues Cordeiro, etc. –, apoiam em verso as revoluções em Paris, Nápoles, na Polónia ou na Hungria. Enquanto o comunismo se faz papão, por essa Europa fora, em Portugal, nasce o jornalismo republicano e socialista, sendo de realçar *O Século* (1848), anonimamente editado por um socialista utópico e figura com trajecto dramático próximo de Trindade Coelho – António Pedro Lopes de Mendonça, também sem nome de rua em Lisboa, onde nasceu, e tio do arruado Henrique Lopes de Mendonça, que escreveu *A Portuguesa*. O intelectual já não pega em armas, que não sejam as do publicismo, da vida académica e parlamentar; reforça-se cidadão coligado com operários, lançando títulos de alfabetização e informação – daí, o *Eco dos Operários*, em 1850, também de António Pedro –, formando associações, desenvolvendo iniciativas particulares.

A partir de 60, quando Lopes de Mendonça é internado no hospital de Rilhafoles, afastam-se os escritores da intervenção pública. Surgem lampejos, claro: é a recusa de uma nebulosa união ibérica; o trabalho de corrosão do constitucionalismo em Ramalho Ortigão e Eça, mormente, n’*As Farpas*; o breve ministério, na Fazenda, de Oliveira Martins; a campanha de erosão que o também deputado Junqueiro animará durante décadas. Mas, olhando a estes nomes, onde está, como em Antero e Trindade Coelho, a entrega a outrem, colectiva e individualizada, com prejuízo pessoal e familiar, impendendo sobre um percurso literário, de saúde, de finanças, da própria vida?

Memorialista coimbrão, magistrado e jornalista, mestre de pequenos e do Povo, junto do qual honrou a tradição folclórica, o também crítico literário e epistológrafo perfila-se recorrente saudade «dum duplo paraíso irremediavelmente perdido: o Mogadouro natal e a infância», sendo esta «a que define o contista de *Os Meus Amores*: ter conservado sempre, perante as coisas e os seres, os olhos puros duma criança e a honradez monolítica das fragas transmontanias com que ele se identificou. Daí o serem morais e emocionais, muito mais do que intelectuais, os traços predominantes da sua correspondência. Bondade, modéstia, amor, desinteresse material, abnegação, espírito de justiça, são as palavras que ocorrem a cada passo para comentar a leitura daquelas páginas cheias de calor humano.» (Rocha, 1985) Qual actualizado ‘livro das Saudades’ em que se tornará o seu mais conhecido título, bem pudera o menino José Francisco Coelho, nome que lhe puseram no BERÇO, justificar-se, parafraseando Bernardim Ribeiro: «Menino e moço me levaram de casa de meu pai para longes terras»...



A infância solta no Largo de S. Sebastião – centrado pela casa onde nasceu em 18 de Junho de 1861, e cujo santo substituirá na toponímia – e à sombra do velho castelo derruído passou, primeiro, da escola régia local para escola em Travanca (1869), ainda no distrito, onde estuda Latim e lhe chega a notícia da morte da mãe, Narcisa Rosa da Silva, do Porto; fechou-se, depois, no Colégio de S. Carlos, desta cidade, entre 1873 e 1879, «seis anos miseráveis, de uma obediência estúpida e passiva, sempre a toque de sineta, eu e mais alguns 300!», dirá em *Auto-Biographia e Cartas* (1910: 14).

Refresca-se em missivas ao pai, João da Trindade Coelho, um comerciante de Mogadouro, com «Muitas saudades às Manas» (12-I-1874; *O Enjeitado...*, 2001: 11). Àquele dedica o primeiro conto publicado, “Uma Trovoada”, não se descobriu ainda onde, e quando; o artigo “Scepticismo” é outro mistério bibliográfico, porquanto é necessário confrontar a memória do Trindade adulto com a sua juvenília. Lê Alexandre Dumas, *Os Três Mosqueteiros*, e Silva Gaio, *Mário* (1867; ²1870), entre outros. Mas o pai zanga-se com tantas letras. Em 31-X-1875, contudo, recebe *Une Sœur* (1874), de M.me de Witt, pelo aproveitamento em Latim no ano lectivo de 1873-1874. O “Discurso pronunciado na festa da distribuição de premios, no Collegio de S. Carlos, no Porto” saiu n’*O Correio de Aveiro*, 28-II-1879. É a primeira espécie bibliográfica segura. Uma referência ao «meu mestre de latim» (p. 23) – há-de reconhecer no jornal *O Progressista* (Coimbra), 20-IV-1882, que tinha a mania, desde criança, «de metter a minha piada em latim em toda a parte» – está no esboçado romance *O Enjeitado*, com que fecha os estudos secundários.

Trindade Coelho

O ENJEITADO

e outras ficções inéditas

Introdução de
JOSÉ VIALE MOUTINHO



João Azevedo Editor
Mirandela 2001

TRINDADE COELHO

Outros Amores



INÉDITO

José Viale Moutinho deu o fac-símile deste – propriedade do município de Mogadouro – e transcrição em 2001, a par de cinco contarelos sem datação, sendo que uma versão de “Primeiro Amuo”, escrito em Coimbra, saíra no *Diário da Manhã* (Lisboa), 18-I-1884; é este texto que o mesmo Viale Moutinho colige em *Outros Amores*, Lisboa, Editorial Labirinto, 1985 (com “Os Avós”, três suprimidos na 2.^a ed. d’*Os Meus Amores* – “Tragédia Rústica”, “Arrulhos”, Batalhas Domésticas” – e outros quatro).

Matricula-se em Direito aos 15 de Outubro de 1879.

Retrato por condiscípulo:

Baixo, atarracado. Ombros largos e perna curta. Rosto redondo, óculos, bigode levantado nas guias, voz de trovão. [...]

Era o número 93 do curso. Como Coelho, que era, de apelido, foi ocupar um lugar na *coelheira*, isto é, na última bancada da aula. Morava nos palácios Confusos, número 32. (Cabral, 1947: 122-123).

Zé Coelho, como era tratado pelos mais próximos, reprova no 1.^o ano de Direito. Primeiranista «bisonho e *peludo*», como se chamava aos «estudantes inexperientes e acanhados» (Cabral, p. 123), é atacado, certa noite, à tesourada, que o deixa sem cabelo. Era o bastante para que Bernardo de Albuquerque, lente de Direito Romano, entendesse a carecada como desinteresse pela sebenta. O *chumbo* espreitava.

Consequências: sem mesada paterna, dá-se início ao jornalista e folgazão de *In Illo Tempore*, onde não perdoará a catedráticos. Em cada novo ano de Direito, muda de número de aluno e de rua. Requer, também, mudança de nome (11-VII-1883), que a reitoria despacha favoravelmente em 23-IX-1884.

Doravante José Francisco Trindade Coelho – recuperando nome do pai, que falecera em 5-VIII-1883 –, consorcia-se com Maria Lucília de Andrade Costa em 10-I-1884 (Cabral, p. 124, diz «em 1885, quando frequentava o quarto ano»: ora, a frequência deste foi em 1883-1884), mudando, uma vez mais, de casa. Conclui o curso em 16-VI-1885. Houve, aí, um duplo mecanismo de compensação: *faz as pazes* com o pai; recupera, pelo casamento, sombra materna.

Multímodo colaborador de Imprensa, cuja lista de títulos seria longa, citarei os por si fundados ou em que tem presença mais significativa.

A defesa de «uma ideia com imparcialidade e justiça», avessa às políticas partidárias, move-o na estreia d’*A Porta-Ferrea* / Jornal Academico de Coimbra, 13-XI-1881, onde assina «Belisario», pseudónimo que o vai consagrar. Entre ficções, notas críticas e gazetilhas n’*O Progressista*, generoso com os colegas do 1.^o ano jurídico de 1880-1881, José Francisco Coelho dedica-lhes o primeiro livro da sua lavra – de facto, a sebenta que para si mesmo preparara: *Direito Romano. Resumo das Doutrinas do Compendio de*

Waldeck [...], Coimbra, Imprensa da Universidade, 1881.

Em 7-V-1882, enérgico “Discurso pronunciado no Theatro Academico no Comicio anti-jesuitico” sobre *O Marquez de Pombal* (Coimbra, 1882) constitui o seu segundo opúsculo. Havia, nessa eloquência regularmente celebrada, o aguilhão de que «quem não se sente não é filho de boa gente», no caso, asseverarem os adversários políticos que o busto do Marquês havia de ser queimado em Mogadouro, enquanto terra devedora dos Távoras...

Cronicando viagem “De Coimbra a Traz-os-Montes” – gozosa faceta garrettiana – ou contando-se em férias, é ano em que se inicia no *Diario Illustrado* (Lisboa), onde, em 2-I-1883, sai “Sultão”, e, a 17, “Pombas” (= “Arrulhos”), reproduzidos por outros, com tradução alemã e castelhana, respectivamente.

Director literário d’*O Panorama Contemporaneo* (quinzenário, Coimbra, 1-XI-1883/15-VII-1884, n.º 15), rompe com os proprietários em “Declaração [...]” de 29-I-1884 – que correrá em folha avulsa como *Declaração Importante*, Imprensa da Universidade, 1884 –, por lhe exigirem, contra «astros de primeira grandeza» que chamou às suas páginas – carta de Camilo Castelo Branco no n.º 1, Alexandre da Conceição ou Guerra Junqueiro, por exemplo –, «‘literatura amena’, cousa leve, nada de massadas» (*A Officina*, Coimbra, 7-II-1884).

Multiplica crónicas coimbrãs e pseudónimos: Lopo Delmar, João, Chfing-Tang... Quartanista de Direito, tem discurso no colectivo *Á Beira da Campa de Antonio de Pina Callado*, Coimbra, 1884.

O momento-chave, com efeitos imediatos, é, contudo, o seu “Camillo Castello Branco” n’*O Imparcial de Coimbra* de 25-XII-1884, «numero commemorativo do *Plebiscito Litterario*». Erradamente, António Cabral fala n’*O Panorama Contemporaneo* (p. 125).

À pergunta [“Pergunta tola!”], exclama em título Eduardo de Barros Lobo (Beldemónio), 1902, na primeira de quatro crónicas dedicadas ao assunto] lançada em Outubro, «Quaes são os três escriptores portuguezes actualmente mais notaveis?», cuja lista se alargou, resultava do primeiro inquérito literário português ao público em geral serem mais notáveis, por ordem, Camilo, Pinheiro Chagas, Latino Coelho, Eça, Ramalho Ortigão, Teófilo Braga. Muito elogiado o que o nosso autor redigiu sobre Camilo (mau grado chamar-lhe «general», desconhecendo, por certo, que «marechal» era o posto máximo que ele pretendia significar), não se fará este peço em ajudar, nos fins de 1885 e inícios de 1886, entre empenhos e carta ao ministro da Justiça, o já interlocutor de 1883, que procurava despacho favorável na magistratura. Essa relação com um novo item paterno é testemunhada em *Cartas de Camilo a Trindade Coelho* (Lisboa, 1915), revistas por Alexandre Cabral (1986), o qual, em verbete de 1989, diz de Trindade Coelho «Homem de uma integridade exemplar».

CARTAS DE CAMILO

A

TRINDADE COELHO

DEPOSITÁRIA:

Livraria de Manuel dos Santos

13, Largo do Calhariz, 14

LISBOA

1915

Datado de «Coimbra, dezembro de 85», seria dado n’*O Tribuno Popular* (Coimbra; Hironidino Fernandes, 2007, não indica data) “Os Avós (Trecho de um conto inedito)”, com a particularidade de, no final, termos «(Da «Estudantina» no prelo)». Reeditado no *Diário de Notícias* (Funchal) em 18 e 19-III-1886, indicava-se uma estreia ficcional – outros escreveram *Estudantinas* – que só aconteceria em 1891.

A hesitação repete-se com “Preludios de festa. Do livro *Comedia da Provincia*. (Em preparação)”, que, datado de «Portalegre, 16 de setembro», sai em *Novidades* (Lisboa), 6 e 7-X-1886, especificando-se: «Os meus amores. Comedia da provincia. I – Preludios de festa».

N’*O Recreio* (Lisboa), 2.^a série, n.º 11, 25-X-1886: 168, Santos Gonçalves exulta:

Para fecharmos com chave de ouro esta secção, damos aos leitores a grata nova de que Trindade Coelho, um dos mais talentosos e fluentes prosadores da moderna geração, vae publicar um volume de contos, *Comedia na provincia*, de que o nosso collega das *Novidades*, nos deu uma esplendida amostra, em seus numeros de 5 e 6 do corrente: – os *Preludios de festa*, um pedaço de prosa naturalista, scintillante e viva, revelando um estudo exacto de costumes e uma pujança enorme na penna que a traçou.

Trindade Coelho, apesar de ser a *Comedia na provincia* o primeiro livro que vae dar a lume, *não tem hesitações d’um principiante* porque *não é um principiante com hesitações*.

Se o seu nome ainda não reboou ahi desde a Havaneza ao Martinho, é comtudo bastante conhecido e laureado com o jornalismo do norte do paiz, e o mestre da litteratura portugueza, Camillo Castello Branco, tem por elle o apreço e a estima com que o seu incorruptivel criterio costuma distinguir os talentos d’eleição.

Que venha breve o livro de Trindade Coelho, é o que do intimo desejamos.

O jurista, entretanto, abriu banca de advocacia, mal paga, no Porto, que logo trocou pela carreira da magistratura, primeiro, como delegado do procurador régio no Sabugal (18-II-1886; posse em 3-III), despachado, em 9-IV-1886, para Portalegre, onde, a 12-V, toma posse e vive até 25-VI-1890, com interregno de um mês em Ovar, para onde fora despachado em 19-II-1890.

Em Portalegre, escreve imenso: a par de 14 «cartas alentejanas» para o *Diario Illustrado* e de outra colaboração com várias folhas, este quadriénio de uma experiência profissional, jornalista e cívica rara tornar-se-á marcante no seu percurso. Na *Autobiografia* (p. 21-25), descreve assim essa passagem:

Em Portalegre estive 4 anos, – e esses 4 anos davam um livro! Alegre? Triste? Nem eu sei!

A terra era muito *política* (no pior sentido dessa má e feia palavra!) – e o partido que estava no governo começou logo a emburrar comigo, porque eu, no exercício do meu cargo, *cortava a direito* sem querer saber de política nem de políticos...

Brigando com os «*mandões locais*», que mexem para a sua transferência, o jovem delegado faz-lhes frente, apoiado pelo Procurador Geral da Coroa e superiores, que o querem em Lisboa, eles mesmo promovendo uma transferência, também porque «em Portalegre ganhava pouco».

Ganhava. O meu pobre ordenado eram 11 mil réis por mês (pouco mais de 50 francos) – e com eles vivi, e cheguei muitas vezes a não ter que comer, mas ninguém o sabia...

Aí, em Portalegre, resgatei de um erro de justiça um desgraçado que encontrei na cadeia, condenado por assassino e ladrão. É o “Manuel Maçores” dos *Meus Amores*, – mas o nome dele era Manuel Barradas, e isso foi uma agonia de mais de um ano, em que eu não pensei noutra coisa de dia e de noite, até que o libertei!

[...]

Em Portalegre fundei dois jornais, *Gazeta de Portalegre* e *Comércio de Portalegre*, de que eu fui exclusivamente redactor *literário*, e de que toda a imprensa gostava muito; – para um bazar em benefício dos pobres publiquei numa *plquette* o conto que vem nos *Meus Amores*, com o título “Mãe”; e fiz alguns contos, entre eles um que retirei da 3.^a edição (“Tragédia rústica” [saíra em *A Litteratura / Revista Quinzenal Litteraria* (Lisboa, 1-VIII-1891/15-X-1891, n.º 6)] por ter sido um caso real e portanto não criado por mim e como que exterior a mim; e o “*Vae Victoribus*”, que eu lá escrevi detrás de uma porta, numa noite de trovoadas medonha!...

Mas um dia quando menos o esperava fui transferido para Ovar [...] – era *conspiração amável* que tinha por fim tornar possível a minha eleição de deputado (!) por Portalegre, eleição que seria legalmente impossível se lá estivesse exercendo funções públicas em tempo de eleições, ou tivesse saído de lá a requerimento meu. [...]

Em Portalegre, o mesmo me sucedera: quando parti de lá, a população da cidade acorreu a despedir-se de mim, e dizem-me que ainda hoje sou lá muito lembrado – e o povo considerava-me como «seu amigo», não obstante esse meu papel oficial de representante do Ministério Público, e portanto de *acusador*... No meu papel simultâneo de «curador dos órfãos», cheguei a pôr oficialmente à

disposição destes os meus 11 mil réis de ordenado mensal, para atenuar a cupidez de *alguém* que não duvidava sacrificar aos seus os interesses dos órfãos.

Logo no número inaugural d’*O Atheneu / Sciencias, Artes e Letras / Revista Quinzenal* (quinzenário, Portalegre, 15-XII-1887/15-IV-1888, n.º 5), insere “Maricas”, que também abrirá *A Semana Litteraria / Suplemento ao Correio de Lisboa* (Lisboa, 2-IV-1893).

Contra vontade, escreve no n.º 1 d’*O Echo Academico* (10-III/12-V-1889), dos estudantes do liceu de Portalegre, que anunciara, em prospecto, Trindade Coelho como colaborador. A carta vem transcrita em António Ventura (1991).

Colabora já, todavia, no *Commercio de Portalegre* (7-IV-1889/26-XI-1893, n.º 205), que abandona em Novembro, para fundar a *Gazeta de Portalegre*, também «semanário político, literário e noticioso».

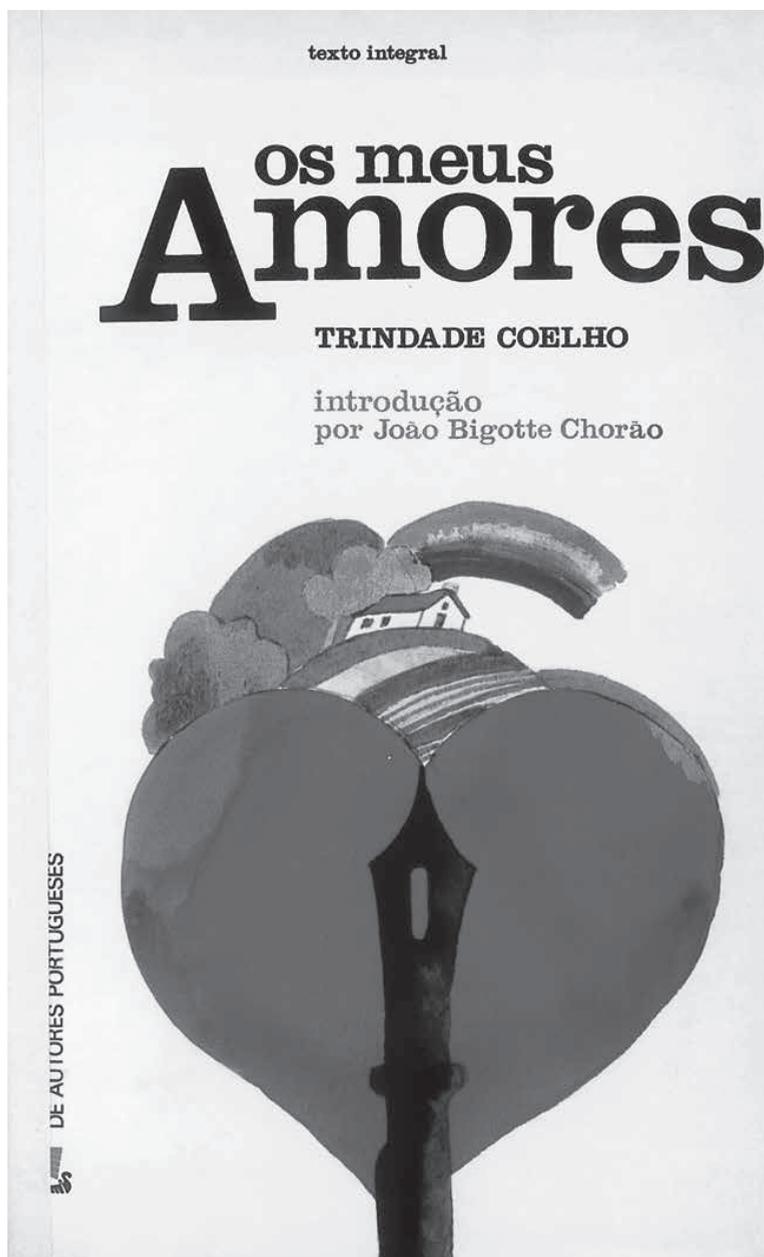
No *Commercio...*, dirige, até ao n.º 14, a secção ‘Sciencias, Artes e Letras’, onde não assina (excepto no n.º 9), sendo de realçar cinco outros artigos: “A Rainha” (n.ºs 1, 2), “Ao conselheiro” (n.º 19; contra Temudo de Oliveira); “Pinheiro Chagas” (n.º 28), “Luiz o Bom” (n.º 29) – sobre a morte de D. Luís – e “Alexandre da Conceição” (n.º 30). O número único d’*O Raio* (11-VIII-1889) não se cansa a atacar Trindade Coelho e o seu «pasquim», o *Commercio de Portalegre*.

Com pelouro literário regular na *Gazeta de Portalegre* (5-I/28-XII-1890, n.º 52) e *Correio de Portalegre* (2-VIII/4-X-1891, n.º 10), do Partido Regenerador, aí alimenta polémicas com os dirigentes progressistas, dando àquela, na morte de Camilo, correspondência do Mestre, a quem dedica “A Comedia da Provincia” (n.ºs 1, 4, 5, 6, 8, 9) – dedicatória rasurada em 1891. Publica, ainda – despedindo-se embora, como delegado régio, no n.º 25 (22-VI-1890), até ao n.º 50: “Prelúdios de festa” (n.º 9 a n.º 13); carta sobre o caso Manuel Barradas (n.º 15); tradução de Pierre Loti, *Pescadores de Islândia*, em 29 números, do n.º 18 ao n.º 50 (faltando nos n.ºs 42 e 46).

Importante em 1890 é “Para a escola! (ballada em prosa)”, na *Revista Illustrada* (Lisboa, 30-XI-1890), que fará... escola. A primeira página d’*A Criação do Mundo* (1937), de Miguel Torga, é homenagem discreta entre comprovincianos.

Em 25-VI-1890, segue para Lisboa, tomando posse a 20 de Setembro. Sucedem-se despachos de nomeação – entre dois, de 26-IV e 31-X-1895, ainda exerce na comarca de Sintra –, fixando-se de vez na capital. A rotina é, doravante, entre o gabinete do Tribunal da Boa Hora, um passeio à Avenida ou cavaco nas livrarias António Maria Pereira, Bertrand, Tavares Cardoso, esta frente ao Café Suíço, no Rossio.

O ano de 1891 confirma o jornalista, sendo de realçar os 'Echos' subscritos por Ch.-A. Hysson no *Portugal* de Marcelino Mesquita (Lisboa, 15-I/30-XII-1891).



Vai ensaiando *Os Meus Amores (Contos e Baladas)* na Imprensa periódica, caso de “Idylio rustico” (*A Ilustração*, Lisboa, 1 e 15-VIII, 1-IX), dedicado a Fialho de Almeida, no comum e, afirma Jacinto do Prado Coelho (1996), «desvelado interesse pela psicologia infantil: recordemos o diálogo entre os dois pequenos de “Sempre Amigos” [em *Contos*, 1881], que brincam enquanto se enterra o pai de um, assassinado pelo pai do outro». Hipótese curiosa é se não foi leitor de *Huckleberry Finn* (1885)... *A Cidade do Vício* (1882) fialhiana, ao recuperar sugestões campesinas em harmonia com a natureza animal, caso de “Mater dolorosa”, inspirou certamente o nosso autor.

A recepção crítica aos 12 contos e baladas da Parceria António Maria Pereira foi excepcional. Uma quarentena das mais importantes publicações do tempo registou o feito dessas 200 páginas. Para consagração, bastaria o retrato do autor n’*O Antonio Maria*, de Rafael Bordalo Pinheiro. De Paris, Eça (Queiroz, 2008) escreve a Luís de Magalhães, quando se prepara lista de colaboradores para a *Revista de Portugal*, tão falta de novos: «O Trindade Coelho parece-me aceitável, todavia – e seria bom convidá-lo.» (Não colaborou.) Lourenço Cayolla (1929) confessava não recordar-se «de nenhum outro escritor, entre nós, que, ao estreiar-se, tivesse alcançado um sucesso semelhante». As reservas que, n’*O Correio Elvense*, colocara a “Sultão” precipitaram uma das melhores cartas do autor, qual arte poética assim resumida:

Positivamente, o publico deseja, antes de mais nada, que o escritor preste na sua obra o culto que é devido á sua lingua. Depois, deseja que o comovam, que honesta e consoladoramente o emocionem, preferindo que o assumpto do quadro seja a exploração das coisas triviais da vida, certamente porque reside no Simples a formula mais natural da Verdade...

Compreendo que o espirito dos que leem está fatigado d’esta confusão do *romance* com o *estudo*, e convenci-me, emfim, de que a obra d’arte litteraria tem, como primeiro dever, e como condição primeira de agrado, de ser consoladora e suave, tocada sempre de uma pontinha ligeira de poesia que vá direita ao coração e entretenha, em quem lê, as faculdades imaginativas, de preferência, mesmo ás faculdades intellectuaes...

Confessa, seguidamente, que, «desnorteadado pelo *estudo* e pelo *documento*», depositava poucas esperanças em contos de que desconfiava, mas que a crítica lhe revelou. Invaso, ou *passado* a outrem, existe algo de J. L. Borges nessa estranheza:

Tão cego, direi mesmo – tão pouco inteligente e perspicaz é o artista na visão da sua própria obra! Tantas e tão grandes surpresas, meu amigo, que eu chego a supor que não é de mim que se falla – mas sim de um sujeito que uza o meu nome, e escreveu um livro que tenho aqui deante de mim, e que eu – ó desespero! – não sou capaz de compreender!...

E dá o exemplo de João de Deus, que, para espanto seu, sabia quase de cor, e zangava-se com quem não soubesse ler bem, “Sultão”... Alberto d’Oliveira notou «o crescendo do dialogo. Dialogo que o Guerra Junqueiro veio dizer depois que era o da sua terra (eu e o Junqueiro somos geograficamente vizinhos) e muito seu conhecido...» Gomes Leal, Oliveira Martins, D. António da Costa, Amélia Janny, Angelina Vidal, certo francês. Eis para amostra.

Mas os anos 90, excitados pelo *Ultimatum* inglês de 11 de Janeiro, são de sobressalto nacional e dores de alma, que o *Só* (1892) nobriano, ou a viragem na ficção queirosiana, entre outras, facetam diversamente. Camilo suicidara-se um ano antes; agora, suicidam-se Júlio César Machado e, sobretudo, Antero de Quental, outro apóstolo social, que Trindade Coelho vai civicamente retomar. Por enquanto, combate-se o sintoma da dissolução nacional e pessoal com assomos neogarrettianos e um ruralismo aqui exemplar.

Como, porém, ver num cultor da justiça, sensível à desgraça humana, os tons rosados de que a crítica o investiu? Serei heresiarca, se, genericamente, o ler fora de tal optimismo?

Tentei, em versões sucessivas (1984, 1991), “Ler *Os Meus Amores*”, e revejo, ainda aqui, Rodrigues (1999, 2008), tal a paixão que sinto por esse título.

Regressemos, pois, à superfície tranquila destes contos. Intrigados, acaso, com tanta serenidade, e, vai de si, um pouco para matar saudades, que esse será, provavelmente, um dos fins últimos da leitura crítica. Seja: o que se procura, afinal, depois de termos acompanhado, sôfrega ou meticulosamente, o destino de vidas e dizeres que se entranharam na compleição transmontana desde o leite materno?

A obra dá-nos acesso a um núcleo referencial, trecho da realidade transmontana. Irmanamos, assim, duas componentes: um texto e uma região, desembocando, por escrito, no narrador, plenamente identificado com o autor, aos 30 anos. Logo, quatro aspectos a considerar – texto, região, autor, narrador –, unidos, por felicidade rara, desde 1891. Ou, como nas opções *editorais* de 1894 e 1901 – quinto aspecto –, já um autor de si duvidando, e separando-se tais componentes?

A realidade *textual* é da ordem, feliz, da história e do discurso, em cúmulo

próprio das obras-primas. Assenta num conjunto, não extenso, de figuras, cujas relações precipitam um desenlace, breve, como é próprio do conto; a unidade mínima é o confronto do homem com a voz da consciência (“Vae Victoribus”). Assenta, também, na autonomia do discurso, regionalista, sem particulares arestas localistas que no-lo inibam ou tornem escuro. Mas fala um comprovinciano. E quanto aos de fora? Estes percebem que estamos face ao propulsor de uma «literatura regionalista», sim, mas que um Óscar Lopes (1987), todavia, estuda fora dos vários «regionalismos», por entender, e bem, que se trata de *autoria* sobre o modo de ser e estar nacionais, que reflecte sobre Portugal.

A esta dupla ordem localista e nacional subjaz um oceano de tensões que, bem sulcadas, explicariam melhor o lado universal e *nocturno* de autor cedo naufragando em tragédia pessoal. «Livro de alma» de Trindade Coelho – d’*Os Meus Amores* disse, justamente, João de Araújo Correia, em conferência lida, em 30-VI-1961, na Casa de Trás-os Montes e Alto Douro, então, na Rua da Misericórdia, 20, dois andares abaixo da casa onde viveu e se suicidou aquele. Mas de que *alma*? Serenada, por essa carga de *doçura* que a todos parece evidente? Tal rosto não tem um verso, acaso mais autêntico, e trágico?

Com efeito, tem-se visto nesta obra singular o hino de um paraíso que, perdido embora para o sujeito aí enredado, se cumpre na serenidade e no esbatimento das contradições de quem narra e é narrado. Completa-se Trindade Coelho juntando-lhe os folhetos de acção cívica e pedagógica, de denúncia, as suas proposições de Direito. Ora, as marcas do analfabetismo, do militarismo, do nepotismo, etc., estão já, *literariamente denunciadas*, com mais força do que em artigos anteriores ou posteriores, ao longo destes contos. Manuel Maçores, no conto do mesmo nome, não sabe ler o número de prisioneiro; o quadro dos soldados arrastados, com morte de dois, é pungente em “Terra Mater”; José Tomás ou José da Loja distraem-se com arbitrariedades para as quais falece justiça...

Uma visão cuidada leva à destrinça de subtis e fecundas relações de semelhança e oposição *já nos contos*; a actividade extra-literária do autor confirma opções que, na leitura destes, têm passado despercebidas.

Divide-se a obra – genologicamente dita de “contos e baladas” – em três partes: Amores Velhos, Amores Novos, Amorzinhos. Na 1.^a (1891) e 2.^a edição (1894), só temos o que hoje lemos como ‘Amores Velhos’, então acrescentados de três textos: “Tragédia Rústica”, “Arrulhos” – um ambiente de pombal fortemente erotizado – e “Batalhas Domésticas”, antecidos por um soneto de Luís Osório. A 2.^a edição comporta, ademais, 46 páginas, em corpo miúdo, de referências críticas na Imprensa a tão auspiciosa estreia. A (carta-) *Autobiografia* que fecha após a 3.^a edição (1902) podia encontrar melhor lugar. No intervalo destas edições,

a Imprensa, sobretudo provincial, transcreve as suas preferências: assim, após os leitores do Alto Alentejo ou de Lisboa, o *Correio da Estremadura* (Santarém) deu “Idílio Rústico” em quatro folhetins, a partir de 6-II-1897; e “Mãe”, em 14 e 15-V-1898, que já havia passado no *Diário de Notícias* do Funchal (16-V-1885). Por aqui se vê a universalidade deste «talento de miniaturista», sobre que se debruça, sempre atento a Trindade Coelho, o *Distrito de Bragança* (Bragança, 14-III-1902/18-VIII-1905, n.º 180; n.º 17, 4-VII-1902), aquando da 3.ª edição. Cito da 16.ª edição, Lisboa, Portugália Editora, s. d. [1978].

A terceira parte, Amorinhos, recolhe três contos e uma parábola, da tradição oral, que remetem para a colectânea folclorística póstuma *O Senhor Sete* (1961), a qual nos leva a incluí-lo na escola etnográfica iniciada por Garrett, culminando no amigo José Leite de Vasconcelos, e, do mesmo passo, alerta para o estilo narrativo de tom oralizante que envolve o geral da sua escrita. Esse *tom*, que o jornalismo de Oitocentos veio impondo, é uma virtude singular.

Nas divisões principais, analisarei à parte as baladas. Soltam-se na primeira pessoa e são deliberadamente autobiográficas. Em “Maricas”, é a memória de madrugadas coimbrãs à volta da feitura de um jornal, em que perpassa essa figura bondosa de mulher, morta de tísica; em “Para a Escola”, é a entrada na escola régia, recordada no dia da formatura em Direito, com dedicatória à criada Helena, ainda viva, que o conduziu ao «velho casarão do convento».

Este balançar entre a vida e a morte dominará o jogo ficcional. E as presenças femininas terão sempre um halo de mulher-anjo, ou maternal. Não esconde, na *Autobiografia*, a leva de saudades e, depois, a falta, ainda criança, da Mãe, compensada pela Esposa. Aquele clima de boémia, por outro lado – no único texto de vivência citadina –, terá a caricatura em “Tipos da Terra” e, por curioso que pareça, infiltra-se feito comparação no quadro mais rústico do conjunto: «De onde em onde, galos madrugadores entoavam matinas sonoras, que eram como risadas vibrantes de boémios, nalguma estúrdia a desoras.»

É o final do primeiro parágrafo de “Idílio Rústico”... E avancemos uma possível explicação: a literatura restituía-lhe algo de há muito abandonado. Quando passa umas férias em Mogadouro e aí, como diz, escreve “Sultão” e “Idílio Rústico”, não é de espantar que, neste, evoque momentos entretanto perdidos ou alongados. Salvo o que, bem se pode afirmar que o regionalismo linguístico, em Trindade Coelho, vai muito além: a linguagem materializa-se e deixa-nos ver coisas que *também nós* sentimos. Regulares, os contos são quais marcos geodésicos na paisagem transmontana, sobreviva, mas igualmente na nossa condição de indivíduos.

Da balada como género fica-se o autor pela característica «nota subtil, dum pitoresco ingénuo» (p. 26), sem mais. Textos como “Vae Victoribus” e

“Vae Victis” – que são, igualmente, fluxos da recordação, de estrutura repetitiva, obsessional – poderiam justificar-se sob a mesma designação.

Diga-se já, saltando para a ideia fulcral de tensões no seio da obra, que estes dois contos se opõem desde os títulos latinos, semelhando-se na formulação iterativa de um estribilho: além, apelativo («Ó José Gaio!»); aqui, interrogativo («Dás-me um beijo, Luísa?»). E desembocando em realidades distintas: além, a morte; aqui, a vida pelo amor. Uma cesura assim da corrente do pensamento é moderníssima, conciliando-se, no paralelismo, com a poesia originária e a balada que transita da Idade Média até ao coetâneo Augusto Gil.

A vitória do amor torna-se mais complexa quando surge um obstáculo. António Fraldão mata por brios feridos; na prisão, à espera do julgamento que o absolverá, casa com Alonsa, não sem perder a mãe: não há felicidade inteira. Já Manuel Maçores, que não matou, não terá saída. Acusado pelo poderoso pai da namorada, deixa-se condenar para não expor esta à opinião pública. O autor civil, delegado do procurador régio, dará seguimento à história, restabelecendo a justiça para o inspirador Manuel Barradas, que defende e liberta. Há larga e comovente informação sobre o caso em Cayolla (1929).

No conto, entretanto, mantém-se a lição primeira – a vitória do amor; marcam-se, porém, claramente, as vias e desvios da Justiça, mormente da *vox populi*. Ora, a justiça de Deus não parece menos inexplicável: será que resultam as promessas aos santos e a Nossa Senhora? Opiniões diversas têm as crianças de “Idílio Rústico”. Subterraneamente, vemos alguém que terá perdido a crença no bem – ou no Bem supremo, que é Deus –, muito antes de 1908.

Vejam os outros desencontros: um filho que se perde, emigrante (“Última Dádiva”), um filho que se recebe, enjeitado (“Manhã Bendita”). O motivo da errância nocturna, desesperada, frequente no autor, está naquele; neste, a ironia velada das situações, que explode no final de “À Lareira”...

Na linha de “Última Dádiva”, leiam-se “Mãe!” e “Mater Dolorosa”, ou a morte do filho, à fome, morrendo além, também, a pobre cabra. Em “Terra Mater”, é a morte de dois soldados, ou filhos da terra que por eles clamava. Mas confrontemos este com “A Choca”, vida e morte da galinha que os pintainhos choram; ou vida de uma terra até à tragédia de se ver, sem razão, privada dos filhos, que a lamentam e pela qual anseiam. Os planos internos contrastantes, de uma alegria a que as personagens são alheias, mais enegrecem os respectivos quadros.

“Sultão”, em contrapartida, e como resposta, é o motivo bíblico do regresso a casa – pode opor-se a “Última Dádiva” ou ser variante de “Manhã Bendita”. “Luzia” é o momento optimista da Luísa de “Mater Dolorosa” ou variante da Luísa de “Vae Victis”.

A associação de duas crianças com destinos diferentes afirma-se em “Ídílio Rústico” e em “Abyssus Abyssum”. O que, além, é gradação crescente do dia (da vida a amadurecer, do «alvorecer do amor – e daí o começar, naturalmente, por uma descrição de amanhecer», confessa em carta a Paulo Osório [*in* Rocha, 1985]), é, aqui, gradação decrescente e navegação para a morte, uns e outros sob o pipilar da estrela boieira, instância enigmática de um Céu mudo. Têm ambos de extraordinário a visualização simultânea de tempo-acção. Limitemo-nos àquele, em que convergem as características dos restantes contos.

A dita simultaneidade, ou curva temporal do texto – e talvez seja a medida *tempo*, sob cujo influxo as coisas acontecem, o que interessa ao narrador, enquanto matriz da memória –, divide-se, significativamente, em doze partes. A metade diurna é mostrada e constitui a acção; a metade nocturna é sugerida, é o seu termo ou concretização. Veja-se como o narrador sugere a lenta aproximação dos corpos muito discretamente: são os «dois rebanhos, confundidos», e a resposta «afoita» de Rosária (p. 20), a redundar, na p. 25, em duas promessas que tranquilizam Gonçalo. Em conformidade, esse duplo plano – animais e homens – será um só na p. 26, *casado*: «[...] o brando rumor dos chocalhos [...] casava-se com a música [da flauta de Gonçalo e da voz de Rosária], fundindo-se numa nota subtil, dum pitoresco ingénio de balada...»

Esses doze momentos distribuem-se, ou circulam, assim, entre as p. 13 e 28:

1. «Quando atravessou a povoação [...] era ainda muito cedo»;
2. «A esse tempo ia-se já definindo a manhã»;
3. «Neste meio tempo» / «Daí a pouco,» / «Daí a pouco» [fórmulas sucessivas de temporalização *indefinida*, como a relação dos dois pastores, que agora se encontram]
4. «A esse tempo [...] o horizonte começava a carminar-se ao de leve»;
5. «[...] o Sol quando rompeu, solene e triunfante [...]»;
6. «À medida que o Sol ia subindo [...]»;
7. «Como o tempo rendia [...]»;
8. «No entanto, ia descaindo a tarde [...]»;
9. «Quando passaram a velha ponte, a obliquidade dos raios do Sol alongava desmedidamente [...]»;
10. «Até que chegaram a um topo de serra, escurantado de matagal rasteiro [...]»;
11. Quando o Gonçalo e a Rosária entraram na cabana [...] cerrara de todo a noite [...]»;
12. «Quando ao romper da manhã se levantaram, e saíram a ver o céu [...]».

O andar das horas, da expressão (recorrente, às vezes) e dos pastores vai transformando os sons e cores da Natureza, que Trindade Coelho dá com uma sensualidade só igualada em Eça e Fialho de Almeida (a este dedica o conto). A animização já está nos cães «bondosos», confraternizando em bom augúrio. A harmonia do idílio – o título seria pleonástico, se *idílio* fosse tomado como um subgénero ou tipo de eclóga, podendo, igualmente, ser essa a intenção, tal o excesso de *corpo* que pedem aqueles dois pequenos corpos na rebentação da vida – reforça-se em estruturas iterativas variadas: anaforismos nos dois primeiros parágrafos (o que subentende uma possível metrificacão); representação quiasmática, a par do frente a frente em que todos se executam: «rumor brando [dos chocalhos]»/ «brando rumor [dos chocalhos]»; ensaio de durabilidade, como na superlativização «manso e manso», ou, na sugestão do movimento contínuo de texto aberto, toadilha de gerúndio reticente: «bandos de pombas mansas iam voando... voando...» (respectivamente, p. 14, 16, 15, 28).

É de outra ordem, mas estruturalmente igual, a mundividência dos contos de fadas, com que ambos adormecem e cujas fórmulas se entreabrem, aqui, com um excelente «De modo que» (p. 21). Nem falta opositor ao herói – a saber, os lobos. Trata-se de incisivos processos cinematográficos, como quando, insistindo no polissíndeto, irrompe diálogo sem verbo, depois usado por Augusto Abelaira: «E logo a voz do guardador:», «E generoso:» (p. 14, 24), de que o século XX se munirá. Ou, para dar a mesma visão do coincidente, interrompe a linearidade da fala com uma notação cénica ou a da narrativa com o diálogo, que muitos pensam ser invenção de António Lobo Antunes. Exemplos respectivos:

–... Quando está aflita... – repetiu como um eco o pequeno. E depois, amuado: – Se te promete os olhos...

A rapariga fitou-o, espantada.

–... é porque tos tirava! – concluiu convicto. (p. 22)

Quando ao repontar da manhã se levantaram, e saíram a ver o céu...

– Bonito dia, Gonçalo!

– Bonito dia, Rosária! Olha...

... na calma placidez do azul, bandas de pombas mansas iam voando... voando... (p. 28)

De construção perfeita, sem intriga vincada que requeira finais espectaculares, um só elemento – o moralizador – estaria a mais na economia destas pequenas obras-primas, se, ainda aí, não fossem aceno à brumosa linhagem donde, genologicamente, o conto provém, e homologação de par *exemplar*: «E lá no alto

céu, mesmo sobre a cabana, a estrela da tarde não era nem mais pura nem mais luminosa do que a alma simples e boa daquelas duas crianças...» (p. 28)

Com a descrição de oposições, semelhanças e variantes aqui ensaiadas, é fácil medir quão próximo da unidade prismática do romance esteve Trindade Coelho. Alguns nomes, personagens e situações reaparecem em vários textos e, em “Tipos da Terra”, como que o políptico se alarga. Este e a outra comédia de província, “Prelúdios de Festa”, nada têm a ver com as constantes temáticas assinaladas para os restantes. Com aquele ambiente intelectual de ínfima categoria, ora agarrado ao “Noivado do Sepulcro”, ora ao plágio, o primeiro nada tira de original, limitando-se a um queirosianismo de segunda, claramente retardatário. A este respeito, e para a leitura deficiente que Trindade Coelho fazia do Naturalismo (dando *A Corja* como «a obra suprema do realismo»), veja-se artigo seu sobre Alexandre da Conceição na revista *Branco e Negro*, n.º 28, 11-X-1896. A fruste tentativa que foi *O Enjeitado* significava já isto: a procura de uma base para arquitectar o edifício romanesco estava, em Trindade Coelho, há muito ameaçada – fosse pela adulteração do tom oralizante que não seria fácil de manter em narrativas longas, fosse pelo esbatimento da força sensual ou impressionista, que só no texto breve conquistava.

Convém repetir: *Os Meus Amores* sai após o suicídio de Camilo e no ano do suicídio de Antero, em 11 de Setembro¹. É, também, um título pós-*Ultimatum*. Correr ao Portugal profundo, nos transes da pátria, não é novidade. Acrescia a demonstração de saúde nesses tão distantes espaços edénicos. Igual êxito conhece, desde 1892, António Nobre, sobre quem se debruçará. Revia-se o Português, na sua instabilidade humoral, entre o pessimismo do *Só* e a aparente luminosidade de Trindade Coelho. O século fechava com esta dupla representação – circunscrevendo o impulso dado por Garrett – da saudade enquanto motivo redivivo, em Nobre; enquanto motivação em contista que reconhecia escrever para *matar* saudades, mas que denunciava, ainda, nos títulos, oposições e variantes, pátria à deriva, a caminho do abismo que outro abismo, pessoal, convocava...

1 Pode ter sido uma das suas últimas leituras. Em carta datada de «Ponta Delgada, 28 de Agosto», escreve: «Ex mo Snr. // Muito obrigado, e do coração, pelo offerecimento do seu volume, pelas palavras amigas que offerecendo-o me dirige e pelo prazer que me deu com a leitura d'elle. Fino, puro, original: agradou-me a mim, que sou um velho e tristonho philosopho, e agradou a uma jovem senhora que tem toda a sua philosophia no seu bom coração e no seu bom natural. Reunir assim votos tão extremos parece-me uma boa prova do valor d'um livro. E depois, está-se tornando tão raro hoje encontrar-se a seguir 200 paginas que sejam sans em todo o sentido! Receba, pois, com o meu agradecimento, os meus mais cordeais parabéns. // De V.a Exa / C. do m.to Obg.do // Anthero de Quental.» Biblioteca Nacional, *Colecção Luiz Amaro [sic]*, Esp. N5, n.º 151.

Julgo ter mostrado, pelo sistema inter-relacional, quanto existe de tensão sob uma escrita serena. O Nordeste filtrado n’*Os Meus Amores* tem sido interpretado como isento de conflitos sociais que as relações de produção engendram – em, por exemplo, A. J. Saraiva e Óscar Lopes (1979). Mas nada é assim tão simples.

Podemos conhecer as relações sociais de produção pelos seus efeitos. A galeria vai do mendigo assassino ao morgado decorativo, ambos improdutivos e meteoricamente referidos. A ascensão do pedinte, porém, se se chama José da Loja, cria situações que revelam rivalidades e dependências sociais. António Fagote (“Prelúdios de Festa”; encontraremos as festivas preocupações «fagoteanas» na Imprensa mogadourense) quer suplantam o mordomo do ano anterior e ficamos a saber que não é só ele contra José da Loja. Em “À Lareira”, José Lorna é explícito: «Bem no merece aquele judeu! Veio pra aí a pão pedir, e agora não fia a um pobre cinco réis. Lá fez a sua casa nova, lá vai apanhando à roda aquilo que pode [...]» Secundado numa opinião que ciclicamente se repete e, às vezes, com consequências trágicas: «São todos assim! – confirmou baixo o António. – Daqui a poucos tiram-nos os olhos; depois levam-nos a camisa; e como vão medrando como tortulhos, não há-de tardar que se não vejam aí senão judeus!» (p. 206)

Vê-se como borbulha o anti-semitismo. E fácil é contrapor a pretensa neutralidade ou fuga às questões sociais que se convocam para este livro. A cultura reproduz-se e tem seus instrumentos de tirania na relação oficial-soldados (“Terra Mater”). Outro exemplo: a manipulação da opinião pública pelo rico lavrador não exige um tratado de economia política (“Manuel Maçores”). Aqui, o homem de mão, João Ferrador – as profissões dão nome e estatutos –, é a caixa de ressonância e não se olha a meios.

Estes são alguns aspectos de um quadro social nada idílico, embora diferente de tonalidades à época mais apreciadas, qual a paternidade logo assumida pelo José Grilo em relação ao enjeitado e que tem a ver, quiçá, a nível psicanalítico, com a orfandade real do menino José Francisco; a nível autoral, com o fracasso ainda guardado que fora *O Enjeitado*; a nível do inconsciente colectivo, com a orfandade em que o país se debatia...

À superfície, pouco difere, um século depois, a realidade da que Trindade Coelho ficciona. Duas crianças conduzindo rebanhos é anacrónico? Não. Quando se tiver a referência por anacrónica, lembremo-nos que o universo narrado oferece sombras em cuja interioridade pululam entendimentos para uma releitura: os dois pastores cumprem viagem que os despertará das trevas para a inter-subjectividade, entre jogos e ameaças, entre lobos e o aspecto sinistro do que nos rodeia:

Mas vista àquela hora, e no meio de tal silêncio, a corrente líquida tinha o que quer que fosse de sinistro, que evocava lembranças aterradoras, espectros dos

que ali mesmo tinham morrido afogados, numa luta desesperada com as águas, clamando em vão que lhes acudissem, em tamanho transe aflitivo. (p. 15)

A *actualidade* de um texto é isto. A água, na forma de rio, opõe-se à terra maternal. Por ela parte o filho em “Última Dádiva” e nela morrem os irmãos de “Abyssus Abyssum”. O próprio Trindade Coelho abandona a infância Douro abaixo, em direcção ao colégio do Porto, onde, em contrapartida, o mar o maravilha. Eis os fantasmas da nossa pequenez – nas constantes evocações de Deus e da alma cristã.

Outras leituras – reconhecimento dos seres irracionais, o respeito pela Natureza, etc. – são propostas igualmente legítimas, social e politicamente actuais, sempre literariamente expressas, em que o referente imediato nordestino se universaliza, apoiado no mesmo discurso, particular.

O problema dos discípulos é saber se os modismos regionais não criam ruídos que dificultem a comunicação com o texto. As referências – como passar o serão à lareira – diluem-se, mas não se perdem. O universo agro-pastoril altera-se, mas não morre. Além do sopro de vida que até nós sobe, também a estrutura dialógica da nossa condição se alicerça em factos tornados ‘factos literários’: jogos, anedotas, interrogações, maravilhamentos, reticências... O continuado êxito desta arte de dizer e de estar *em crise* não é por acaso.

Atento ao movimento literário de 1892, em que não descuro vozes emergentes de simbolistas, nefelibatas e decadentes – designações sobre que se interroga –, a par de um mais profundo interesse por Guerra Junqueiro, por exemplo (recolhido em J. Viale Moutinho, *Gente do Século XIX*, Lisboa, Ulmeiro, 1987: 13-95; são outros: Camilo, João de Deus, Abel Botelho, Alfredo da Cunha, Eduardo Coimbra, José Pampilho), regressa, em 1893, como Ch.-A. Hysson, em novos “Echos”, a *O Repórter* (Lisboa); entra na redacção de *Novidades*, onde, desde 3 de Março, temos um primeiro *In Illo Tempore*; e colabora n’*O Antonio Maria*. Dirige a *Revista Nova* (Lisboa, Novembro de 1893/Março de 1894, n.º 5), com Alfredo da Cunha, ambos editando João de Deus, *Campo de Flores*, 1894. Nesta revista, e ano, interessa-se por um “Glossario transmontano (Concelho de Mogadouro)” do quase vizinho Augusto Moreno (Lagoaça, Freixo de Espada à Cinta, 1870 – Massarelos, Porto, 1955), filólogo e dicionarista, e cujo mais longo texto de poeta, com centenas de versos inéditos, “Tipas da terra”, datado de Mogadouro, Julho de 1892, é evidente homenagem aos “Tipos da terra” trindadianos.

Jornalisticamente activo, episódico prefaciador, assinalemos a estreia, com “Terra mater”, no *Brinde aos Senhores Assignantes do Diario de Notícias em 1896*, publicação prestigiada que vinha de 1865 e havia de morrer em 1899.

Autores Universais

TRINDADE COELHO

**GENTE
DO SÉCULO XIX**



CULT ARTE

O jurista solta-se em dois títulos de Lisboa, 1897: *Liberdade de Imprensa*. [...] e *Recursos Finaes em Processo Criminal de Policia Correccional, Correccional e Ordinario* (na 2.^a ed., Coimbra, 1901: *Recursos em Processo Criminal: Das Decisões Finaes e das Interlocutorias*). Entre a correspondência do ano, até 1901, temos 46 cartas para António Corrêa d'Oliveira, cujas primícias Trindade Coelho amparou (ver Pontes, 2006, 2007). Na senda de José Leite de Vasconcelos, ocupa-se, ao largo de 1897 e em 1898, de questões sobre o mirandês; neste ano, é autor, com Francisco Maria Veiga, de *Proposta do Codigo de Processo Penal*, com ele fundando a *Revista de Direito e Jurisprudência* (Janeiro-Junho, 12 números). Se 1898 é dos anos menos interventivos, publicamente – por doença, como se dirá à frente –, ainda assim, traz a lume “A Choca” (*A Arte*, 11/12, Porto) e as mais de 500 páginas de *Dezoito Annos em Africa. Notas e Documentos para a Biographia do Conselheiro José d’Almeida*, Lisboa.

É na mais selecta companhia que o vemos de regresso ao Alentejo: *A Tradição / Revista Mensal d’Ethnographia Portugueza, Illustrada* (Serpa, Janeiro de 1899/Junho de 1904), reúne Trindade Coelho, Sousa Viterbo, Teófilo, Tomás Pires, J. Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Ramalho, etc., e, quanto ao nosso autor, “O Senhor Sete” (Março de 1900), que dará título à recolha de Augusto da Costa Dias, *O Senhor Sete. Dispersos Folclóricos e de Doutrina Literária*, Lisboa, Portugália Editora, 1961. No cair do século, inaugura a colecção ‘Folhetos para o Povo’, de distribuição gratuita, com *Parabola dos Sete Vimes*, retranscrita no *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o Anno de 1902*, Lisboa, 1901: 244-245.

Este generoso magistério acompanha-se de preocupações pedagógicas e políticas, de que são exemplo, só em 1901, *ABC do Povo – Para Aprender a Ler*, Lisboa; com desenhos de Rafael Bordalo Pinheiro –, *Cartilha do Povo ou Breve Compendio dos Seus Direitos e Obrigações para Uso dos Habitantes do Concelho de Mogadouro e de Todo o Districto de Bragança*, Paris/Lisboa [44 mil exemplares foram distribuídos gratuitamente], *Rimas á Nossa Terra*, Lisboa, *Loas á Cidade de Bragança para que não entregue o seu mando senão aos seus filhos*, s. d. [1901]; em 1906, *Manual Politico do Cidadão Portuguez*, Lisboa. Onde está, como em Antero e Trindade Coelho, a entrega a outrem, colectiva e individualizada, com prejuízo pessoal e familiar, impendendo sobre um percurso literário, de saúde, de finanças, da própria vida?

Segundo o recenseamento de 1900, Portugal tinha 5 423 132 habitantes (incluindo ilhas adjacentes), mas, lê-se na 2.^a ed. deste *Manual...*, 1908: 161,

havia 4 261 336 analfabetos. Nessa conta – apoiando-me, agora, em João Chagas (1908) –, entram 2 831 132 mulheres, e só 425 287 sabiam ler, ou seja, nos 78,6 por cento de analfabetos, tínhamos 85 por cento de mulheres. Um cenário destes era aterrador. Daí, a justificação para a Liga Nacional de Instrução, com filiais pelo país, que Trindade Coelho inspira e cria em 1907, tendo Borges Grainha por secretário. Agostinho Fernandes invocou-a em carta de 1-XII-1961 a Júlio Dantas (Santos,² 2008).

Visando um acompanhamento regular e crítico da actividade dos cinco deputados por Bragança, faz da própria casa (na rua que seria Rua do Mundo e, hoje, é Rua da Misericórdia; o actual Espaço Ginásio, tirando embora o nome do antigo Teatro do Ginásio, desfigurou por completo a traça original), redacção do mensário de quatro páginas *Boletim Parlamentar do Districto de Bragança* (Lisboa, 17-II/28-V-1901, n.º 5), cujo produto da venda reverteria «em beneficio dos pobres e encarcerados da villa de Mogadouro», tal como acontecia com *A Minha Candidatura por Mogadouro (Costumes Politicos em Portugal)*, Lisboa, 1901.

Após a 3.ª ed., definitiva, d’*Os Meus Amores* (1901), sucesso livreiro maior vai ter, circunstancialmente, *In Illo Tempore. Estudantes, Lentos e Futricas* (Paris-Lisboa, 1902), que esgota duas edições em dois meses. São «recordações da vida de Coimbra», anuncia na célebre carta-autobiografia de 6-IV-1902 a *mademoiselle* Louise [Luise] Ey, que disputam ao *Palito Métrico* uma atenção e arruaças dignas de nota, com renovado interesse décadas mais tarde, em *Porta de Minerva* (1947), de Branquinho da Fonseca. Em capítulos abrindo por *in illo tempore* sob pauta musical, desenhos originais de António Augusto Gonçalves e fotografias coligidas por dois outros artistas eméritos, é a fórmula certa para flunar, divertidamente, pela cidade alta do Mondego e seus baixos truques universitários. Sendo o Trinca-Fortes referência logo na primeira página – «Como não chorar á *las memorias de in illo tempore!*» (na Carta I enviada da Índia por Camões) –, compreende-se sob cuja égide se coloca esta empresa, já informando *Os Meus Amores*: exilado de uma realidade que lhe é querida, o sujeito subscreve, pela literatura, a sua posse.

O jurisperito retorna em quatro títulos de 1903, acompanhados de um propósito enciclopédico n’*O Primeiro / Segundo / Terceiro Livro de Leitura*, refundido em *Pão Nosso ou Leituras Elementares e Encyclopedicas para Uso do Povo* (1904) e *Primeiras Noções de Educação Civica* (1905), todos em Paris-Lisboa. Interesse recente olha à sua *Comunicação Dirigida á Maçonaria Portuguesa* (Lisboa, 1906), cuja loja Solidariedade fundou o aí nomeado “Renovador”.

Pimeiras Noções
de
Educação Cívica

Por
Trindade Coelho



• 1905 • TYPOGRAPHIA •
• ADOLPHO MENDONÇA •
• RUA DO CORPO SANTO •
• 46 E 48 • LISBOA •

O último título, descontadas reedições ou póstumos, é *Roteiro dos Processos Especiais* (Coimbra, 1907), ano este bibliograficamente pobre, mas em que se pressente nação a levantar-se. Uma série de artigos sobre educação cívica n' *O Independente* (Viana do Castelo), entre 26-IV e 29-XI, dir-se-ia animá-lo. Na edição do dia fatídico, sai o intitulado “Liberdade de pensamento”.

Como explicar o suicídio?

Aventa Francisco Manuel Alves (2000) que se suicidou «parece que por desgostos políticos» (p. 105). Justificando:

Um ano antes havia ele pedido a demissão do cargo de procurador régio, como protesto contra a ditadura de João Franco e um pouco, também, para captar as fáceis lisonjas que a imprensa exaltada teceria à sua isenção de proceder, isenção que, explorada para os efeitos de combate de alguns dias, logo foi esquecida, deixando-se entregue aos próprios recursos quem tão custosamente comprara essa fementida aura popular.

Trindade Coelho não precisava de «captar as fáceis lisonjas da imprensa», onde tinha largo assento: precisava de não chegar à situação de ser «louvado pela imprensa monárquica e zurzido pela imprensa republicana, a dos partidos e clientelas, que me não perdoa a campanha a favor de uma democracia lavada e tolerante», como lamentou em carta a Jaime de Magalhães Lima (*in* Rocha, 1985). Qual jurista imberbe que não soube fazer pagar-se em início de carreira, deveria sofrer novas agruras fora desta, tanto mais que a acção cívica após 1901 era desgastante e vinculada a livros de distribuição gratuita ou sem proventos pessoais. Acrescia outra dificuldade: talvez fosse tardia a desvinculação de uma Justiça atrabiliária, que não olhava a códigos para, nesse mesmo ano de 1907, deter levas de revolucionários, a qual era personificada pelo célebre juiz Veiga, que, dez anos antes, associara o nome ao de Trindade Coelho. Este não poderia caucionar tais arbitrariedades, que arrastam vertiginosamente ao regicídio de 1 de Fevereiro de 1908. Presta-lhe homenagem o mestre supremo da Carbonária, Luz de Almeida, quando, em 8 de Agosto de 1907, João Franco ordena sejam passados «mandatos de captura contra chefes republicanos eminentes, contra graduadas figuras dos intransigentes progressistas dissidentes, e até contra três regeneradores». Prosseguindo:

Quis Franco então que todos fossem vexados, devendo as suas prisões ser efectuadas por beaguins de profissão.

A tal obstou Trindade Coelho invocando a lei que lhe permitia, ele próprio, efectuar a diligência, mas que lhe valeu, jogando o seu lugar, ser demitido

poucos dias após. Franco irritou-se quando soube que os seus desejos se haviam malogrado e que João Pinto dos Santos, António José de Almeida, Magalhães Lima, França Borges, Abel de Andrade, José Belo, Moreira de Almeida, Ribeira Brava, e os restantes dos 21 menos 6, 3 com foro especial e 3 ausentes, entraram e saíram livres da Boa-Hora, depois de afeiçoados. A atitude de Trindade Coelho, se por um lado era a afirmação de quem nada temia, era por outro, se é possível, o engrandecimento da sua figura moral e o prestígio da sua figura de magistrado².

Consequências:

O seu constante e quase pundonoroso desinteresse material obriga-o a confessar, poucos meses antes de morrer, que chegou, após 25 anos de luta, a isto: – “um farrapo de dor, sem fortuna, sem saúde, sem o menor valor eficaz para assentar numa base estável o sossego dos anos que tenho ainda de viver”. (Rocha, 1985)

Defende uma integérrima independência, literária e política (*cf.* carta n.º *O Paiz*, 24-XII-1907), e, ainda que «A revolução é nas ideias», alerta para a «necessidade de substituir a Carta Constitucional por uma *Constituição* democrática», campanha que lança nos jornais «sob o pseudónimo de *Constante leitor*» (carta a Luise Ey, 18-II-1908). Logo, e uma vez mais, «Porque se suicidou Trindade Coelho?», pergunta linearmente o amigo António Cabral. Que pormenoriza: «E cerca das cinco horas da tarde de domingo, 9 de Agosto de 1908, no quarto andar do prédio número 20 da Rua de S. Roque, onde residia, Trindade Coelho desfechou um revólver no coração, fulminando-o morte instantânea.» (1947: 131)

Di-lo «talentoso» – mas faltando-lhe «o equilíbrio de ânimo, a força de resistência moral, o poder de fazer frente, sem ir a terra, às grandes contrariedades». Di-lo « vaidoso », ou presunçoso, direito que lhe concede, «pois lhe sobravam qualidades brilhantes de espírito, aptidão literária, capacidade intelectual, engenho» (p. 117-118). «Um pouco áspero, talvez rude e duro, Trindade Coelho era dotado, amplamente, de grande fundo de bondade, notando-se-lhe a sinceridade, a franqueza e a lisura, que tanto sobressaem nas almas bem formadas.» (p. 118)

Relevadas bondade e sinceridade, entreabre uma explicação:

Também nele havia aquela ingenuidade, quase infantil, que o levou a

2 Luz de Almeida, “A obra revolucionária da propaganda / As sociedades secretas”, in Luiz de Montalvor, *História do Regime Republicano em Portugal*, vol. II, Lisboa, 1932: 233.

acreditar, a supor, a imaginar, que todos eram bons, que a linha recta era a que todos seguiam, e que os acontecimentos se desenrolariam em sentido que ele conjecturava [...]. Enganou-se. As suas desilusões com certeza lhe rasgaram na alma feridas de morte.

Imaginaria ele, acusador público, «que todos eram bons»? não dera mostras, no jornalismo político e polémico do tempo, de não ser homem para desarmar? e que maldade não existe no alegado amigo ao acusar (p. 118) alguém de imitador, ou seja, querer ensinar a ler o povo, tal como João de Deus, ou escrever uma autobiografia, como Antero? Nesta ordem de ideias, não imitava João de Deus a Castilho? Melhor: deveríamos continuar a ler segundo a *Cartilha Maternal*? E nem escrevermos autobiografia, com receio de que os antecessores de Antero no ramo nos viessem desinquietar? António Cabral desmente-se em parágrafo lapidar:

Carácter íntegro, quer como homem, quer como digno magistrado que era, quer como distinto escritor, não se lhe conhece desvio de caminho amplo e liso por onde marcham sempre os que timbram no cumprimento do dever. Assim, era respeitado, considerado, e possuidor de prestígio, crédito e autoridade indiscutíveis. Por isso deixou nome limpo de mácula e reputação de pessoa honesta, justiceira, indulgente e boa. (p. 119)

Fora de partidos e da política – por onde entrava civicamente –, e da lista de «ambiciosos» que «causaram a queda da Monarquia» (p. 120), foi, repete, «magistrado recto e escritor ilustre, com ideais democráticos, e nada mais». Corolário: «Esses ideais levaram-no a ensinar o povo. Também muito concorreram para a sua morte.» (p. 121)

Após longa deriva memorialística (elementos para uma autobiografia...), António Cabral vai explicar a relação entre «ser democrata, amigo do povo», com o qual não se quer «governar», e a morte de Trindade Coelho. «Carácter rígido, austero, rigorista» (p. 129), o magistrado aplica a lei, mesmo que dela discorde, e por mais artigos na Imprensa em que a si mesmo se ataque. Mas a chamada «lei celerada» de 13-II-1896 contra os anarquistas, em que o preso político caía sob alçada do juiz criminal, é repostada por decreto franquista de 21-XI-1907. Pede para ser exonerado: no dia 28, está livre.

Abre banca de advogado no dealbar de Janeiro, onde, segundo uns, não põe os pés, e, segundo Cayolla, não é procurado por clientes. Com mulher e filho para sustentar – o filho interviera na Greve Académica coimbrã, em Março, contra João Franco, que encerra a Universidade em Maio de 1907 –, e embora

reintegrado na comarca de Vieira, no Minho (de que não tomará posse), por instâncias de Lourenço Cayolla junto do ministro da Justiça, que aconteceu de decisivo?

António Cabral volta a falar em fraqueza de espírito, vaidade e imitação; imagina Trindade Coelho «supondo-se escritor com valia superior à que tinha, aliás muito grande» (p. 131), e a ver tantos suicidando-se – eis a razão, «por sugestão recebida, principalmente de Camilo Castelo-Branco» (p. 132): «Matando-se, ficaria na galeria dos grandes escritores, mortos por suas próprias mãos. Com a pecha da imitação, que lhe era peculiar, se aqueles três altos vultos da Literatura, a cuja categoria se alçava, se tinham suicidado, também ele se suicidaria.»

As suposições do crítico afogado em saudade passam à inveja e contradição, quando assevera que, afinal, «o campo da ficção não era aquele em que Trindade Coelho mais se distinguiu» (p. 131), por nunca ter escrito romance, fosse embora «uma figura notável da nossa Literatura» (p. 132). Com que livros, se não um, muito particular, e bastante, de ficção, que dele fez a «perfeita incarnação do contista, supremo invocador dos typos, dos sentimentos e da linguagem do povo (Elcay [Lourenço Cayolla], *Diário de Notícias*, 4-X-1911), quiçá, «o maior dos contistas portugueses» (Júlio de Lemos, s. d.)?

Creio que, fora de qualquer mimetismo (e seria um *modismo*, se o suicídio não fosse de todos os tempos), as razões invocadas em Andréa Rocha – que repete a fórmula enganosa de Eugénio de Castro sobre Trindade Coelho, «alegre como uma romaria» – são mais do que suficientes para se cair em funda depressão. As contradições do passado de magistrado vieram à tona. A incompreensão no campo judicial, pedagógico e político (no sentido mais nobre) foi o último golpe numa estrutura psíquica dilacerada entre opostos e variações, que os contos denunciavam. Mas pode haver outra razão.

Segundo L. Cayolla (1929), «Ele era no fundo um neurasténico, de disposição e humor variáveis e sofria crises, muitas vezes demoradas, em que o seu maior desejo era não ver ninguém a [e] afastar-se precisamente dos que mais estimava». Médico amigo viu-o «muito próximo da loucura». Trindade Coelho dizia-se tomado por mal sem cura. As cenas patéticas de se ajoelhar aos pés do amigo e rogar amparo para a família são esclarecedoras. O dr. Curry Cabral recomenda descanso no Luso e medicação à base de morfina e quinino. Estamos, sem que L. Cayolla o diga explicitamente, em 1897, o que antecipa em dois anos ideia generalizada, induzida pelo mesmo T. Coelho, sobre a neurastenia em 1899.

Sem saúde, sem dinheiro, sem clientes no escritório de advogado, «Esta situação deprimiu-lhe de novo o sistema nervoso e criou-lhe dificuldades

materiais insuperáveis para ele, incapaz como era de lutar no campo dos interesses» (Cayolla, 1929). Seria tudo? A que razão particular aludimos?

Na véspera, sábado, 8 de Agosto, Lourenço Cayolla entrou duas vezes no n.º 20, 4.º andar: para se inteirar de um amigo alquebrado e desejoso de regressar à magistratura, e segunda vez para informar que, na quinta-feira seguinte, o ministro da Justiça, que interpelara, levava o decreto de nomeação à assinatura. À fisionomia iluminada do marido responderam «os olhos muito tristes» de D. Lucília Trindade Coelho, avisando de «nova decepção»: «Trindade Coelho tornou a cair na cadeira vencido pelo anterior abatimento.»

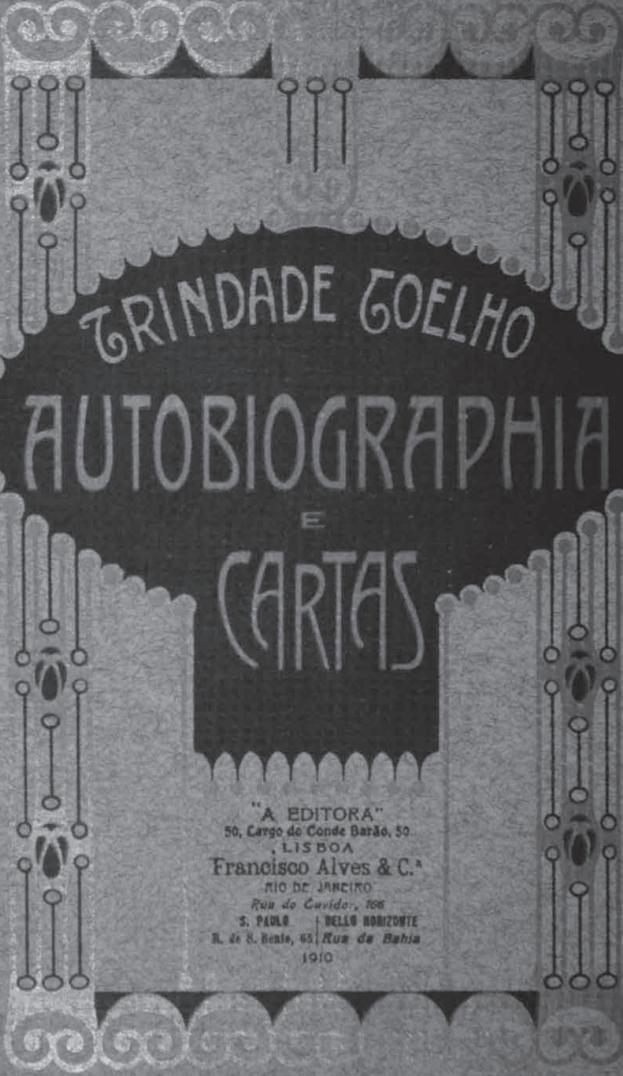
Estas horas são decisivas: nada a demove, desconfiada e incrédula, sem perceber que «o seu estado era muito grave e era o meio de o salvar», através da reintegração: «Sempre que eu falava, Trindade Coelho animava-se e parecia querer embriagar-se de esperanças, mas a seguir, ouvindo as palavras desconsoladoras de sua esposa, voltava á mesma melancolia e alheimento.»

A resposta pode estar aqui. Não menos deprimida estaria a mulher, após 24 anos de carências financeiras. Desta vez, ela baqueava, incapaz de medir as consequências de tanta descrença. A facilidade com que, logo a seguir à morte, Cayolla salda a “dívida sagrada”, ao conseguir facilmente, com outro ministro da Justiça, o lugar de contador dos tribunais de Lisboa para o filho Henrique, já licenciado em Direito, diz bem de como ao pai faltou um derradeiro fôlego de esperança – que a esposa *não* lhe transmitiu.

No ar do tempo, assacaram culpas à «Grande Marafona», a Política, segundo Gomes Leal, que “A Trindade Coelho” dedica soneto n’*O Mundo* de 16 de Agosto, assim epigrafado: «Tudo isto pela maldita política! // (Últimas palavras do suicida)» Leio a primeira quadra e tercetos: «Apontaste a arma ao peito e voaste do desterro, / ao ver como Catão a Liberdade morta. / Povo chora este herói, chora-o de porta em porta, / e tu, Verdade, vai também atrás do enterro! // [...] // Vai-te enterrar também, que já não és o que eras. / Quanto a Trindade, a ti, varão de heróicas eras, / tu vingaste-te bem desta vil gafaria! // Um tiro. Ouviu-se um tiro. Hora de ânsia e respeito; / mas não foi a ti, não, que estrangulaste o peito. / – Foste tu que furaste a tripa à Monarquia.»

Fosse como fosse, quero ler ainda nobreza pessoal no gatilho carregado de morte e solidão, que o ultracatólico e monárquico António Cabral exigia fosse disparado por Deus.

...E começa a posteridade: em cinco números de Setembro, o *Diário de Notícias* transcreve “Auto-biographia” – *Auto-Biographia e Cartas*, com prefácio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, em 1910; Paulo Osório selecciona 12 cartas de entre 1897-1904 (Porto, 1908).



TRINDADE GOELHO
AUTOBIOGRAPHIA
E
CARTAS

"A EDITORA"
50, Largo do Conde Barão, 50.
LISBOA
Francisco Alves & C.^a
RIO DE JANEIRO
Rua do Cavido, 208
S. PAULO | DELSO HORIZONTE
R. de S. Bento, 65 | Rua de Bahia
1910

A magnificação teve momentos-chave, alguns simples. Assim, a lápide de mármore colocada pela Câmara Municipal de Mogadouro, em 14-V-1911, na casa natal. Presente, além do governador civil do distrito, o filho do escritor, Henrique Trindade Coelho (1885-1934).

Em 16-IX-1938, Afonso Salgado e o semanário *Trás-os-Montes* lançam a ideia de uma estátua, o que o Abade de Baçal corrobora (1-XI-1938; acompanhado por Casimiro de Morais Machado em 16-V-1939), discorde, embora, «com a classificação de “inextético e vergonhoso”» dada ao S. Sebastião da praça em frente da casa onde nasceu Trindade Coelho, «alvitando que desapareça». O escritor venceria o santo. O Largo Trindade Coelho, em Lisboa, é outro sinal, dito embora *da Trindade, da Misericórdia ou de S. Roque*.

A herança literária – a confrontar, primeiro, com os do século: Eduardo Barros Lobo, Rodrigo Paganino, Bento Moreno, Pedro Ivo, Abel Botelho, Fialho, D. João da Câmara, entre outros, e, já em Novecentos, com Aquilino, Vitorino Nemésio, Horácio Bento de Gouveia, Luís Cajão, Mário Braga, etc. –, tem, num segundo momento, a solidez, diversa, de cada cultor transmontano. Na mais pura tradição do contismo alicerçado em Trindade Coelho, temos Miguel Torga e João de Araújo Correia, com fusão de uma arte da linguagem e de personagens características em autores que derivaram, igualmente, para o romance: Luísa Dacosta, Bento da Cruz, Nuno Nozelos, Fernão de Magalhães Gonçalves (que também sobre T. Coelho ensaiou), António Modesto Navarro, A. M. Pires Cabral, Monteiro Cardoso, Hélder Rodrigues, entre outros.

Herdeiros são, ultimamente, os premiados no Concurso Nacional de Conto Trindade Coelho, promovido pelo Município de Mogadouro desde 2005, o qual, pela apetência de, sobretudo, brasileiros, virou concurso *internacional*.

Quanto à fortuna editorial, em 1961, a Portugália Editora muito fez pelo autor e não pouco lhe ficou a dever. Peça desconhecida nessa sobrevivência foi um jovem empregado, subido de Aljustrel a Lisboa, e que se tornaria um dos principais bibliófilos e bibliógrafos portugueses, tendo chegado a director-adjunto da revista *Colóquio/Letras*. Entrevistei Luís Amaro (1923), que dele se trata, para um volume de homenagem (AA. VV., 2005). Perguntado sobre os trabalhos com que se iniciou, respondeu:

Tive sorte na estreia que me coube: a reedição, há muito aguardada, do *In Illo Tempore*, de Trindade Coelho, com preciosa “Nota dos Editores” redigida, sim, por Afonso Lopes Vieira, que fora grande amigo do autor e do filho Henrique, de quem D. Maria Cristina enviuvava (herdeira dos direitos e que visitei inúmeras

vezes, deixando-lhe os cheques respectivos). Afonso redigira o texto em atenção a D. Maria Cristina: jamais o vi na Portugália, mas sim, uma única ocasião, a atravessar, vagaroso, monocular, o Largo de S. Domingos, numa época em que a sua “Dança do vento” ritmicamente me enleava, embalava... [...] Do *In Illo Tempore* se esgotou num ápice a reedição, outras se sucedendo, bem como, anualmente, d’*Os Meus Amores* recomendados nos liceus.

Também presença obrigatória em antologias de contística, Trindade Coelho tem merecido, desde a *Antologia* que lhe dedicou Álvaro Manuel Machado (Porto, Lello & Irmão – Editores, 1980), um interesse intermitente, que se deve, nomeadamente, ao operoso J. Viale Moutinho, quer em notícia de jornal, com pré-publicações, quer em selecções que organiza desde 1985. Após *Outros Amores* e a separata *Inéditos de Trindade Coelho com Interesse Etnográfico* (1985), reuniu 46 *Fábulas* (Lisboa, Ed. Labirinto, s. d. [1986], *Gente do Século XIX* (1987), *O Enjeitado e Outras Ficções Inéditas* (Mirandela, João Azevedo Editor, 2001). Em ano centenarial, aprovou à Câmara Municipal de Mogadouro reeditar, ao cuidado de José Carlos Seabra Pereira, os dois títulos canónicos mais conhecidos e *O Senhor Sete* (Porto, Edições Caixotim).

Aqui chegados, abre-se um novo tempo. Vale a pena começar pela revista *Brigantia*, vols. XXVII, 2007: 103-462 (fez-se separata), e XXVIII-XXIX, 2008-2009, saudando, admirados e gratos, a densa bibliografia que a Trindade Coelho dedica Hironidino Fernandes. É um trabalho beneditino que este nosso Amigo conjugou em *Bibliografia do Distrito de Bragança*, II.

Após “Nota preambular a este extracto”, como fala a modéstia, sucedem, no vol. XXVII: “Nótula biográfica” (p. 110-113); “Bibliografia activa. Manuscritos” (p. 114-118); “Impressos”, com ordenação cronológica e alfabética (p. 119-341); “Epistolografia” (p. 341); “Bibliografia passiva”, por ordem do apelido (p. 342-377); “Ecos da Imprensa”, desde 1879 (p. 378-434); “Ecos das Câmaras dos Senhores Deputados e dos Dignos Pares” (p. 434-438); “Filmografia” (p. 439); “Iconografia” (440-445); seguindo-se Índice, e conjunto de fotografias, por João Manuel Neto Jacob, p. 447-462.

Com raríssimas dúvidas (e só o mau estado das nossas hemerotecas explica alguma falha), é um trabalho exemplar, que mostra aos curiosos e investigadores quanto está ainda por fazer em relação ao conhecimento do autor. Se o contista e recolector etnográfico vão emergindo, pena é que uma monda a sério do cronista nos faleça ainda, pois é o Trindade Coelho deveras quantioso, mais tu cá, tu lá, atento à novidade, interventivo, opinativo. Basta seguir o guião oferecido por Hironidino Fernandes, que reincidiu com 767 páginas de 511 missivas. *A Correspondência. 1873-1908*, compondo o volume duplo XXVIII-XXIX,

com prefácio de Aníbal Pinto de Castro, vem no original, acompanhada de alguns fac-símiles. Embora reconhecida incompleta, é um *opus magnum* indispensável para o período nacional em causa.

Referências bibliográficas

AA. VV., *Para Lá da Névoa*, Porto, Edições Caixotim, 2005: 29; Alves, Francisco Manuel, Abade de Baçal, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, tomo VII, Bragança, ³2000: 105; Cabral, Alexandre, *Correspondência de Camilo Castelo Branco*, vol. V, Lisboa, Livros Horizonte, 1986: 141-165; Idem, *Dicionário de Camilo Castelo Branco*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989: 189; Cabral, António, *Homens e Episódios Inolvidáveis*, Lisboa, Bertrand, 1947: 117-132; Cayolla, Lourenço, “Divida Sagrada”, *Revivendo o Passado*, Lisboa, Imprensa Limitada, 1929 [no frontispício, 1928]: 239-261 [241-243, 252, 257-259]; para carta de T. C. a propósito de crítica a *Os Meus Amores*, ver, ainda, de L. Cayolla, *Cenas Delidas pelo Tempo... (Recordações do Passado)*, Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia, 1934: 69-74; Chagas, João, *Cartas Políticas*, I, Lisboa, 1908: 200-201; Coelho, Jacinto do Prado, *A Letra e o Leitor*, Porto, Lello & Irmão – Editores, ³1996: 194; Correia, João de Araújo, *Perfil Transmontano de T. C.*, Lisboa, Portugália Editora, 1961: 22; Lemos, Júlio de, *T. C. O Maior dos Contistas Portugueses*, separata dos n.ºs 14-15 da revista *Trás-os-Montes e Alto Douro*, Lisboa; s. d.; Lobo, Eduardo de Barros (Beldemónio), *A Volta do Chiado*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1902: 224; Lopes, Óscar, “Nacionalismo literário: *Os Meus Amores*”, *Entre Fialho e Nemésio*, I, Lisboa, INCM, 1987: 50-59; Pontes, J. M. da Cruz, “T. C. Cartas para António Corrêa d’Oliveira”, *Brigantia* (Bragança), vols. XXVI e XVII, 2006: 383-485, e 2007: 3-102 [com fac-símiles]; Queiroz, Eça de, *Correspondência*, vol. II, org. e notas de A. Campos Matos, Lisboa, Editorial Caminho, 2008: 143; Rocha, Andrée, *A Epistolografia em Portugal*, Lisboa, INCM, ²1985: 341-347 [341-343]; Rodrigues, Ernesto, *Cultura Literária Oitocentista*, Porto, Lello Editores, 1999: 257-266; Saraiva, António José; Lopes, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, ¹⁰1979: 958; Santos, José da Cruz, coord., *Agostinho Fernandes. [...]*, Lisboa, Portugália Editora, ²2008: 277-278; Ventura, António, *Publicações Periódicas de Portalegre (1836-1974)*, Câmara Municipal de Portalegre, 1991: 20.

Em 2002, acrescentei bibliografia básica ao verbete “**Coelho, JOSÉ FRANCISCO Trindade** (1861-1908)” do *Dicionário de Literatura – Actualização*, 1, Porto, Figueirinhas. A acrescer às referências atrás [por ordem cronológica, sem

indicação de editora], dou mais algumas indicações, devendo este apartado ser confrontado com o verbete de Andrée Crabbé Rocha nas anteriores edições daquele *Dicionário*. Omito dissertações de licenciatura, dicionários de literatura e enciclopédias, multidão de artigos na Imprensa regional e nacional (de que fica amostra mesquinha, face à recolha de Hirondino Fernandes), bem como traduções, quer de contos dispersos, quer d'*Os Meus Amores* (por exemplo, em Barcelona, 1899, 1919; Madrid, 1933 e s. d.).

Françoise Babillot, “Le sentiment de la nature et la vie rustique chez T. C.”, in *Biblos*, XXVI, 1940; Moreira das Neves, “À margem de duas cartas inéditas de T. C.”, *Távola Redonda*, 10, Fev. 1962; Augusto da Costa Dias, “T. C. e a idealização da comunidade rural”, *A Crise da Consciência Pequeno-Burguesa – O Nacionalismo Literário da Geração de 90*, Lisboa, 1962: 301-335 (2^a1964; 3^a1977: 327-361); Alberto Lopes, *T. C. – O Homem e a Obra*, Bragança, 1969 [com bibl.]; José Carlos Seabra Pereira, *Decadentismo e Simbolismo na Poesia Portuguesa*, Coimbra, 1975, *passim*; João Mendes, *Literatura Portuguesa IV*, Lisboa, 1979; Viale Moutinho, “Inéditos de T. C. com interesse etnográfico”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 25 (2-4), 1985: 361-377; Idem, “19 cartas inéditas de T. C.”, *Prelo*, 11, Abr.-Jul. 1986: 33-50; Jacinto do Prado Coelho, “T. C., poeta”, *Ao Contrário de Penélope*, reed., Venda Nova, 1987: 199-202 [com referência a Feliciano Ramos, *T. C., Homem de Letras*, Coimbra, 1947]; António Nogueira Afonso, *T. C. e a Cultura Popular*, Bragança, 1991; António Pimenta de Castro, *Os Judeus na Obra de T. C.*, Mogadouro, 1998; António Nogueira Afonso, *T. C. em Três Partes*, Bragança, 2002; Andrée Crabbé Rocha, “Alberto Braga, Luís de Magalhães e T. C.”, *Estrada Larga*, 1.º vol., Porto, s. d.: 453-455. Do escritor publicou-se, 1961, reeditado em Lisboa, 1993, *O Senhor Sete*; ainda, *O Meu Livrinho*, Lisboa, 1968; *Os Meus Amores*, ed. de Lúcia Vaz Pedro, Porto, 2003, e outra ed. introduzida por João Bigotte Chorão, Lisboa, s. d. Destaques sobre o A. no *Diário de Notícias* de 15-VI-1961, 24-VII-1988, 8-X-1989, 27-IV-1993 [excerto, com apres. de V. Moutinho, do inédito e inacabado romancelho *O Enjeitado*], 31-X-1993 [crítica de V. Moutinho a Luís José Afonso Ruivo, *T. C. na História e nas Letras*, Bragança, 1993], *Diário da Manhã*, 17-VI-1961, *O Primeiro de Janeiro*, 7-XI-1971, *Expresso*, 26-II-1994.

O BALARDO

Nota breve sobre um escritor trasmontano inédito

Manuel Cardoso

Latões, Outubro 2018

1. *Balardo* é uma palavra cheia de sonoridade e de atributos possíveis, com a particular curiosidade de não aparecer no dicionário. Buscas e mais buscas, aqui e ali, nas estantes e na net, nada! Recurso ao nosso António Pires Cabral, na esperança de nos estar a escapar algo e de que a nossa limitada linguística pudesse ganhar por aí o satisfazer dessa curiosidade. Não foi em vão: numa resposta pronta, recebemos o email: “Meu caro Manuel: Não encontro o termo ‘balardo’ em nenhum dos dicionários que consulto, e são muitos, desde o Bluteau ao Moraes da Silva (ambos do séc. XVIII), ao Viterbo, ao Roquette, ao Caldas Aulete, ao Cândido de Figueiredo, ao José Pedro Machado, à Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Tão pouco o encontro nos dicionários de regionalismos, a começar pelo meu. E também não no Dicionário da Real Academia Espanhola (*on line*). Curiosamente, venho a encontrá-lo no *Urban Dictionary*, com a seguinte definição: *BALARDO – A dense, mean, very stupid individual. Used in Washington State. Possibly related to the city of Ballard*. Será isso que procuras? Ficaria muito feliz se assim fosse...”.
2. Esta conversa de emails foi há um mês e tal mas já foi há cerca de um ano que *O Balardo* nos apareceu, pela mão dum filho do seu autor. *Alto, forte, avantajado mesmo, parecia feito a machado*. Para completar o seu retrato,

era *natural de Fermoselle, vendedor ambulante*, com residência fixa em Bemposta desde que a filoxera¹ grassara naquele ponto de Espanha. Em traços fortes de carvão foi tal e qual que o seu retratista literário no-lo deixou em letras nítidas, mais camilianas que as do Camilo, dizendo assim para frisar bem a autenticidade e carácter da sua escrita. É uma página e meia de duas dezenas de páginas manuscritas de prosa, por si intituladas “Literatura de Cordel – Homens da Terra”.

3. O manuscrito é mais do que uma literatura de cordel e com um significado enorme, não apenas por que pelo seu título nos remete para as folhas dos cordéis dos cegos e miudagem de expediente, que nos passados séculos XVII, XVIII e XIX de tal faziam vida, mas porque é um conjunto de doze folhas tiradas de um caderno, literalmente atadas por linhas de coser nos furos da margem (veja-se a imagem). Os títulos são significativos: *O Capitão de Vilarinho, A Morte do Zé da Amélia, Milho Alto, O Balardo, O Cura Mateus, Quando as Gralhas Vão P’ró Rio, O Padre Flores, A Casa Grande de Tó, O Regedor de Bemposta, O Tio Picoto, Dias do Padre Alípio do Azinhoso*. Poderíamos chamar-lhes uma série de aquarelas sobre coisas e pessoas castiças do planalto mirandês se não fosse o facto de que a limpeza e o vigor das frases, a escolha dos termos, a descrição crua das pessoas, o desfecho (existencialista *avant la lettre*) das situações – e tudo isto ao mesmo tempo – nos colocam perante uma escrita intensa e real, imediatamente a remeter-nos para um período pré-Vicentino como se assistíssemos a algumas cenas cinematográficas das reconstituições medievais dum Pasolini. O autor passou uma boa parte da sua vida no planalto mirandês e no recôndito de Freixo, ainda na fase pré-electricidade e pré-estradas do Estado Novo, conhecendo muitíssimo bem gentes e tipos, famas e realidades, ambientes e frustrações de vidas com que se cruzou. Este conjunto de textos não só parece remeter-nos para tal realidade passada mas também fixar para a memória a mesma realidade em si e o seu significado intemporal. Há uma intenção do autor ao ter querido deixar-nos estes textos e, por mais subjectivo que isto possa parecer, a importância dessa intenção é sensível no critério com que são escolhidas as palavras nos relatos e seus desfechos ou nas situações descritas em aberto. O *Balardo* é uma figura deixada em aberto, como se ainda estivesse viva e presente, com episódios deixados em aberto – como o do *Cotras* – para que a sua potência se não esgote sem mais ao

1 A filoxera subiu o vale do Douro e entrou nesta zona de Espanha por Fermoselle na década de 80 do século XIX.

converter-se num acto para todos nós vulgar e previsível – mas, antes, que possa permanecer capaz de outro alcance na mente de quem lê! Não cremos que o autor o tenha feito assim por acaso e, por isso, há nesta forma muito *engenho e arte*.

4. Transcrevemos aqui O BALARDO:

Alto, forte, avantajado mesmo, parecia feito a machado. Natural de Fermoselle, depois da filoxera, fixara residência em Bemposta. Vendedor ambulante de apetrechos e condimentos da pouco exigente gastronomia local, foi um dos tipos mais populares dos concelhos de Mogadouro e de Miranda. Pimiento, tripas, cominhos, coentros, mierda doce (erva doce) e más canela, apregoava num calão bilingue inconfundível, que nunca perdeu.

Um sendinês, ao passar pelo seu posto de venda na feira, meteu o indicador direito no saco do pimento, leva-o à boca e diz a meia voz para o companheiro: não responde! Pimiento, pimiento e es verdad que no responde, grita o Balardo atroadoramente!

De outra vez, seguia por um caminho, tocando o mulo, encostado a um grande varapau que usava à moda de bordão. Em frente vinha outro transeunte. Imediatamente, com o varapau faz um traço no caminho e grita: Passa! Assustado com o aspecto agressivo daquele Golias armado, parou. Se no passas tu passo io! e seguiu para a frente com uma gargalhada.

Balardo periodicamente corria pelas aldeias, oferecendo a sua veniaga às mulheres que usualmente estavam à porta das casas, fiando, fazendo na meia, catando-se ou remendando qualquer benairo. Hoje não temos dinheiro, só pagamos prá volta. Feito o negócio, continuava a visita pelo povo e no fim dizia com muita graça, Já voltei, acabando tudo numa galhofa geral.

Vivendo sozinho, quase sempre por fora, deixava a chave da casa na gateira da porta, mas os vizinhos, tudo gente séria, eram incapazes de lhe tirar uma cerilha que fosse. Mas o diabo arma-as e num dia de feira de Mogadouro, o Cotras, sapateiro remendão, casado, com a mestra das raparigas, à saída da Vila, diz para o Balardo: esqueci-me da carteira, segue para diante que eu volto já. Mas não voltou. Foi a casa do Balardo e limpou todo o dinheiro que encontrou. Sabendo de certeza certa quem era o ladrão, mas sem testemunhas, limitava-se a gritar quando passava à porta do Cotras: Arre mulo, ladron de mi casa, robador de mi dinero, e aplicava duas fortes bordoadas ao pobre mulo inocente.

Dotado de um bom humor admirável a todos atingia com as suas graças. Algumas para exemplo: O Agostinho Inocência, moço ainda imberbe, num frio dia de inverno guardava as vacas no lameiro e vê aproximar-se o Balardo, de mangas arregaçadas e punhos fechados que, agressivamente o increpa [?]:

Pra que son estos? Pra metê-los nos bolsos e aquecê-los, meu bobo, continua rindo o Balardo.

Oh, cura Mateus, tu que sabes tudo, diz-me o que vem depois do fim: o fim é o limite, o termo, o remate, o último. Sacando do bolso uma velha Cartilha Maternal, o Balardo lê: fan, fen, fin, fon. Depois do fin, o fon, meu grande sabichão.

Nem um garvanço tive, diz muito aborrecido um vizinho. PUES IO TIVE, muchas garvanzosas, diz rindo o Balardo.

Milho Alto, buscar os seis sacos de agestona que ficaram no olival de Camo-las. Eles cedo, para estas em casa antes da missa e tempo perdido, quando chegaram ao olival, de agestona, num raio, os sacos novos sem caçador fustiga, encontram quatro sacos de agestona apodrecida, entre umas grafas de pinhas, não levan para casa dos sacos no deitro, perdendo o lino e os outros quatro. Ainda assim dois sacos foram fabricados no laço da padeira, com magreza em atenção às necessidades do abelo.

O Balardo

Alto, forte, avantajado o mesmo, parecia feito a medida do Natural de Ferriselle. Depois do filoxera, fixou-se a atenção em demerita. Tendeiro ambulante de apetrechos e condimentos da pua e expente gastronomia da casa, foi um dos tipos mais populares dos conchellos de Urdouren e de Urdouren. Pimenta, tripas, curiachos e outros, miêda doce (orindou) e miêda canica, a pimenta na num calor bolinque inconfundível, que anuncia o seu. Um acidente, ao passar pelo seu posto de venda no feira, outem o indicador direito no nariz do pimento, leva-o à boca e diz a meia voz para o comprador: não responde. Pimenta, pimenta e a verdade que os respondem grita o Balardo aborrecidamente: de outro, vez, segurando um caninho, tocando o nariz, levantado a um grande viração que usava a vida de border. Um grande e a obra outro transeuntes imediatamente com o sacapaga foi um traço no caninho e grita: para! Resultado com o do pimenta e da gula gulos o modo, para. Se os passos, tu, passos e segue para a pimenta com uma fargalhada e o balardo coriolamente corria pelas aldeias, e fustiga a sua demerita agestona e outros que usualmente estavam à porta dos casas, apicho, fugindo aouvia, catando-se, ou renouando qualquer tenario. Há os seus dentes no pagar mas pira qual? Certo aegois, continuava a virita pelo passo e no fim dizia com muita graça, se vollen, sacabando tudo numa canica. Se a virita virita, quase sempre faz fora da vida na a chosa da pua ou galeira da pimenta, assim os de pinhas

5. Além deste significativo manuscrito, do mesmo conjunto fazem parte ainda umas folhas, um outro naco saborosíssimo em que se mistura prosa, poesia, fantasia e autenticidade: um Sermão de Santo Estêvão de Tó, do início dos anos trinta do século XX, escrito a tinta... precioso.



*Mapa de 1914, do Atlas de Stiegler, edição Justus Perthes, GÖTTA,
versão espanhola, com alguns dos locais citados*

7. Quem era este autor, inédito e desconhecido para a grande maioria dos conhecedores de literatura trasmontana? José Manuel Ruano, filho de António Maria Ruano e de Isabel Maria Machado. Foi o penúltimo irmão de sete, tendo nascido em 27 de Dezembro de 1910 em Peredo de Bemposta e ficado órfão de pai aos três anos. Frequentou a escola primária em Poiares, Freixo-de-Espada-à-Cinta, sendo a professora irmã do seu padrinho, o Reverendo Padre José Andrade. Inteligente, muito acima da média, foi admitido ao liceu em Coimbra em 1921, tendo concluído dois anos em um e adquirido uma vasta e sólida cultura que a partir daqui cresceu ao longo de toda a vida. Coursou os preparatórios de Medicina a partir de 1928 e em 1933 licenciou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Obtida a licenciatura, candidatou-se ao partido médico de Bemposta, vivendo na aldeia de Tó e, década e meia depois, em 1948, casou com Antónia Maria Salgado, do Felgar. No início da década de 50 obteve o lugar de médico municipal e Delegado de Saúde de



Freixo-de-Espada-à-Cinta, para onde foi viver com a sua mulher e já com dois dos seus filhos, Isabel Maria, nascida em 1949 e José Manuel, nascido em 1950. Passada uma década, a família mudou-se para o Felgar em 1960, onde exerceu clínica privada, época em que contactou de muito perto com a realidade mineira do Roboredo, e dedicou-se à agricultura. Em 1962, nasceu o seu filho António Afonso Salgado Ruano. Prestou, também, serviços para as, então, designadas Caixas de Previdência. Aqui residiu até ao fim da sua vida, a 6 de Abril de 2002.

8. É redutor colarmos o autor à literatura *trasmontana tout court*. Trasmontano nas raízes e húmus e no percurso da sua vida profissional, a visão que já referimos, que transparece da leitura imediata do que deixou escrito, faz dele um autor universal. Aliás, os seus textos aguardam não só a publicação como uma leitura compreensiva da sua dimensão. Poderão ser lidos por um americano do norte ou do sul, por um japonês, por um indiano ou por um europeu: a realidade descrita, a afirmação intrínseca (mas não explícita) dos referenciais do autor – que quem lê imediatamente apanha, construídos na base dum racionalismo que não dava espaço à fantasia – dão um sentido intemporal às situações-chave de cada estória. Leitor atento, sobretudo intérprete agudo da realidade e espectador da evolução da Humanidade, insere as peças, de que a História é construída, de forma articulada com as com que se constrói a vida de cada um. Estas suas páginas merecem bem ser conhecidas, tal como visitar um opúsculo que publicou, em edição de autor em 1995, *Portugal dos Pequenininos – ao de leve*, texto ímpar da literatura e de opinião política, apontamento de ideias com uma ironia muito particular, afirmação do mais categórico crer na atitude com que o Destino prega partidas ao curso da História. Destino em que não acreditava. História que o tinha desiludido – mas com quem discutia, fazendo de nós, interpelados, seus interlocutores. O autor destes escritos é o mesmo e em si está a unidade apesar do que os distingue.

O seu motivo parece ser um: deixar-nos um testemunho de apontamentos-chave para a compreensão do seu mundo, que queria nosso, e da visão que tinha dele, convictamente racionalista. Trazida a terreiro, como se estivéssemos a assistir e a participar, na feira de Mogadouro, num banco de aldeia, por uma espreitadela dum janela ou a ouvir uma conversa indiscreta de sacristia, cada uma das suas reais e verosímeis *short stories* do planalto!



9. O porquê de o *Balardo* ter ganho esse nome, ficará para a imaginação de cada um. Apesar do longínquo e recôndito das arribas do Douro desse tempo, dum lado e doutro da fronteira terá havido raros mas possíveis estrangeiros, talvez americanos ou ingleses, relacionados com as construções das vias férreas ou com as minas ou até com a importação do bravo bacelo americano que veio permitir a resistência à filoxera. Ou poderá ter origem no regresso de algum português ou espanhol que tenha estado emigrado na América, aventura cumprida no longínquo *Washington State*, eventual portador do vocábulo original, repetido numa tarde de galhofa em que alguém, apontando de copo na mão aquele *homem alto e forte, avantajado, que parecia feito a machado*, o terá chamado e saudado, *ó balardo!*, para que pronunciasse uma das suas graças.

Cartas da Bila (4)

Sebastião Bravo

20.^a Carta da Bila Parques infantis

17 de Julho de 1988

Meu caro Serafim:

Caramba! Finalmente parece que o Verão chegou, depois de ter andado a fazer negaças uma data de tempo e de o Inverno ter entrado por Julho adentro como não há memória. Nem o meu tio Vicente, que tem quase noventa anos, se lembra de todas as perrices e anormalidades do tempo, nem tem ideia de uma coisa assim. E olha que ele já viu – pelo menos assim o diz – uma geada em Agosto. Agora um Junho inteirinho e boa parte de Julho corridos a chuva, vento e frio é coisa que não consta da sua memória.

Por falar no tio Vicente.

O tio Vicente mora, julgo que sabes, com a minha irmã Rosa, na Almodena. Como conta histórias com imensa graça e até malícia, tenho o costume de ir visitá-lo de quando em quando, a saber como vai a bizzarria do velho. Sempre é uma hora desenfadada que ali passo a ouvir-lhe coisas dos tempos idos. Foi o que fiz na sexta-feira passada. Saí da repartição às cinco e meia e, em lugar de seguir para casa, lembrei-me de ir visitar o tio Vicente. E aí fui eu, pachorrentamente, parando aqui e ali, a ver no que param as modas do progresso da nossa Bila. E então, à entrada da Avenida da Noruega (que de avenida, por enquanto, só tem a placa), verifiquei que têm quase pronto um parque infantil.

“Muito bem”, disse cá com os meus botões. Com efeito, se havia coisa que fizesse falta naquela parte da cidade era um parque infantil. Tu não sei se tens passado por ali, quando cá vens no Natal. Mas eu explico: construíram ali meia dúzia de mastodontes, o maior dos quais com onze andares, que albergam 80 famílias (logo, 160 crianças, nom mínimo), sem que tivesse havido a preocupação de arranjar zonas verdes e logradouros, não só para as tais 160 crianças, como para as demais da rua Marechal Teixeira Rebelo e da Fonte Nova. Enfim, aquilo a que já estamos habituados: a lógica desumana da especulação imobiliária, enquanto houver um centímetro quadrado de terreno livre... De forma que, até agora, as correrias e brincadeiras (as crianças têm que brincar e correr, que diabo!) eram em plena rua, e não foram duas nem três as crianças atropeladas enquanto brincavam ao esconde-esconde ou corriam atrás de uma bola caprichosa.

Aquele parque infantil vem mesmo a calhar, portanto. E, embora ainda não tenha sido oficialmente inaugurado, a verdade é que a miudagem já o tomou de assalto e reina ali a bom reinar. Só que – não há bela sem senão. Queres tu ouvir?

Detendo-me um pouco a observar a obra, que até está bem bonitinha, deparo com um puto a urinar tranquilamente num recanto do muro. Como não sou homem para me calar ao que me parece mal, repreendi-o, perguntei-lhe por que não ia às retretes. Tal não perguntasse. O raparigo olhou para mim, muito abespinhado, e atirou-me esta:

– Tá c’os copos, ou quê? Onde é que você vê as retretes?

Convencido de que, por força, havia de haver ali retretes, dei-me ao trabalho de as procurar. Com efeito, não se via casinhoto com ar de sanitários. Mas não desanimei. “Talvez subterrâneas”, pensei. E esquadrinhei por toda a parte à cata da entrada, que por força havia de haver, para as retretes subterrâneas. Baldadamente. Então, veio-me à ideia que no parque infantil da Estação acontece exactissimamente a mesma coisa. Tinham repetido o disparate.

Imaginarão os senhores do mando que a miudagem não mija nos intervalos das brincadeiras? Ou que é tão paciente e civil que, estando apertada, deixa a folia e vai a casa aliviar-se? Se aquilo é um local de permanências relativamente longas, como se compreende a inexistência de sanitários? Não estaremos, desta forma, a incentivar a pequenada a urinar na rua – isto no país que (tirando talvez os Camarões e o Nepal) já tem certamente o maior índice de urinadores na via pública, como a todo o momento se constata por essas ruas e ruelas?

Foi com esta girândola de perguntas incómodas que fui ao encontro do tio Vicente, e acredita Serafim, nem a visita me soube. Tanto mais que o fui encontrar,

encostado a um portão da vizinhança, apoiado na cajata, de costas para quem passava – a urinar como um bem-aventurado!

Bolas, Serafim! Aquele abraço.

Sebastião

* * * * *

21.^a Carta da Bila Os “Lobos do Marão”

24 de Julho de 1988

Meu Serafim:

A Bila nunca foi muito rica, em matéria de sons. Tirante os sinos de S. Domingos e das outras igrejas, tirante o acordeão e os pregões do ceguinho que vende sacos plásticos à entrada do Mercado e tirante as carvalhadas sonoras da Bichoqueira, quando a provocam – tirante isso, a Bila não tem sons que a definam e individualizem.

Pois bem. Alegra-te, amigo, que a coisa vai mudar. A Bila vai ter, não tarda, um bilhete de identidade sonoro como não se ouviu outro em parte alguma do mundo. Não adivinhas o que é? Pois eu to digo: é o uivo.

O uivo, sim senhor, Serafim. O uivo. Não o uivo lamentoso dos cães, quando ouvem a sirene dos bombeiros, mas o uivo feroz e carniceiro do lobo, quando passa palavra aos companheiros que ande rebanho por perto. Dentro de poucos dias, é bem possível que as pessoas, em vez de se darem os bons dias, ao passarem umas pelas outras na rua, soltem um uivo de gelar o sangue nas veias. E tempos virão em que a Bila será toda ela um imenso e glorioso e ininterrupto uivo: uuuuuuuuuuuuuuu!

Não estou a brincar, Serafim. Sucede simplesmente que, por ideia, parece, do Presidente da Câmara, o lobo foi escolhido como mascote da claque do Sport Clube de Vila Real: os “Lobos do Marão”!

Eu faço ao Sr. Presidente a justiça de achar que já terá tido ideias bem mais interessantes. Mas, ou me engano muito, ou estou sozinho nesta oposição ao uivo. A Bila ferve e uiva de entusiasmo. O Arquitecto Mário de Oliveira, esse então é vê-lo, radiante, a distribuir uivos à esquerda e a direita, e a exigir uivos em resposta. Calcula que até anda esquecido da Vila Velha, essa espinha que traz atravessada na garganta há tanto tempo! Vê tu a que ponto a coisa chegou!

Eu oponho-me a isto, porque entendo que muita da violência que se vê no futebol procede das encenações de belicismo e ferocidade das claques: ele são os leões, ele são as águias, ele são os dragões, ele são, agora, os lobos. Como diabo hão-de estas claques ser pacíficas, se vestem à partida a pele de bichos tão carniceiros? Tu já viste alguma vez alguma claque chamada, por exemplo, os “pombos” ou os “coelhos”? No dia em que as houver, tenho por certo que três quartas partes das cabeças rachadas e das pedradas no árbitro desaparecerão. E só não desaparece a outra quarta parte, porque há coisas que até a um pombo ou a um coelho custam a engolir.

Mas, voltando aos “lobos do Marão”, continuo na minha: acho que o nome é despropositado. Acho que falando do animal escolhido para emblema deve estar na proporção do tamanho da claque. Ora, se a do Sporting é representada por um leão, estou que o lobo é grande demais para a do Sport Clube. Não bastaria uma doninha? As “Doninhas do Calvário” não seria mais adequado? Mais tarde, quando o novo estádio fosse inaugurado, seriam então promovidas a “Doninhas do Monte da Forca”, talvez mesmo “Texugos do Monte da Forca”. Já viste nomes mais poéticos, Serafim? E, quando o Sport Clube, por engano, marcasse algum golo, a chiadeira que havia de ser! Assim, será apenas um uivo, que, por mais jubiloso e festivo que seja, há-de ser sempre melancólico, de todo impróprio para celebrar um golo.

É o que eu acho. E tu?

Mas pronto, manda quem pode.

Um abraço bem uivado do amigo certo

Sebastião

* * * * *

22ª Carta da Bila

Agosto na Bila

31 de Julho de 1988

Caríssimo Serafim:

Já se sabe que, em Agosto, a Bila fica transformada numa autêntica aldeia. Vão-se os estudantes e os professores para férias; e, quem pode, raspa-se também para o litoral ou vai a ares ou a águas. Só ficam mesmo os pelintras como eu, que não têm com que mandar cantar um cego. De forma que é mesmo desolador.

Imagina tu: a debandada é tal, que até se torna possível encontrar uma mesa livre na Gomes, aos sábados, às duas e meia da tarde! Já vêes.

De maneira que a Bila vai-se tornando desinteressante à medida que se esvazia e só há-de reencontrar o bulício e a animação quando vier Setembro e for a vez de vir a fêrias ou a vindimas quem é de cá e vive longe.

De toda a maneira, a semana que findou (escrevo-te a 24 de Julho) não deixou de ser interessante por mais um motivo.

Começou, na segunda-feira, com um espectáculo de ópera. Ópera, sim senhor, que a gente não somos nenhuns cafres. Ópera – e com a casa à cunha, fica sabendo. Lá se viam, a cheirar a naftalina, alguns venerandos avozinhos que já não se vêem em parte nenhuma. Mas a juventude, Serafim, a juventude é que marcou pontos, esta soberba juventude da Bila que com uma orelha ouve os Xutos e Pontapés e com outra ouve a Companhia do Teatro Nacional de São Carlos. Com esta juventude sim, acredito nos destinos culturais da Bila.

Depois, pela semana fora, houve dois encontros que a imprensa referenciou como importantes. Um foi o Seminário para filhos de emigrantes, que a Universidade organiza todos os anos por esta altura. Outro foram as Jornadas Camilianas, em que uns pândegos, convocados pelo Elísio Amaral Neves e pelo Pires Cabral, se entretiveram a dar mais umas roedelas no osso camiliano. Ah, e já me esquecia, o Arq. Mário de Oliveira inaugurou mais uma exposição; e de tal forma se empenhou nisso, que nos últimos dez dias ninguém lhe ouviu uma diatribe contra os arquitectos do Pioledo!

Mas o ponto alto da semana foi a visita do Presidente da República que andou a passear o Douro com o mesmo à-vontade e boa disposição com que tem passeado ininterruptamente tudo quanto é Portugal e o Estrangeiro. Tanto, que até me contaram uma piada com a sua laracha, que aproveito para te contar, mesmo correndo o risco de que já a saibas. Aí vai. Sabes qual é a diferença entre Deus e Mário Soares? É que Deus está em toda a parte e Mário Soares já lá esteve.

Sorridente, bonacheirão, como um monarca querido do povo, era vê-lo, tanto à vontade numa sessão solene como, desabotoado e arremangado, numa patuscada ao ar livre. Um tratado!

Finalmente, refiro-te uma estranha procissão que deu nove voltas à Avenida, cheia de andores festivamente engalanados e cânticos de júbilo, no sábado, dia 23. Intrigado, porque não se constava que estivesse prevista qualquer manifestação deste tipo, perguntei o que se passava. Com a face copiosamente banhada em lágrimas de alegria, uma catequista explicou-me então: era uma procissão em acção de graças pelos modestos e justificadíssimos aumentos de 30% dos titulares dos cargos políticos, decididos na véspera pela Assembleia da República. Escusado será dizer, Serafim, que me associei imediatamente à procissão, com a

consciência pesada de não ter recusado, em tempos, o aumento brutal de 6% que eu próprio tinha tido no meu vencimento.

E assim vai a Bila, Serafim, a caminho de Agosto.

Até para a semana, querendo Deus e os CTT.

Um abraço amigo do teu

Sebastião

* * * * *

23ª Carta da Bila

Vou de férias!

7 de Agosto de 1988

Serafim:

Tal como te dizia na minha última carta, amigo, a Bila está uma porcaria. Não falo só em sentido real – do lixo que se acumula e transborda dos contentores e do pivete que nos obriga a tapar o nariz em certas ruas. Falo também em sentido figurado: em férias, a Bila não presta. Entrou Agosto por uma porta, saíram o bulício, as novidades e o encanto pela janela. Um ou outro casamento de emigrantes, com todo aquele alarido de buzinas; um ou outro casamento chic; ou a inauguração de mais um centro comercial – e vão três! – mal disfarçam este tédio.

Havia um assunto, havia, que podia dar pano para mangas: era a guerra dos arquitectos, nas páginas da “Voz de Trás-os-Montes”. Mas quê! Até este sisudo jornal vai entrar de férias em Agosto, imagina, de maneira que até essa guerra, que tanto gozo promete, vai ter de ficar adiada para Setembro. Uma seca, Serafim; uma seca, esta Bila em férias. Não há bocejo suficientemente grande para o definir.

O que vale é que eu mesmo, contrariamente ao que te dizia na última carta, também me vou raspar daqui, mais a patroa. Queres tu saber? Lá na repartição fazemos sempre uma vaquinha no totoloto. E não é que, na semana passada, acertámos cinco números, mais o suplementar! Resultado: feitas as contas, tocaram cento e noventa e dois contos e mais uns trocados a cada bico. Menos dá uma fraga, não te parece? Então pus-me cá a malucar com os meus botões: “Que faço com a massa? Ponho-a no banco? Ora, para no fim do ano render vinte e cinco contos, isto se entretanto o Dr. Cadilhe não se lembrar de baixar mais uns

pontos na taxa de juro... Compro um vídeo? Ora, a televisão já dá tanta macacada, a toda a hora e momento...” Então, virei-me para a minha Eulália e desafiei-a para três semanitas em Espinho. “Pois não é tarde nem é cedo”, disse ela, que, coitada, a bem dizer nunca pôs o pé fora da Bila, tirante três consultas que foi fazer ao bruxo de Águas Santas e uma vez que foi à Senhora dos Remédios a Lamego, em catraia. E pronto, lá vamos nós. Matamos dois coelhos de uma cajadada: vamos a banhos e tiramo-nos deste Agosto insuportável da Bila. Se Deus quiser, seguimos amanhã na camioneta do Cabanelas até ao Porto. No Porto tomamos um táxi até Gaia, que eu tenho muito respeitinho à ponte de D. Maria. Em Gaia, metemo-nos no comboio e, em menos dum credo, estamos em Espinho, onde marquei já um quarto na Pensão Familiar.

De forma que, Serafim, nas próximas semanas não esperes correio meu. Este teu amigo vai estar de papo para o ar, a trabalhar para o bronze, ou a chapinhar nas águas do Atlântico – e não vai ter tempo para cartas nem postais, tirante um que tenciono mandar aos netos, a dizer que chegámos bem.

Voltarás a receber notícias minhas lá para Setembro, quando a Bila se começar a animar outra vez e valer a pena gastar tempo, papel, tinta e selo com as novidades. Hei-de-te falar então, entre outras coisas, das comemorações dos 700 anos, que, ou me engano muito, ou ainda vão dar pano para mangas. Mas isso a seu tempo. Por agora, graças ao totoloto, quando receberes esta, andarei eu (se a minha Eulália fizer, como costuma, a sua sestazinha depois do almoço) a cocar se alguma turista confundiu a praia de Espinho com a praia do Meco... Percebes onde quero chegar?

Um abraço bronzeado do teu

Sebastião

* * * * *

24ª Carta da Bila

Os emigrantes

14 de Agosto de 1988

Meu bom Serafim:

Só queria que me visses, neste regresso de férias; morenaço, fero e rijo – ninguém diria que já cá cantam quase sessenta! Ah, meu amigo, não há como o ar das praias do Norte para dar saúde a um homem e abrir-lhe o apetite. De tal forma

me abriu o apetite, vê lá tu, que a dona da Pensão Familiar, alarmada, queria à fina força levar-me mais duzentos escudos por dia do que o que se tinha combinado!

Nudismo, à maneira da praia do Meco, é que não cheguei a ver, mas topless, amigo, era mato. Tetas (desculpa o termo) de todos os tamanhos, desde o ovo estrelado até à abóbora-menina. Aquilo até já enjoava.

E depois, Espinho está cá uma cidade que não te digo nada. Já lá não ia há que anos, e custou-me a reconhecê-lo. Boas avenidas, cheias de esplanadas, salões de chá, restaurantes, marisqueiras... Por falar em marisco, eu e a minha mulher ainda comemos, pelos dois, cem gramas de percebes, que o dinheiro não dava para mais. E viva o velho!

Espinho, nesta altura do ano, só tem um defeito: os emigrantes. Mas quê? Agosto é assim em toda a parte. Diz-me o meu primo Carlos que a Bila esteve impossível este Agosto.

A gente saía à rua e via-se imediatamente entalada entre dois emigrantes, um a falar português mesclado de francês e o outro a responder em francês mesclado de português. E o certo é que se entendiam!

Volta e meia, soava um alarido infernal de buzinas, que não se calavam enquanto não importunassem meia cidade: era um casamento de emigrantes, que, pelos vistos, dão muita importância ao apito nestas ocasiões...

Não havia um burquinho em rua, praça ou viela, onde arrumar o carro, porque as voitures dos emigrantes tomaram tudo de assalto. E quando eles próprios não encontravam estacionamento conforme ao Código da Estrada, não havia problemas: estacionavam mesmo no meio da rua, onde lhes fizesse mais conta, indiferentes aos engarrafamentos que provocavam – e os outros que se lixassem. E aí do polícia que lhes fosse à mão: sujeitava-se a ser insultado em francês e a levar duas lambadas em português de lei.

Entrava-se num supermercado. Os emigrantes pareciam formigas, marinando pelas prateleiras, revolvendo os stocks sem cerimónia, açambarcando tudo quanto era garrafa de vinho do Porto, ainda (e sobretudo) o mais ordinário, para oferecer ao patrão ou a algum camarada lá da “usina”. As graciosas esposas exprimiam-se com a discreta elegância das peixeiras do Bolhão, se alguém tinha a pouca sorte de as contrariar. E os mimosos pequerruchos, modelos de educação requintada, armavam perrices por dá cá aquela palha. Aquilo, todos juntos, nem cem galegos num palheiro!

Invadiam todos os estabelecimentos, estavam-se nas tintas para os preços e faziam encarecer tudo com a sua indiferença pelo escudo. Queriam tudo do bom e do melhor. O primo Carlos diz que assistiu a esta cena: numa loja de louças sanitárias, uma madama quer saber que modelo de louças tinha mandado instalar o maior ricoço da aldeia dele.

“Modelo Primavera”, respondeu o empregado.

“Ai foi? Pois atão bote-me aí dois conjuntos modelo Verão!”

Julgava ela que a qualidade e o luxo acompanhavam o calendário! Simpática gente!

Mas enfim, Agosto é igual em todo o lado. Perdoe-se-lhes o barulho, a indisciplina, o pedantismo, o novo-riquismo, a má educação e os azulejos das casas, em atenção aos marcos e francos que vão amparando a nossa economia – e é o que vale, que hoje o turismo de hoje é todo de pé descalço e não deixa tostão a ninguém.

Também, alguma serventia haviam de ter os emigrantes, não achas Serafim? Um abraço do teu dedicado,

Sebastião

* * * * *

25ª Carta da Bila

A Bila mete água – e que água!

21 de Agosto de 1988

Serafim amigo:

Lentamente, a Bila vai voltando ao seu natural buliçoso e animado. Começaram a chegar os primeiros estudantes, aporrinhados com cadeiras que deixaram para Outubro, e, atrás deles, os professores que os hão-de reprovar. Em contrapartida, os emigrantes, passada a Senhora da Pena, meteram a viola no saco e ala que se faz tarde, para essas Franças e essas Alemanhas, desimpedindo a Bila da sua algarviada e todos seus modos sui generis. Isso significa que a Bila está mais ela, logo, mais interessante.

Interessante – até certo ponto. Porque há um aspecto em que está deveras desinteressante. O problema aliás repete-se todos os verões e tu já estás mesmo a ver qual é.

A água, pois claro.

Outro dia, um amigo meu, desanimado com o preço a que chegou o vinho, resolveu fazer das tripas coração e passar a beber água às refeições. À hora do almoço, pega numa caneca e vai à torneira. É então que solta um palavrão e exclama:

- Mas isto é água ou café?!

Para tirar dúvidas, cheira o líquido. Segundo palavirão e segunda exclamação:
- Mas isto é água ou esgoto?!

Vê lá tua ao que a coisa chegou. Pela cor, duvida-se se a água não será café. Pelo cheiro, duvida-se se não será esgoto.

Tão traumatizado ficou o meu amigo, que jurou logo ali arrostar com o novo preço do vinho e não meter à boca uma só gota daquele líquido esquisito que lhe sai das torneiras.

Manda a justiça que se diga que isto não sucede sempre, nem em todas as zonas da cidade. Mas a justiça também manda dizer que, mesmo onde isto não sucede, a água tem tal pivete e sabor a cloro que é preciso bebê-la com os dedos em pinça no nariz e com o mesmo espírito de sacrifício com que, nos tempos de antigamente, a canalha bebia o óleo de fígado de bacalhau.

E então assiste-se a um fenómeno generalizado: quem tem carro, enche a mala de garrações e vai por essas estradas fora à cata de fonte que dê água que se beba. Em certos locais, as bichas para encher os garrações são tamanhas como para os filmes pornográficos.

Quem tem carro, está safo desta maneira. E quem não tem? Quem não tem, enquanto o vencimento não se some, compra na mercearia garrações de água de mesa, que custa os olhos da cara, uma ladroeira. Perto do fim do mês, com os tostões contados para os artigos de primeira necessidade, bebe-se água da torneira, em penitência dos muitos pecados que todos temos...

Há quem deite as culpas à Câmara. Eu não. A Câmara não tem culpa nenhuma que a Bila seja hoje cinco vezes maior do que era há vinte anos. Ah, a boa água de há vinte anos, Serafim! Tu lembras-te dela? Consolava a gente, fresca e saborosa tal como vinha das nascentes do Alvão... Mas isso era quando a Câmara tinha que dar de beber a seis ou sete mil pessoas, que, ainda por cima, só tomavam banho em vésperas de se casar ou ir às sortes. Hoje são trinta mil, e já começa a haver algum asseio. Foi preciso fazer uma barragem para dessedentar e lavar toda esta gente. Que havia a Câmara de fazer? A água da barragem e do Corgo sabe a peixe, pois sabe. Mas já é uma consolação a gente abrir a torneira e ver correr.

Nada. Serafim. Culpem antes o desenvolvimento explosiva da Bila, e não a Câmara, que está neste problema como Pilatos no credo: contra vontade.

Um abraço saudoso da boa água de há vinte anos do amigo

Sebastião

* * * * *

26ª Carta da Bila

O risonho futuro do Sport Club

28 de Agosto de 1988

Caríssimo:

Tu, Serafim, que só lês os jornais alfacinhas, onde as notícias cá do Norte só por milagre aparecerão, hás-de estar deseioso de saber como vai a Bila em matéria de futebóis.

Estarás lembrado de que o Sport Clube, o nosso “Bila”, já esteve a um passo da I Divisão e teve outros momentos de glória, nos tempos em que alinhavam o velho Zé Rocha e o Castanheira, grandes futebolistas em qualquer parte do mundo. Estás lembrado? Pois, Serafim, de todas as glórias passadas, resta agora a memória; em seu lugar, uma apagada e vil tristeza, como acho que dizia o Bocage (ou era o Camões? ou o poeta Alberto Miranda?).

Verdade seja que hoje as equipas pouco ou nada têm que ver com a terra que representam. É tudo material importado, mercenário, que vai à bola pelo clube que mais dá. Quantos rapazes cá da terra jogam hoje no “Bila”? Dois ou três, se tanto. O resto são aves de arribação, sujeitos que vêm do Brasil, de Angola ou de Alguidares de Baixo a ganhar o seu.

Mas pronto, o futebol está deste jeito, e não há volta a dar-lhe. Façamos conta, pois, que esta equipa tem alguma coisa a var com a Bila, e vejamos então como correm as coisas.

Já deves saber que o grande objectivo é subir à II Divisão. De facto, uma cidade capital de distrito não se compreende que tenha a sua equipa principal na III Divisão, quando Chaves, por exemplo, vai aguentando galhardamente o seu desportivo na primeira.

Ora, para subir, conta o “Bila” com dois trunfos temíveis – e nenhum deles é, calcula, o valor da sua equipa.

O primeiro trunfo é o dinheiro do Sr. Eduardo Rogério Constantino Taveira da Mota, de quem deves ter ouvido falar. Depois de muito instado e apaparicado, este senhor lá consentiu em que o fizessem presidente da direcção. Como isto de sustentar uns quinze ou vinte marmanjos, com salários que fazem corar de vergonha as letras da tabela da função pública, não é brincadeira nenhuma, já vês o jeito que não farão os milhões do Sr. Taveira da Mota.

O segundo trunfo é o entusiasmo do Sr. Arquitecto Mário de Oliveira. Este autêntico homem-orquestra, que todos conhecemos e respeitamos como pintor, decorador, caricaturista, crítico de arte, poeta e ensaísta, surpreende-

nos agora com a nova e insuspeitada faceta: animador do Sport Clube. É ele que organiza campanhas para angariar amigos do “Bila” (que por acaso parece que são apenas cinquenta), que entram com cinco contos mensais de cotização; é ele que cria um logotipo e um slogan para os “lobos do Marão” (que por acaso parecem antes cordeiros); é ele, inclusivamente (pasma Serafim!) que ensaia o coro de uivos que hão-de futuramente saudar cada golo da equipa! Incansável, Mário de Oliveira revolve a Bila à cata de fundos para o Sport Clube e cada dia inventa uma nova maneira de sacar mais uns tostões, para aliviar o esforço financeiro de Taveira da Mota.

Ora, com semelhantes trunfos, não é de estranhar que as outras equipas se benzam e encomendem a todos os santos da corte celestial antes de enfrentar o “Bila”. Apesar de se ter lixado no jogo com o Lixa, para o ano a II Divisão é canja. E, no ano seguinte, teremos o Sporting, o Porto e o Benfica a tremer maleitas antes de entrar no velho Campo do Calvário – águias, dragões e leões dobrados ao arreganho dos “lobos do Marão”. Aposto, dobrado contra singelo.

Só um pensamento inquieta a Bila: nessa altura, que partido tomarão os benfiquistas, portistas e lagartos da nossa praça?

O tempo o dirá, nanja eu, Serafim, que não tenho queda para bruxo.

Um abraço e um pontapé de canto deste teu,

Sebastião

Evocação de Amadeu Ferreira: *O Fio das Lembranças.*

Teresa Martins Marques



“Se me quiserem conhecer,
não se preocupem.
Uma palavra me define,
caminhar!
Se um dia quiserem escrever
a minha biografia,
só lhes interesse saber
que fui um peregrino à procura
de outros caminhos.”

Amadeu Ferreira - 18.6.72

Vi, pela primeira vez, Amadeu Ferreira, no restaurante *Tivoli Teatro Caffé*, na Avenida da Liberdade, em finais de 2009. Amadeu preparava-se para publicar a sua tradução para mirandês de *Os Lusíadas* e convidou o amigo Ernesto Rodrigues para um almoço, durante o qual lhe pediu um prefácio para a obra. Hesitei em acompanhar o Ernesto. Afinal eu não conhecia o amigo e a minha presença poderia ser incómoda. Que não, retorquiu o Ernesto, o amigo era um transmontano muito simpático e comunicativo, o tipo de pessoa que eu iria gostar de conhecer. Não se enganou. Durante o almoço pude observar a luminosidade do olhar, o sorriso franco, a perspicácia das observações, a determinação das suas posições, a agilidade da sua inteligência.

Vi, pela segunda vez, Amadeu Ferreira, em 29 de Julho de 2010, dia em que completava 60 anos. Uma vez mais, foi o Ernesto que me levou à CMVM para um encontro-surpresa de amigos, capitaneado por António Baptista Lopes, levando como oferta uma bela edição encadernada de *Os Lusíadas* em mirandês, assinada por todos os participantes. Recordo o olhar de espanto, o sorriso feliz que o Amadeu mostrou ao entrar na sala, vendo tantos amigos, colegas e funcionários a cantar-lhe parabéns. A sensação do meu primeiro encontro com Amadeu reforçou-se ao ouvir rasgados louvores às qualidades inextinguíveis do aniversariante. Inteligência, cultura, simpatia, bondade, honestidade foram alguns dos epítetos com que os amigos o brindaram. A minha curiosidade aumentou e, no regresso a casa, o Ernesto fez-me o quadro resumido do amigo: de onde vinha, onde estudara, o que fizera até chegar ali. Fiquei impressionada pelo seu percurso deveras singular.

Vi, pela terceira vez, Amadeu Ferreira, em 5 de Outubro de 2010. Era presidente da Comissão Instaladora da Academia de Letras de Trás-os-Montes e dirigia a Assembleia Geral que elegeu Adriano Moreira e Ernesto Rodrigues, respectivamente presidentes honorário e executivo daquela Academia. Não foi uma assembleia fácil de gerir. Amadeu jogou um verdadeiro pingue-pongue com um elemento que não partilhava do seu fervor ideológico. A cada arremetida, respondia com argumentos argutos, embrulhados em simpatia de palavras, deixando cada vez mais desarmado o opositor. Sentada ao fundo da sala, observava a extraordinária força verbal daquele homem, pequeno de estatura, grande de força anímica, cuja história de vida me impressionara. Quando a assembleia terminou, Amadeu e eu subíamos a escada, lado a lado e disse-lhe: que grande festival de argumentação! Sorriso mútuo aberto e franco. Você merece que lhe escrevam a biografia! Deu uma gargalhada espantada. Temerariamente, acrescentei: e sou eu que vou escrevê-la! Foi assim que nasceu a ideia do livro *O Fio das Lembranças*. Estávamos bem longe de imaginar que se aproximava a passos largos o fim da vida deste ser humano raro de generosidade, bondade, inteligência. Acrescente-se a capacidade de trabalho, que nos revela a sua vastíssima bibliografia, ao longo de duzentas e noventa e cinco páginas, da *Bibliografia do Distrito de Bragança* (Série Escritores, Jornalistas Artistas, Vol. III, publicada por Hirondino Fernandes, em 2012).

Entre as múltiplas causas por ele abraçadas, destaca-se o militandismo em prol da cultura e da literatura mirandesas, entregando-se a tarefas hercúleas, como a tradução para mirandês de *Os Lusíadas*, da *Mensagem*, da maior parte dos poetas portugueses do século XX, mas também dos latinos Horácio, Catulo e Virgílio, bem como *Os Quatro Evangelhos*, a partir da *Vulgata* de São Jerónimo.

Para além da biografia do cidadão e do trabalho literário do escritor, o livro que escrevi (com a ajuda do filme de trinta e duas horas de gravação, efectuado pelo amigo Leonel Brito), assume uma vertente de sociografia: a infância na Terra de Miranda, mostrando a vida real em Trás-os-Montes, nesse Portugal profundo dos anos 50 e 60, que tinha a emigração como alternativa à miséria; a adolescência e juventude nos espaços opressivos dos seminários de Vinhais e de Bragança, como única saída de formação para os filhos dos pobres; a expulsão, a seis meses do final do curso de Teologia, por adesão empenhadíssima às doutrinas renovadoras do concílio Vaticano II, em oposição à da hierarquia enfeudada ao concílio de Trento; alguns aspectos da intervenção no 25 de Abril e no 25 de Novembro; também a militância partidária na extrema-esquerda, a passagem pelo Parlamento e a dissidência ideológica. E depois o vazio, o recomeçar do zero, deixando inacabado o curso de Filosofia e, já com 35 anos, metendo ombros ao curso de Direito, que faria com brilhantismo, tornando-se uma das maiores, senão a maior, referência portuguesa na área dos valores mobiliários, o que lhe permitiu construir a carreira fulgurante na CMVM.

A voz que no livro figura entre aspas, corresponde naturalmente ao pensamento de Amadeu, ainda que as palavras possam ser fruto da minha construção, recompondo, como num puzzle, elementos dispersos ao longo do filme de Leonel Brito. O puzzle inclui textos diarísticos, cartas, anotações em livros, poesia de juventude, com valor documental e sobretudo poesia da fase adulta, funcionando já como “monumento”, ainda que o biografado insista em dizer que “monumentos são as pessoas o resto é obra.”

Henri Bordeaux disse-nos que toda a biografia digna de ser escrita é a história de uma ascensão. No presente caso, tratou-se da ascensão não apenas de Amadeu, mas do povo mirandês e da sua língua. É uma ascensão que vem da Idade Média, já que eram ainda medievais as condições de vida do povo de Sendim, nas décadas de 50 e 60, alumiado à luz da candeia, sem água, sem casa de banho e no caso dos Bandarras (alcunha da sua família), acotovelando-se sete pessoas em escassos vinte metros quadrados. Amadeu fez ascender socialmente a sua família, assumindo-se “pai “dos irmãos, dando explicações de manhã à noite, para lhes pagar os estudos. E outro tanto poderemos dizer dos amigos a quem concedeu o dom da atenção, da palavra, no momento certo.

Nas suas *Memórias de Guerra*, o General De Gaulle deixou escrito que são as dificuldades que atraem os homens de carácter, que se superam enfrentando-as. Entre os livros que Amadeu leu na adolescência, conta-se *O Jovem de Carácter*, de Tihamér Toth, professor da Universidade de Budapeste. Palavras como “carácter”, “vontade”, “querer”, “ideal”, “trabalho”,

“perfeição”, passaram a ser-lhe essenciais, já que todos os dias as exercitava. A mais emblemática frase que por ele sublinhada aos catorze anos: “Começa o teu trabalho onde milhões o abandonaram.” E foi assim que começou o trabalho junto dos jovens pobres que não tinham podido prosseguir os estudos, criando uma escola nocturna gratuita em Sendim. E da mesma forma, ajudou vários colegas prestes a abandonar o curso, na Faculdade de Direito de Lisboa. E foi ainda assim que escreveu e organizou, a título gratuito, para os colegas, num gesto de grande solidariedade, a sebenta de oitocentas páginas de Direito Penal.

Amadeu soube sempre recomeçar do zero, soube seguir em frente, sem nunca desistir. Martin Luther King disse que a verdadeira medida de um homem não é como ele se comporta em tempos de conforto e conveniência, mas como ele se mantém em tempos de adversidade. O tempo da doença testou-o até ao limite. Mas também o tempo da UDP fora de grande sofrimento, sentindo-se perdido após a expulsão por ter defendido a criação de uma ampla frente das esquerdas, a qual viria a ser criada, em 1999, com o nome de Bloco de Esquerda, pelos mesmos que o expulsaram.

Nova dificuldade teve de vencer, quando se viu a braços com o tema de mestrado - “Ordem de Bolsa”-, de que ninguém percebia nada, nesse tempo, tendo passado rapidamente de ignorante a especialista. E não se pense que esta opção estava livre de lhe provocar questionamentos de natureza ideológica. Pensava de si para si: «Amadeu, tu andaste a fazer a revolução e agora estás a virar-te para o direito dos capitalistas?» Rapidamente encontrou esta justificação lógica para sua escolha:

«Temos de conhecer as regras por que se rege o capital financeiro e logo nesse projecto de *Código do Mercado de Valores Mobiliários*, eu me apercebi de que havia ali um conjunto de regras jurídicas que, se fossem postas a funcionar, iriam melhorar as coisas, iriam ajudar a proteger as pessoas mais fracas. Eram criadas instituições que tinham como função vigiar e sancionar a banca, e as instituições financeiras, e isso era uma parte que me agradava. Eu olhava para os países estrangeiros, via uma bibliografia imensa, mas em Portugal não havia nada. Ia à bibliografia alemã, italiana, francesa, até espanhola, e encontrava centenas de livros sobre estes assuntos. Em Portugal, zero. Estando nós dentro da Comunidade Económica Europeia esta área tinha grande desenvolvimento. Isto não pode continuar assim. O tema da minha tese vai ser nesta área.»

Por esta lúcida e corajosa argumentação vemos que não era apenas um trabalho académico aquele que Amadeu empreendia, dando também resposta à necessidade de exercer uma função cívica, como bem demonstrou no caso do BPP, accionando um fundo para ressarcir os lesados, que não eram capitalistas na sua grande maioria, estando em risco de perder as poupanças de toda uma vida.

O seu último livro bilingue *Velhice / Belheç* trata da velhice que ele nunca teria, com a morte a rondar-lhe a porta. Tema esse que já vinha de longe, na sua obra. Em *Cebadeiros*, publicado em 2000, nos “poiais da tristeza” (p.31) encontramos os velhos, cujo fio as parcas se esquecem de cortar (p.81). Em *Cama Feita Qualquer Um se Ajeita* (2004), deparemos com uma belíssima imagem da velhice: “Deixava a velhice amadurecer / como sol que se põe / ainda a pôr lume nas nuvens” (p. 59) No 1º livro de Fonso Roixo, publicado em 2009, abundam os velhos sentados nos poiais (pp. 13, 17, 35, 47, 53). Em *Ars Vivendi Ars Moriendi* lemos no poema «É triste ser velho:”se o vento te empurra para o beco / da velhice não tenhas medo: / basta que te respeites até ao fim,” (p.20)

Mas é num livro de 2001, *Las Cuntas de Tiu Jouquin*, que vamos encontrar a figura real do protagonista de *Velhice / Belheç*. Justamente no prefácio «Díbeda bielha», o autor nomeia o velho tio Joaquim Viriato, uma figura marcante da sua infância: “Desde que me lembro sempre fui doido por contos. Esquecia-me a ouvi-los. A minha avó Ana, a minha mãe e o meu pai contaram-me muitos. Mas quando penso em contos lembro-me sempre do tio Joaquim. Morava à minha porta e sempre o conheci velho. Quando fazia bom tempo vinha sentar-se num poial de pedra que havia à sua porta. “(minha tradução)

Lemos no último livro, em auto-representação: “O filho do Bandarra não sai de junto de mim para que lhe conte histórias “e no prefácio do livro de 2001: “Às vezes ficava horas ajoelhado diante dele, caladinho, a ver de me contava algum conto ou lenga-lenga.” Lá está a encerrar *Las Cuntas* a história do rabo-rúcio da melra cachelra, que o tio Joaquim lhe contou e que ele devolve aos leitores em forma de homenagem àqueles que, ao contrário da melra, não têm medo que o céu lhes caia em cima da cabeça. Este livro é essa dívida velha paga duas vezes, mas também uma outra homenagem de *sagesse* a Marco Túlio Cícero, que escreveu *De Senectute* ou *Catão, o Velho*, dedicado ao seu amigo Tito Pompónio Ático. *De Senectute* é uma bússola a guiar jovens e velhos no exercício de uma vida feliz e em harmonia com a natureza, afastando-os do conflito de gerações. Na concepção estóica de Cícero, a velhice deve ser aceite como determinação da natureza e Amadeu reactualiza-a como arte de pensar as condições da velhice no mundo contemporâneo. Cícero escreve um diálogo entre o idoso Marco Catão e os jovens homens públicos Lélío e Cipião. Amadeu escreve um monólogo interior simulando a escrita de um velho, que tem 80 anos

nos anos 50 o que o faz nascido em 1870, em Sendim, sendo uma das raríssimas pessoas escolarizadas. Diz ele: “A escola nunca se deu bem com a fome: quem pode aprender, quando lhe dói a cabeça na barriga?” Para este velho a escrita assume uma função salvífica:

“Faz-me bem ter um objectivo a atingir, nem que seja ir escrevendo uma página de cada vez. Sinto as artroses nos dedos como bolotas e doem-me. E a vontade de escrever fica-me para o dia seguinte. Se não puder escrever, por vezes passo mais de um mês a pensar no que hei-de escrever quando puder. Assim, escrever é como um alimento que me vai mantendo vivo, tal como a bengala me permite manter-me de pé.”

Este velho diz, lucidamente, “chega-se a velho numas coisas e não noutras”. Sabemos hoje que existem várias idades – cronológica, biológica e psicológica, as quais ilustram a justeza da frase deste velho sábio, um homem novo num corpo velho. A memória não é uniforme nos velhos, pois conservam acontecimentos remotos, de há muito consolidados, mas são lentos na memória de curto prazo, tendo maior dificuldade na aquisição e retenção de nova informação. Este homem mantém a noção de utilidade, o que não é típico dos velhos, que tantas vezes se sentem inúteis, e raciocina sobre a utilidade dos papéis que escreve, os quais sempre poderão servir para acender a lareira, se não acenderem o espírito de alguém. A sua melancolia deriva justamente de saber que, se as pernas não trabalham, a sua cabeça trabalha. E diz-nos que os velhos são o contrário dos peixes.

“A estes depois de comidos, deita-se-lhes fora a cabeça, pois só tem espinhas; aos velhos, depois de roídos por uma vida de trabalho, apenas a cabeça se lhes aproveita. Mas ninguém quer saber disso. Sozinha, a cabeça não lava, não cava, não trabalha.”

Este homem foi inventado por Amadeu Ferreira à sua imagem e semelhança como nos mostram algumas ideias que compartilham:

“Fazer pela vida, como a formiga; esperar pelo tempo certo de cada coisa; contentar-me com o que há e não me queixar, quando depende de mim resolver um problema; ajudar quem nos ajuda; apenas enfrentar quem possamos; andar de cabeça direita e nunca ter medo; a sopa chega sempre para mais um, nem que tenhamos que lhe juntar água; guardar o presunto para Maio e o que há, quando o há, para quando não o há; semear sem pensar no tempo que medeia até à ceifa; primeiro regar a horta e só depois ir à missa; apenas atravessar o rio se for necessário, mas, se for necessário, não olhar para trás. “

Amadeu seguiu os ditames de Emerson que nos diz: “Vai por onde não há nenhuma estrada e faz um carreiro.” Assim ele faz dizer ao seu velho:

“Viver é fazer carreiros. Mesmo quando passamos por um caminho deixamos o rasto dos passos.” E diz-nos ainda em modo triunfal:

“Cada dia que me levanto e consigo chegar à rua, coroo-me rei do poial que fica à minha porta: o poial é reino e trono ao mesmo tempo. O tamanho do reino pouco me importa: é aquele que sou capaz de governar.”

Este velho, para si mesmo pensando, coroa-se rei, porque pensar e fazer pensar é a maior riqueza que existe. Riqueza de Amadeu Ferreira emprestando o seu pensamento ao velho Joaquim Viriato, que na realidade existiu, mas não existiu assim, porque o texto literário é muito mais do que simples cópia mimética da realidade.

Neste meu livro, entra-se por um «Pórtico». A palavra grega para dizer pórtico é “stoa”, significando lugar por onde se passa. É desta palavra que deriva o termo “estóico”, não por acaso a filosofia de vida de Amadeu Ferreira. Se tivesse de escolher uma única palavra para classificar este Homem, que foi também professor de Música, escolheria a palavra sinfonia, como a lemos no *Livro do Desassossego*: “Minha alma é uma orquestra oculta; não sei que instrumentos tangem e rangem cordas e harpas, tímboles e tambores dentro de mim. Só me conheço como sinfonia.”

Arrisco dizer, com Rogério Rodrigues, que Amadeu Ferreira foi um “santo agnóstico”, porque encarou as adversidades com extraordinária coragem, seguindo à risca o provérbio mirandês: “An ruin anho, buona cara”.

Quintal Literário

A. M. Pires Cabral

Mulheres de Camilo

As Festas da Cidade do ano de 1998 em Vila Real abriram discretamente com uma discreta exposição, da responsabilidade da Casa de Camilo, de Famalicão, intitulada ‘As Mulheres de Camilo’. Discreta mas belíssima, a exposição, constituída por pouco mais de uma dúzia de relicários contendo objectos e documentos que referenciam as mulheres que mais terão marcado, de modos diferentes embora, a vida de Camilo Castelo Branco. A saber:

A mãe, que talvez se chamasse Jacinta Rosa e talvez fosse de Sesimbra — não há certezas sobre este ponto —, que Camilo já não conheceu, porque morreu nova, e cuja falta pode bem ter determinado a atitude do escritor para com as mulheres, de quem, de uma forma ou outra – e isto é especialmente visível com Ana Plácido e porventura com Maria Browne –, parecia esperar não só o amor carnal, mas também uma migalha de amor maternal.

Joaquina Pereira de França, a pobre Quininha de Friúme, sua primeira e efémera esposa legítima. Camilo tinha então 16 anos, ela 15. Foi um casamento irregular, mal consumado, que Camilo se esforçou por esconder, por o considerar “uma infâmia”. Desse casamento nasceu uma filha. Mãe e filha morreram pouco depois. Camilo continuaria a fazer-se passar por solteiro.

Patrícia Emília de Barros deve ter sido seduzida pelo talento que adivinhava no jovem escritor. Era uma menina prendada de Vila Real, embora órfã e vivendo da protecção da tia Rita Moreira. Camilo, naquele meio sáfaro, destacava-se pelo espírito, que não pelo físico. Pensa-se que escreveu para ela o *Agostinho de Ceuta* como quem faz uma serenata à janela da mulher a

conquistar. Que mais precisava uma menina romântica para cair? Apaixonou-se, entregou-se, passou com o amante pela Cadeia da Relação do Porto, deu uma filha ao romancista. Mas Camilo defini-la-á mais tarde, com desabusado cinismo: “uma idealidade com o *quantum satis* de matéria”, e deste modo deixa tudo dito.

A aproximação a Maria da Felicidade do Couto Browne, no Porto, deve ter-se dado também pela via do talento literário. Maria Browne era ela mesma poetisa de certo mérito, romântica pela época e pela sensibilidade, e a aura literária que Camilo vinha conquistando deve tê-la atraído, como a chama atrai a falena. Não se sabe ao certo até onde foi aquela relação; mas poderá não ter passado de um amável *flirt* inconsequente, com troca de dedicatórias e outros rapapés recíprocos, bem ao gosto dos anos 50 do século passado. Até pela considerável diferença de idades: Maria levava-lhe 25 anos a mais. E voltamos ao ponto: não andaria também aqui, nesta relação, da parte do escritor, a busca inconsciente da mãe perdida na primeira infância?

Fanny Owen é, de todas as mulheres que mereceram a atenção de Camilo, o caso mais pungente. Criaturinha franzina, atormentada de todos os males e, mais que todos, do mal do repúdio do seu corpo, flor que estiola e cheira a cemitério. Uma história emocionante, esta, tetricamente romântica. Impossível evitar um estremecimento de comoção diante do relicário.

A princesa Rattazzi está ali, naquela exposição, mais como uma oportunidade para dar a conhecer mais um dos sarcasmos mortais de Camilo, quando traduz *Portugal a vol d'oiseau* (título de um livro da princesa, em que se acha desconsiderado) por ‘Portugal a voo de pássara’.

Da mesma forma, são presenças colaterais na exposição as cantoras líricas Belloni e Dabedelle, pelas quais se bandeavam ruidosa e conflitivamente os leões do Porto, com duelos e muita pancadaria à mistura. Delas talvez não reste hoje mais do que o piedoso epitáfio camiliano: “Lá foram ambas desafinar no coro dos anjos.”

Finalmente, a grande, a maior mulher do mundo camiliano: Ana Plácido. Concordantemente com esta importância, a exposição dedica-lhe cinco relicários, em que são sucessivamente expostos a mulher fatal, a escritora, a companheira, a matriarca e a ecónoma. Cinco títulos de glória da mulher de que muitos dizem que, ao invés de ser a mulher fatal de Camilo, encontrou em Camilo o seu homem fatal.

Haverá, porventura, outras mulheres que passaram pela vida de Camilo. Desde logo a Maria do Adro, de Vilarinho da Samardã, amor temporão, que pode não passar de mais uma invenção do romancista. A tia Rita Emília, que o acolheu interesseiramente quando o conselho de família o enviou para Vila Real,

e procurou esbulhá-lo o mais que pôde da legítima paterna. A freira portuense Isabel Cândida, de praticamente nada se conhece a não ser a ligação carnal a Camilo. E se calhar ainda outras.

Crónicas do rebusco

A. M. Pires Cabral

A crónica é, por natureza, volátil e efêmera, independentemente do seu quê e do seu como. Contrariando essa volatilidade e essa efemeridade, publicar-se-ão regularmente neste lugar crónicas rebuscadas pelo próprio autor entre as centenas que escreveu, na grande maioria para o semanário Repórter do Marão, de Amarante. Porquê publicar estas e não outras? Porque lhe deram no goito de um modo especial? Porque alguém, algum dia, lhas gabou? Porque acha que mantém alguma actualidade? Porque acha que a sua (re)leitura dará prazer a alguém?

A resposta mais honesta é: porque sim.

O rebusco (que é como se chama na minha terra ao respigo das uvas, castanhas, etc., que escaparam na altura da colheita) é da responsabilidade do autor, que, para além de lhes espanar o pó (e isso inclui não só corrigir gralhas como introduzir pequenas alterações à formulação, por vezes descuidada, com que um dia saíram a lume), achou interessante acrescentar em notas de rodapé informação que possa ajudar a uma melhor contextualização.

Memória de um passeio a Santarém

O tempo ameaçava escaldar, mas as coisas estavam há muito combinadas e assim, no dia 27 de Julho, partiu um autocarro de vila-realenses em direcção a Santarém¹. Motivo primeiro (mas não único) do passeio: visitar os túmulos, em igrejas distintas, de D. Pedro de Meneses, o autor da imortal bravata de 1415², que Vila Real tanto gosta de recordar, e de seu filho D. Duarte de Meneses — da família que durante séculos foi simultaneamente donatária de Vila Real e Ceuta. Objectivo só em parte conseguido: o túmulo de D. Pedro lá estava, na Igreja da Graça, para quem o quisesse contemplar, na pompa do seu gótico. O de D. Duarte, na Igreja de São João de Alporão, igualmente gótico e igualmente magnífico, ou mais ainda, é que estava tapado pelos painéis de uma exposição.

Mas, mesmo com este contratempo inesperado, a visita valeu a pena, porque Santarém é um cidade estupenda, respeitadora do património e das cêrceas — coisa que não podemos dizer de Vila Real, que a febre dos arranha-céus violentou acima de toda a razoabilidade. O mesmo louvor se aplica aos arredores, quintas e lezíria, que de tudo tivemos ocasião de ver um pouco. Se a gastronomia ribatejana me deixou pouco menos que indiferente, a história, os monumentos e a paisagem imprimiram em mim uma dedada indelével.

Mas essas evocações deixá-las-ei para uma eventual próxima oportunidade. Agora não quero senão recordar um inopinado instante de encantamento que aconteceu no regresso da Chamusca, já noite bem cerrada, depois de um simpático jantar no “Poiso do Besouro”.

Vamos por partes. Um autocarro de excursionistas é, tradicionalmente, um lugar canoro. Todavia, estes vila-realenses que me acompanhavam, salvo uma ou outra excepção tímida, não se mostraram grandes cantadores e as tentativas para pôr tudo a cantar à uma ou fracassaram ou teria sido melhor que fracassassem, pois chegou a parecer nesses momentos que cada excursionista cantava uma canção diferente das dos outros. Inconformado com o silêncio, eu próprio, no secreto desejo de inflamar outras gargantas, fui cantando *mezza voce* (que é como se nota menos a desafinação), com a minha mulher a ajudar, umas cantigas de raiz popular: o romance da “Laurinda” na versão de Vitorino, a “Lira” açoriana, o “Loureiro, verde loureiro”, o “Fui ao Douro às vindimas”... A certa altura ataquei o “Ai que linda rosa eu levo”, uma suavíssima melodia popular que

-
- 1 O passeio foi impecavelmente planeado e organizado por Elisio Amaral Neves, no âmbito das actividades culturais da Área de Exposições Temporárias do então chamado Museu de Vila Real.
 - 2 Leia-se, a propósito, o primeiro capítulo de *Lanças n'África*, de Henrique Lopes de Mendonça, acaso fantasiado o seu tanto.

costumo muito debitar nestas ocasiões, acrescentada de meia dúzia de quadras da minha lavra³. Eis senão quando, uma voz feminina espantosamente doce, lá para o fundo do autocarro, me tomou a vez e a voz e cantou, para a mesma melodia, a seguinte quadra:

*Minha mãe mandou-me à fonte
Pela hora do calor
E eu parti a cantarinha
A dar água ao meu amor.*

Já tenho feito prova de como admiro, quase até à comoção, a lírica popular, sobretudo as quadras. O povo sabe como ninguém fazer vibrar a corda lírica que há em todos nós (da corda satírica não cuido de falar agora). E dizer coisas direitas por versos travessos. E esta quadra, que eu não conhecia de todo, mostra-o uma vez mais à saciedade. Repare-se: a leitura superficial conta-nos uma história banal de uma bilha que se quebra. Mas há uma leitura profunda, densamente erótica, por detrás. A hora do calor não tem necessariamente de ser as quatro horas de uma tarde de Agosto, mas pode ser um momento de apetências sensuais. A cantarinha pode não ser apenas uma peça de olaria, mas pode ser a própria virgindade de uma rapariga. O dar água pode não ser só matar a sede física, mas outra coisa a respeito de outra sede. E só o povo o pode dizer com esta simplicidade e esta frescura.

Escusado será dizer que meti a viola no saco e levei o resto do caminho a cismar no mistério sempre por explicar da poesia.

(Repórter do Marão, 4 de Agosto de 2000)

3 Para que conste e a benefício de futuros cantadores, aí lhes deixo as referidas quadras, em jeito de leixa-prem do lirismo medieval: *Que tão lindo cheiro deita,/ Tão lindo cheiro deitou;/ Ai que linda rosa branca/ Que inda agora aqui chegou. | Inda agora aqui chegou,/ Já se está a despedir;/ Ai que linda rosa branca,/ Com ela me eu quero ir. | Com ela me eu quero ir/ Aonde ela me levar;/ Ai que linda rosa branca,/ Rosa branca de tocar. | Rosa branca de tocar,/ Ó rosa-de-alexandria;/ Ai que linda rosa branca,/ Que há-de ser minha algum dia. | Que há-de ser minha algum dia,/ Tomara que fosse já;/ Ai que linda rosa branca,/ Ai que linda rosa-chá.*

Registo

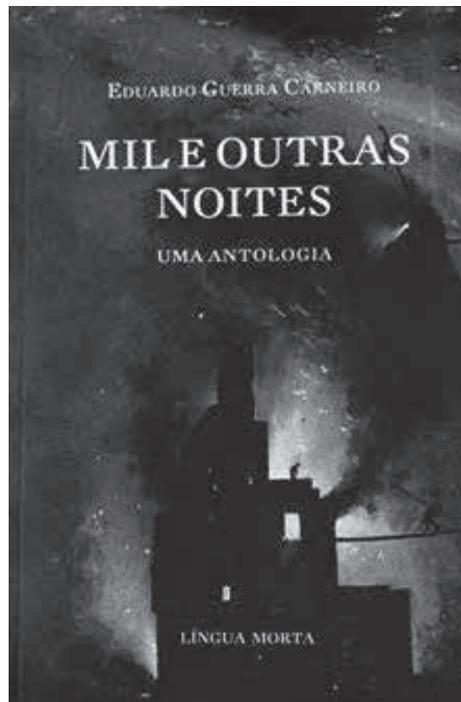
Mil e Outras Noites

Eduardo Guerra Carneiro

Língua Morta, 2018

Em textos que abrem e fecham este volume, Vítor Silva Tavares (1937-2015) identifica Eduardo Guerra Carneiro (1942-2004), cujos últimos livros editou, com uma geração de boémia e jornalismo que entendia a literatura e a vida “em união de facto”, gente talentosa e insubmissa, às vezes amarga e autodestrutiva. E diz que os seus poemas são tanto furor e desencanto como “dúvidas, fragmentos, resíduos, desarticulações”. Esta antologia, organizada por Miguel Filipe Mochila, ilustra bem essa síntese, recuperando livros difíceis ou impossíveis de encontrar, de “Corpo Terra” (1966) a “A Noiva das Astúrias” (2001). Os poemas da década de 1960 não se distinguem muito de uma tonalidade pós-surrealista de espanto, imagens insólitas e sexualidade eufórica. Aqui e ali aparece um plural um pouco esperançoso, um pouco desesperançado, à beira do poema político. Mas é com “Isto Anda Tudo Ligado” (1970) que Guerra Carneiro atinge o ponto mais alto da sua poética: textos em prosa, anotações, recordações, amálgamas de jornais e amigos e cidades, a primeira comunhão, um Verão, bares, ternuras, raparigas. Tudo está ligado, poema e prosa, pessoal e colectivo, antigo e actual, banal e fundamental, mas as ligações estão elididas, de modo que o biografismo tem a força da referência sem a debilidade do confessionalismo. Os poemas nascem de uma “revolta iniciada no desejo”, ou de uma tristeza onde tudo se confunde, “botas, o jardim da Estrela em 1949, Naná, a Sonata a Kreutzer, cartas em caixotes, a grande solidão, Chiado, Camões, o presépio de madeira”. O registo elíptico prossegue em “É Assim que se Faz a História” (1973), embora a prosa conviva aí com um verso mais expansivo. Guerra Carneiro dedica-se à “invenção de paisagens”, imaginadas ainda que verdadeiras: “Inventar frases. Iluminar a cena. Construir uma paisagem. Depois: misturar factos. História,

desejo, futuro até.” Noutra livro acrescentará:”(…) parágrafos de emoção, ex-votos, o milagre das palavras, viagem à volta de mim próprio, descida a alguns infernos (...)”. Uma inclinação elegíaca vai-se adensando, como na esplêndida “Elegia” de “Como Quem Não Quer a Coisa” (1978). Às deambulações citadinas, à sombra de Cesário, juntam-se imagens do campo, outra possibilidade, outra paisagem inventada. E os diálogos consigo mesmo, as invectivas, “a flagelação irónica de um lusiada coitado” (VST), passam da melancolia à quase agressão. Um poema de “Contra a Corrente” (1988) transforma o amator que se faz coisa amada em bebedor que se faz bebida. E outro, impressionante retrato de um Nuno Bragança “enraivecido por dentro”, tem contornos de auto-retrato e de despedida antecipada. / PEDRO MEXIA



Incorporações recentes

No período de 12 de Outubro de 2017 a 20 de Outubro de 2018 foram incorporados no acervo bibliográfico do Grémio Literário Vila-Realense as seguintes obras:

Agarez, Hercília – *Folhas em flor*. Carviçais : Lema d’Origem, 2017. (Oferta da Autora.)

Boletim Cultural. N.º 24. Vila Real : Escola Secundária Camilo Castelo Branco, 2018. (Oferta da Escola.)

Cardoso, Altino Moreira – *Cancioneiro saloio*. Mem Martins : Edições Amadora Sintra, 2005. (Oferta do Autor.)

Cardoso, Altino Moreira – *Do vinho de missa de Cister ao vinho do porto*. 3.ª ed. Mem Martins : Edições Amadora Sintra, 2014. (Oferta do Autor.)

Cardoso, Altino Moreira – *Manuel do Mundo – Drama duriense*. Mem Martins : Edições Amadora Sintra, [2016]. (Oferta do Autor.)

Cardoso, Altino Moreira – *O caldinho de pedra & mais 20 teatrinhos*. Mem Martins : Edições Amadora Sintra, 2017. (Oferta do Autor.)

Carneiro, Cláudio Amílcar – *Cantares da Minha Terra*. Lisboa : Chiado Editora, 2018. (Oferta do Autor)

Carneiro, Cláudio Amílcar – *O despertar da alma portuguesa*. Lisboa : Chiado Editora, 2017. (Oferta do Autor.)

Coelho, A. Passos – *Delírio Rimado*. Lisboa : Âncora Editora, 2018. (Oferta do Autor.)

Conde, António Adérito Alves – *A festa e o culto a Santo Isidro (Abambres, Vila Real) – Um património Imaterial.* Edição do Autor, 2016. (Oferta do Autor.)

Conde, António Adérito Alves – *Soldados de Avintes na Guerra da Sucessão de Espanha (1707-1709).* Avintes : Abientes CDIHL, 2016. (Oferta do Autor.)

Faustino, José Alfredo Paulo – *A População da Vila de Chaves (1780-1880).* Chaves : Grupo Cultural Aquae Flaviae, 2017. (Oferta do Editor.)

Fonte, João Barroso da – *O falar de Barroso. Um livro polémico.* Separata da Revista Gil Vicente, n.º 4 – IV Série, 2003. (Oferta do Autor.)

Fonte, João Barroso da et al. (coord.) – *A saga da santiidade de D. Afonso Henriques.* Guimarães : Editora Cidade Berço, 2017. (Oferta do Coordenador.)

Fonte, João Barroso da – *Alfredo Pimenta: da praxis libertária à doutrinação nacionalista* (1ª ed.). Guimarães : Editora Cidade Berço, 2005. (Oferta do Autor.)

Fonte, João Barroso da – *Aspectos menos conhecidos do Paço dos Duques de Bragança.* Guimarães : Editora Cidade Berço, 2017. (Oferta do Autor.)

Fonte, João Barroso da – *Braços duma cruz (1958-1961).* Guimarães : Editora Cidade Berço, 2014. (Oferta do Autor.)

Fonte, João Barroso da – *Diálogo com Ferreira de Castro a propósito do romance “Terra Fria”* (1ª ed.). Braga : Editora Pax, 1973. (Oferta do Autor.)

Fonte, João Barroso da – *Igreja de S. Miguel do Castelo | (Onde foi baptizado D. Afonso Henriques).* Guimarães : Editora Cidade Berço, 2007. (Oferta do Autor.)

Fonte, João Barroso da – *Paço dos Duques de Bragança* (1ª ed.). ELO - Publicidade, Artes Gráficas (imp.), 1994. (Oferta do Autor.)

Fonte, João Barroso da – *Pausa ao Entardecer* (1ª ed.). Guimarães : Tipografia Ideal (impr.), 1990. (Oferta do Autor.)

Fonte, João Barroso da – *Poesia, amoras & presunto.* Chaves : Edições Tartaruga, 2015. (Oferta do Autor.)

Fonte, João Barroso da – *Pousada de Santa Marinha da Costa* (1ª ed.). Elo - Publicidade, Artes Gráficas (imp.), 1995. (Oferta do Autor.)

Fonte, João Barroso da – *Unidades Militares que passaram por Guimarães.* Guimarães : Editora Cidade Berço, 1995. (Oferta do Autor.)

- Fonte, João Barroso da** – *Visita ao Castelo de Guimarães*. Guimarães : Editora Cidade Berço, 2012. (Oferta do Autor.)
- Igreja, Manuel** – *Por cá e entre nós. Crónicas, contos e outros pontos*. Ed. de Autor, 2017. (Oferta do Autor.)
- Mateus, Isabel Maria Fidalgo** – *Santiago – O lince da herdade das Romeiras*. Coimbra : Gráfica Ediliber (exec. gráf.), 2018 (Oferta da Autora.)
- Mello, José de Almeida** – *Ponta Delgada – Álbum de memórias e factos*. Letras Lavadas Edições, 2016. (Oferta da CM de Ponta Delgada.)
- Neto, Luís** – *Sanfins do Douro. O topónimo e a história*. Leiria : Textiverso, 2017. (Oferta do Autor.)
- Paulo, Floriano** – *Frieira – O jardim central da freguesia de Macedo do Mato*. Ed. do Autor, 2014. (Oferta do Autor.)
- Revista Aquae Flaviae*. N.º 55, 2018. (Oferta do Grupo Cultural Aquae Flaviae.)
- Revista Aquae Flaviae*. N.º 56, 2018. (Oferta do Grupo Cultural Aquae Flaviae.)
- Ribeiro, Luís Costa** – «*A lenda*». *D. Afonso Henriques*. [Edição de Autor], 2017. (Oferta do Autor.)
- Ribeiro, Luís Costa** – *Abençoada prostituição*. [Edição de Autor], 2017. (Oferta do Autor.)
- Ribeiro, Luís Costa** – *Amarrada pela cocaína*. [Edição de Autor], 2017. (Oferta do Autor.)
- Ribeiro, Luís Costa** – *O último carrasco do reino [...]*. [Edição de Autor], 2017. (Oferta do Autor.)
- Ribeiro, Luís Costa** – *Poderes ocultos. Exorcismos*. [Edição de Autor], 2017. (Oferta do Autor.)
- Rodrigues, Ernesto** – *Centenário da morte de Trindade Coelho – Exposição biobibliográfica*. Município de Mogadouro, 2008. (Oferta do Autor.)
- Rodrigues, João de Deus** – *Gente de Trás-os-Montes - Contos*. Lisboa : Edições Colibri, 2018. (Oferta do Autor.)
- Rodrigues, João de Deus** – *Mosteiro (Pedrógão Grande) – As cinzas e a esperança*. Edições Amadora Sintra, 2017. (Oferta do Autor.)
- Teixeira, José Carlos** – *Sou-me*. [Alcochete : Alfarroba,] 2018. (Oferta do Autor.)

Sumário

- António da Costa Gomes, fundador do Teatro Salão.
Um pioneiro do cinema em Vila Real
António Adérito Alves Conde 5
- Notas sobre os Judeus no Nordeste Transmontano.
Os Marranos em Trás-os-Montes
António Pimenta de Castro. 33
- Trindade Coelho: do berço à atualidade
Ernesto Rodrigues 46
- O BALARDO – Nota breve sobre um escritor trasmontano inédito
Manuel Cardoso 82
- Cartas da Bila (4)
Sebastião Bravo 89
- Evocação de Amadeu Ferreira: *O Fio das Lembranças*.
Teresa Martins Marques 101

- Quintal Literário
A. M. Pires Cabral 108
- Crónicas do rebusco
A. M. Pires Cabral 111
- Registo 114
- Incorporações recentes 116